

Josei Fernandes Pereira

**Cooperativismo e crédito na região colonial do RS:  
convergências e contradições**

Passo Fundo, maio de 2012.

Josei Fernandes Pereira

## Cooperativismo e crédito na região colonial do RS: convergências e contradições

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Golin.

Passo Fundo

2012

Catálogo

**P436c Pereira, Josei Fernandes.**

Cooperativismo e crédito na região colonial do RS: convergências e contradições / Josei Fernandes Pereira. – Passo Fundo, 2012. – 161 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Passo Fundo. História, 2012.

“Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Tau Golin”.

1. História. 2. História - Rio Grande do Sul. 3. Cooperativismo. 4. Rio Grande do Sul – Região Noroeste. 5. Imigração. 6. Liberalismo. I. Golin, Luiz Carlos Tau. II. Título. III. Título: Convergências e contradições.

CDU: 981.65  
981.65:334

Catálogo na fonte: Tania Maria Kalaitzis Lima (CRB 10/1561)

*Dedico* este trabalho a toda minha família, mas em especial a pessoa que o acompanhou desde quando ele não passava de apenas um rascunho de um jovem professor idealista:  
a professora e intelectual Luciléia Belter.

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer a todos que de maneiras diferenciadas colaboraram para a conclusão de mais esta etapa de minha formação acadêmica. Com o mestrado, obtive a confirmação da escolha pelo campo da pesquisa histórica, decisão que contou desde o princípio com a colaboração e orientação do amigo e professor Dr. Paulo Afonso Zarth.

Um agradecimento especial também ao prof. Dr. Luiz Carlos Tau Golin, cuja orientação no curso do mestrado foi fundamental para o bom andamento do trabalho. Em seu nome, gostaria de agradecer a Coordenação do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo, todos os professores e funcionários que sempre se empenharam para que todas as nossas demandas de alunos fossem sanadas. Um agradecimento especial a Jenifer de Brum, que inúmeras vezes foi além de suas obrigações no acolhimento dos alunos que vinham de longe.

Aos colegas do curso, agradeço pelos diálogos, pelas trocas de informações, bibliografias, fontes, etc. Em especial aos amigos que compartilharam bons momentos no inesquecível “alojamento do sindicato”: Lucas Caregnatto, Tiago Pansera, Luiz Matias, muito obrigado pela camaradagem, pelas noites em claro filosofando sobre formas de “fazer a revolução”; Alexandre Pena Matos e Bruno Picoli, amigos que extrapolaram os limites do campus universitário

Agradeço também a Universidade de Passo Fundo e a Capes pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa, e ao Museu Antropológico Diretor Pestana de Ijuí, fonte de inúmeros documentos consultados para a conclusão da pesquisa.

*“Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem” (R. Luxemburgo).*

*“Para levar as classes operarias a trabalhar juntas, para um fim comum, é necessário amarrá-las entre si com correntes de ouro por elas mesmas fabricadas” (G. J. Holyoake)*

## RESUMO

O cooperativismo tem suas raízes históricas fincadas na Revolução Industrial. Nasce, portanto, indissociavelmente ligado a ascensão do sistema capitalista na sociedade européia do século XIX. Propunha-se inicialmente como um caminho alternativo ao liberalismo econômico, defendendo a auto-ajuda (-mútua) como instrumento para atingir o que chamamos de uma “economia moral”. A grande questão que se criava era como ser cooperativo sem ser competitivo. Paralelamente, a imigração européia para a América oferece um modelo de transposição de um conjunto de estruturas sócio-econômicas, dentro das quais o próprio cooperativismo fez parte, sendo utilizado na auto-organização das colônias de imigrantes, especialmente no sul do Brasil. Neste trabalho, ambos os processos serão analisados como modelos de reação não-governamental dos camponeses. O esforço da pesquisa dá-se no sentido de analisar ambas as experiências a partir do contexto regional da região noroeste do RS. Habitada primordialmente por indígenas, lusos e caboclos, esta região foi colonizada a partir de 1890 por imigrantes europeus em busca de terras para exploração agrícola. Utilizou-se inicialmente o modo de divisão familiar do trabalho, orientado para a obtenção da propriedade da terra, mesclado com atividades de subsistência. Contudo, a inevitabilidade da mercantilização da produção, para a quitação da dívida e melhorias nos lotes, necessitava a inserção na economia regional. A ausência de bancos no RS pré-1930, oferecia condições para que comerciantes locais submetessem estes imigrantes à usura, um procedimento imoral para os costumes camponeses. A análise das fontes documentais assinala que o cooperativismo surgiu como um mecanismo adaptativo à economia liberal de mercado. A Colônia Serra Cadeado (objeto referência desta análise) auto-ordenou-se a partir de formas de organização socioeconômicas como o cooperativismo de crédito que, capitalizando coletivamente as economias coloniais, interferiu na vida pública comunitária, financiando e mercantilizando a produção, defendendo os interesses dos colonos associados e até executando obras de infraestrutura locais.

**Palavras chave:** cooperativismo, crédito, imigração.

## ABSTRACT

The cooperative has its historical roots stuck in the Industrial Revolution. Was born, therefore, inextricably linked to the rise of capitalism in nineteenth-century European society. It was proposed initially as an alternative path to economic liberalism, advocating self-help (-mutual) as an instrument to achieve what we call a "moral economy". The greatest question that was created to be cooperative without being competitive. Same time, European immigration to America offers a model for implementation of a set of socio-economic structures under, which the cooperative itself was part, being used in self-organization of the colonies of immigrants, especially in southern Brazil. In this work, two cases are examined as models of non-governmental reaction of the peasants. The research effort takes place in order to analyze both the experiences from the regional context in northwestern RS. Inhabited primarily by indigenous, lusitanian and caboclos, this region was settled from 1890 by European immigrants in search of land to farm. It was used first mode of division of the family study, oriented to obtain ownership of land, mixed with subsistence activities. However, the inevitability of commodification of production for the discharge of debt and improvements on the lots, required the inclusion in the regional economy. The absence of banks in the before-1930 RS, offered conditions for local traders submit these immigrants usury, an immoral procedure for the customs peasants. The analysis of documentary sources indicates that cooperatives emerged as an adaptive mechanism to the liberal market economy. The colony of Serra Cadeado (reference object of this analysis) self-ordered it from forms of socioeconomic organization as the cooperative credit that collectively capitalizing on the colonial economies, interfered in public community life, funding the production and commodification, defending the interests of settlers associated with running and even works of local infrastructure.

**Key-words:** cooperative, credit and immigration.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Friedrich Wilhelm Raiffeisen .....	62
Figura 2: Hermann Schulze-Delitzsch.....	62
Figura 3: Luigi Luzzatti .....	62
Figura 4: Mapa caracterizando as regiões de mata sobre o desenvolvimento da malha ferroviária sul-riograndense.....	86
Figura 5: Pe. Theodor Amstad SJ.....	93
Figura 6: Pe. Johann Rick (João Evangelista Rick) .....	93
Figura 7: Gerente da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado, Lourenço Winkelmann, durante a inauguração e bênção do novo e moderno cofre da cooperativa, em 1969. ....	95
Figura 8: Antonio Soares de Barros; o Coronel Dico. ....	100
Figura 9: Grupo de defesa de Serra Cadeado em 1923 (2º Distrito de Ijuhy).....	104
Figura 10: A Lanterna, julho/1933: crítica anarquista à influência dos padres no Brasil da Primeira República. ....	107
Figura 11: Centro do Município de Ijuí em 1923 - porção sudeste da Praça da República .....	116
Figura 13: Centro do Município de Ijuí na década de 1940 - porção noroeste da Praça da República.....	117
Figura 12: Centro do Município de Ijuí na década de 1940 - porção sudeste da Praça da República.....	118
Figura 14: Vista parcial de Serra Cadeado em 1917.....	121
Figura 15: Primeira diretoria da Caixa Rural de Serra Cadeado (entre 1925-1930). ....	122
Figura 16: Mapa da Sede (nova) de Serra Cadeado em 1917 .....	125
Figura 17: Mapa de Augusto Pestana atual .....	125
Figura 18: Primeira sede da CRUPSC.....	125
Figura 19: primeira sede própria.....	126
Figura 20: Sede atual da Sicredi Augusto Pestana. ....	126
Figura 21: Mapa da região de Ijuí, situando os Distritos coloniais na década de 1920. ....	128
Figura 22: Colégio Santo Alberto.....	141
Figura 23: Inauguração do primeiro pavimento do Hospital São Francisco em 1943. ....	142

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Entradas e saídas de associados – nº associados anual (1925-1940) .....	148
Gráfico 2: Evolução do quadro social - nº associados anual (1925-1940) .....	148

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da população brasileira, 1500-1800.....	73
Tabela 2: Evolução da população imigrante para o Brasil. ....	75
Tabela 3: População de Ijuí no início do século XX. ....	115
Tabela 4: Os fundadores e seus ofícios. ....	126
Tabela 5: Profissões dos associados entre 1925-1935.....	127

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional.
CS	Jornal Correio Serrano.
CB	Coleção Beck.
DGRV	Deutscher Genossenschafts und Raiffeisenverband (Confederação Alemã das Cooperativas de Crédito).
CREDIPEL	Cooperativa de Crédito Augusto Pestana Ltda.
CRUPI	Caixa Rural União Popular de Ijuí.
CRUPSC	Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado.
FIDENE	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.
MADP	Museu Antropológico Diretor Pestana.
PRR	Partido Republicano Rio-grandense.
SP	Die Serra Post (Jornal).
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito.

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	14
CAPÍTULO 1: “SER OU NÃO SER, EIS A QUESTÃO”: APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE COOPERATIVISMO E CORPORATIVISMO NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.....	28
As contradições em torno dos conceitos históricos de crédito, progresso e usura. ....	50
Cooperativismo & Crédito: Origens E Antagonismos .....	61
CAPÍTULO 2: O CONTEXTO SUL-BRASILEIRO: CRISE, IMIGRAÇÃO E COOPERATIVISMO. ....	71
A imigração no Rio Grande do Sul e os paradoxos da economia natural e do intervencionismo: liberalismo interventor ou positivismo ausente? .....	79
Ausência do estado e ação supletiva da sociedade civil: gênese do cooperativismo de crédito sul-rio-grandense nas sociedades religiosas de auxílio-mútuo.....	88
Os bancos e a usura no Brasil: da punição com fogo à benção com água. ....	108
CAPÍTULO 3: A EXPANSÃO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL.....	120
A Caixa Rural de Serra Cadeado.....	120
Os primeiros passos da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado .....	133
A estrutura social Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado: análise dos Estatutos .....	138
Da ausência ao intervencionismo: o impacto das transformações da década de 1930 nas Caixas Rurais. ....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS .....	157

## INTRODUÇÃO

Os princípios fundamentais que regem uma economia de mercado são a produção e a distribuição de bens e riquezas entre os seres humanos, processo este que envolve diferentes aspectos e dimensões relativas ao seu contexto. A sociedade se movimenta em função destas relações de produção e distribuição de riquezas, sendo permeada pelos interesses e necessidades das pessoas no interior de sua complexa estrutura.

Tendo-se como suporte diversas obras que procuraram repensar as condições de trabalho no interior da dialética de produção e distribuição de riquezas sob diferentes perspectivas, partimos da compreensão de que diferentes sociedades, em diferentes épocas e/ou regiões, não foram necessariamente planejadas dentro dos objetivos de sujeitos individuais, tampouco por grupos específicos de sujeitos orientados por objetivos comuns. Partindo da compreensão de Elias, entendemos que todas as mudanças ocorridas em diferentes épocas e contextos históricos têm origem na estrutura de vida de muitos indivíduos juntos, ligados e movidos por impulsos ligados ao desejo de acumulação de capitais.

A leitura de Elias também aponta para a ausência de modelos teóricos que possibilitem a compreensão destes fenômenos sociais; que considerem a relação da sociedade com as individualidades, sem cair na irrelevância da disputa entre o benefício máximo do indivíduo ou da sociedade (dos “fins” ou dos “meios”) e dos sentidos comuns que apontam para o reducionismo do *indivíduo como parte do todo*.<sup>1</sup> Dessa forma, veremos que as funções internas de uma sociedade são desempenhadas pelos indivíduos sempre ligadas intrinsecamente a terceiros; ou seja, as pessoas são os *elos* da cadeia social, presas direta ou indiretamente às estruturas dentro dessa cadeia vulgarmente chamada de *sociedade*, e como tais, precisam ser pensadas dentro dessas relações.

O cooperativismo, em todas as suas diferentes formas de apresentação, oferece uma forma de se pensar os indivíduos no interior deste complexo de relações sociais e econômicas, verificadas na formalização/institucionalização dessas relações no próprio ato cooperativo. Ou seja, o conjunto de relações invisíveis entre os sujeitos corporifica-se na criação de instituições que teriam como característica fundamental a própria interação entre os indivíduos que a integram.

---

<sup>1</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p.19.

José de Souza Martins apresenta o conceito de *sociedade* em oposição ao conceito de *comunidade*. Para ele, a comunidade é uma idealização utópica, um sinônimo de resistência a expansão do sistema capitalista. Bauman<sup>2</sup> também contrapõem comunidade e sociedade, referindo-se a primeira como parte de um entendimento compartilhado por seus membros, e a segunda como o consenso, típico acordo de pessoas de opiniões diferentes, caracterizada pela disputa e pela contrariedade. Se pensarmos na aplicação dessa terminologia à fase de implantação do capitalismo no Brasil, veremos que ela será convencionalmente utilizada pelos trabalhadores deslocados da periferia europeia para o contexto brasileiro. Apresentando-se como uma “sociedade local”, a comunidade e suas características singulares são conduzidas sem mediações contratuais ou societárias, como uma esfera não racionalizada da vida social onde os homens, em estado natural, “permanecem unidos apesar de todas as separações.”<sup>3</sup>

Martins conceitua a migração como o processo de transição de um ou mais sujeitos de uma sociedade para outra; mas não apenas de unidades físicas num contexto geográfico, mas sim um complexo sistema de valores e culturas. A socialização não está apenas na sociedade de adoção, mas na

evidência de que a própria sociedade de origem está mergulhada num processo de transformação social que provoca o desencontro de sujeitos e as mudanças que estão ocorrendo [e] a imigração é, pois, um evento historicamente determinado pela expansão do modo capitalista de produção.<sup>4</sup>

Apresentamos até aqui dois importantes modelos conceituais que se propõem a esclarecer as estruturas de ligação entre as pessoas em condições diferenciadas de evolução social: a comunidade e a sociedade. Ambos os conceitos terão uma importância basilar no decorrer desta pesquisa, na medida em que auxiliarão na compreensão da complexidade que o estudo propõe elucidar: as relações socioeconômicas ocorridas em um movimento de caráter associativo, nascido dentro de um complexo contexto de revoluções da matriz produtiva europeia no século XIX, e que migrará juntamente com os sujeitos oriundos dessas transformações para um espaço e tempo específicos: o cooperativismo de crédito no Rio Grande do Sul no início do

---

<sup>2</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. P.20.

<sup>3</sup> MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973, p.32.

<sup>4</sup> Idem, p.19-22.

século XX. Este trabalho busca analisar as inter-relações verificadas entre o movimento cooperativista sul-brasileiro com outros movimentos de maior magnitude e abrangência, como a imigração europeia para o Brasil a partir do século XIX e a transição dos meios de trabalho, a ocupação do espaço sul-rio-grandense dentro de uma proposta articulada nos preceitos positivistas e a ação secular das igrejas (católica e protestante) na co-organização socioeconômica dos novos núcleos coloniais localizados no noroeste do Rio Grande do Sul.

Inicialmente, o texto procurará compor um quadro de análise de três contextos essenciais para esta compreensão: a Europa pós-revolução industrial, o Brasil pré-1930 e o Rio Grande do Sul no início dos anos 1920, para então lançar-se à discussão da experiência contida na fundação e desenvolvimento das Caixas de Crédito Rural do tipo *Raiffeisen*, debruçando-se, por fim, com dedicação especial, ao caso específico de uma dessas caixas localizadas na região de *nova colonização*, no noroeste do Rio Grande do Sul.

Como já é de praxe nos trabalhos que buscam analisar sob diferentes perspectivas os diversos sistemas cooperativistas mundiais, a discussão teórica inicia-se com a ênfase no contexto das mudanças na Europa no século XIX, ou seja, pós-revolução industrial. No entanto, em nossa análise, procuraremos ampliar a análise desta experiência levando-se em consideração a importância de se compreender as estruturas sob as quais se baseou a formação ideológica do movimento cooperativista, dentro de uma situação de desemprego em massa de pequenos camponeses e artesãos e do surgimento do conceito de *economia moral* entre estas camadas da sociedade; de conflitos nacionalistas entre Estados-nações; e de empobrecimento dos solos produzindo severas crises de alimentação.

Conceitualmente ela surgiu na década de 1830, sendo registrado pela primeira vez em 1837 pelo jornalista e militante cartista Bronterre O'Brien. Surgiu como uma doutrina anticapitalista que considerava legítimos os motins da fome como tentativa de contrapor a economia de livre mercado.<sup>5</sup> Adrian Randalf utilizou o termo ao se referir aos tecelões envolvidos nos motins da fome de Gloucestershire (sudoeste da Inglaterra) no século XVIII, mas que também envolviam-se em ações industriais, com argumentos de iguais valores solidários e comunitários: “insistiam que as forças do mercado e os

---

<sup>5</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.256-257.



lucros dos indivíduos se submetessem ao costume nas questões relativas ao bem-estar econômico da comunidade”.<sup>6</sup>

Segundo Thompson, a venda de alimentos em tempos de escassez, bem como emoções despertadas pelo desabastecimento, reivindicações populares junto às autoridades, e o lucro em situações de emergência, eram ações que davam um “peso moral” aos protestos de camponeses e trabalhadores urbanos e, em conjunto, formavam a “economia moral dos pobres” justificada pelo autor como: “a maneira como muitas relações ‘econômicas’ são reguladas segundo normas não monetárias nas comunidades industriais e camponesas”.<sup>7</sup> Assim, ela não seria uma forma estática de organização econômica, mas sim um sistema dinâmico voltado para o tradicional, surgindo como resultado da ascensão da cultura capitalista, como uma crítica ou como um movimento de resistência.

A *economia moral dos pobres* surge então como uma espécie de precursor do movimento cooperativista moderno; por meio de grupos de “reguladores de preços” que apreendiam produtos agrícolas de fazendeiros locais ou comerciantes em passagem pela comunidade e os vendiam a preços considerados justos, repassando o valor das vendas aos proprietários numa transação característica dos costumes e da moral da comunidade local:

O avanço da nova economia política foi também o colapso da antiga economia moral das provisões (...). A economia moral da multidão levou mais tempo para morrer: é adotada pelas primeiras cooperativas de moinhos de farinha, por alguns socialistas owenitas, e continuou a existir durante anos nas entranhas da Sociedade Cooperativa de Vendas por Atacado.<sup>8</sup>

Num momento inicial, em meados do século XIX, onde ganham fôlego as ideias revolucionárias de socialistas utópicos como Owen e Proudhon, se corporifica a experiência mais famosa de cooperativismo: a dos *Pioneiros de Rochdale*, tida comumente como a primeira cooperativa do mundo fundada por tecelões desempregados na cidadela de Rochdale, Reino Unido, em 1844.

Criada para conter o avanço do desemprego e da pauperização dos antigos tecelões, a cooperativa de consumo de Rochdale era uma sociedade de compra e distribuição de mantimentos que buscava na capitalização das míseras economias dos

---

<sup>6</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Op.Cit., p.257.

<sup>7</sup> Idem, p.258.

<sup>8</sup> Idem, p.202.

seus associados uma alternativa frente às transformações geradas pelo processo revolucionário industrial, eliminando os intermediários e adquirindo os seus produtos de consumo (e posteriormente de produção) diretamente dos fabricantes. Assim, vemos que as primeiras experiências do cooperativismo formalmente organizado foram surgindo como “uma alternativa econômica a situações históricas específicas, sendo reconhecido como um dos mais eficientes instrumentos de desenvolvimento e de possível transformação social”.<sup>9</sup>

Uma análise teórica sobre a questão do *crédito* será feita ainda no primeiro capítulo, procurando opor uma noção econômica de crédito com o modelo ideológico que o cooperativismo propugnava em suas origens. Levou-se em consideração o fato de que entre os inspiradores do cooperativismo de crédito que surgiu na Alemanha do século XIX, encontramos os interesses da Igreja Católica, a qual tradicionalmente considerava a usura (lucro baseado no empréstimo de dinheiro a juros altos) como um pecado. Da mesma forma, no Rio Grande do Sul o cooperativismo de crédito será implantado e desenvolvido pela ação missionária de clérigos da ordem jesuíta.

Nesta parte do texto, torna-se inevitável retomar as discussões à cerca da social-democracia feitas no final do século XIX por Rosa Luxemburgo<sup>10</sup>. Ao desconstruir teoricamente os argumentos de Bernstein, Luxemburgo teceu importantes considerações tanto ao cooperativismo (de consumo e produção), quanto ao crédito, tratado como um instrumento de adaptação do capitalismo. Uma releitura atualizada destes argumentos no contexto do surgimento e expansão de uma nova modalidade de cooperativismo (o de crédito), especialmente no Rio Grande do Sul, poderá trazer importantes considerações à luz do conhecimento histórico, possibilitando maior compreensão das transformações da sociedade brasileira no momento da implantação do capitalismo.

Para realizar esta análise, utilizaremos como uma das principais referências algumas das obras de Fábio Luz Filho, importante articulador do cooperativismo brasileiro entre os anos 1920-1940. Economista e político brasileiro, Luz Filho escreveu diversas obras nas quais procurou pensar o desenvolvimento dos diversos sistemas cooperativistas no Brasil e no mundo, resumindo a tarefa fundamental do movimento cooperativo em “eliminar, com seus próprios meios, os intermediários desnecessários,

---

<sup>9</sup> DUARTE, Laura Maria Goulart. *Capitalismo & Cooperativismo no R.G.S.* Porto Alegre: L&PM, 1986, p.13.

<sup>10</sup> LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução*. Militant Publications, London, 1986. In: Luxemburg Internet Archive <[http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref\\_rev/index.htm](http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/index.htm)>, 2002.

entre produtores e consumidores”.<sup>11</sup> No entanto, uma leitura criteriosa de seus escritos revela inúmeras dúvidas quanto às formas de atuação do cooperativismo, especialmente do cooperativismo de consumo, o modelo primordial nascido no Reino Unido durante a Revolução Industrial.

Nos moldes em que fora proposto, a empresa cooperativa surgiria para tomar o lugar de intermediação entre a produção e o consumo, assumindo assim a função explorativa e especulatória típica do sistema capitalista. Ou seja, entrando no circuito da competitividade de mercado, não estaria o próprio cooperativismo alimentando o sistema que tem por finalidade puramente os interesses individuais? Ou não teriam as cooperativas os seus próprios interesses políticos e econômicos? Se pensarmos em termos de cooperativismo de crédito esse questionamento é ainda mais pertinente, considerando que o oferecimento de crédito foi dirigido à efetivação do sistema colonial-mercantil, ou seja, na melhoria individual dos lotes rurais para o sucesso da empresa colonial.

Citando Lambert, Luz Filho defende o fato de que o cooperativismo nasceu sob a égide da plena democracia, em regime de sufrágio universal – um homem, um voto. Assim, a cooperativa que “não abraça o princípio do um por todos (...) não pode considerar-se cooperativa e deve arrogar-se outras insígnias... mercantis”.<sup>12</sup> Retornamos aqui ao mesmo questionamento anterior: que meios o pressuposto regime democrático universal do sistema de gestão de cooperativa utiliza-se para manipular ou ser manipulado, tendo-se em vista o atendimento de interesses parciais da cooperativa, ou ainda, interesses individuais dos seus administradores eleitos por voto direto? Não estabelece o cooperativismo, por assim dizer, uma forma de *egoísmo grupal*? Citando Charles Guide, Luz Filho afirma:

Para que o povo exerça o governo econômico, não é necessário que conheça o cálculo integral ou a paleografia; mas é imprescindível que ele conheça o manejo do capital, o papel do dinheiro, o poder e o perigo do crédito. É preciso que adquira a prática dos negócios e o conhecimento dos homens. E onde poderá adquirir a prática de tudo isso é nas sociedades cooperativas, que são a lição de coisas da democracia.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> LUZ FILHO, Fábio. *As Cooperativas e os problemas da terra*. Rio de Janeiro, Editora Melsos Soc. Anônima, 1964, p.23.

<sup>12</sup> Idem, p.22.

<sup>13</sup> Idem, p.30.

Fica evidente nesta passagem a missão educativa (quase apostólica) do cooperativismo, de preparar seus adeptos para a competição de mercado, munindo-os de instrumentos que possibilitem lutar em pé-de-igualdade em qualquer ramo da economia. Dentre estes instrumentos encontra-se o controverso crédito, apontado por Luxemburgo como um fator de auto-reinvenção do capitalismo “uma tentativa reacionária de atenuar as [suas] contradições”.<sup>14</sup>

O cooperativismo tem por simbologia principal a união de esforços em torno de um benefício comum. No século XIX, quando surgiu, seus ideólogos utilizaram tanto argumentos do socialismo utópico quanto as teorias científicas do darwinismo social para formular um arcabouço que justificasse a existência de suas cooperativas. Consideravam os seres humanos como animais com instintos sociais que, por natureza, apoiar-se-iam mutuamente uns nos outros, resumindo-se no conceito original de *mutual self-help* (auto-ajuda-mútua). Luz Filho dirá que “o apoio mútuo é, por natureza, um fato predominante (...) necessário ao desenvolvimento progressivo de cada espécie (...) que Darwin qualificou de instinto permanente, próprio dos animais sociais”.<sup>15</sup>

Para ampliar esta discussão, recorreremos à análise de Elias buscando encontrar nas origens do cooperativismo as características que foram herdadas do meio social, tendo na *sociabilidade* o elemento que ajudaria a explicar a formalização do ato cooperativo institucionalizado e democrático. De igual maneira, no bojo de caracteres herdados do meio social, buscamos encontrar no cooperativismo o instinto de competição e o individualismo, ambos originários no sistema capitalista de relações que já atuava na época da sua criação.

Em sua análise do *processo de moldagem social*, Elias discute o conceito de *habitus social* como uma auto-imagem da sociedade que serve de referência para a composição social dos indivíduos. Assim podemos compreender como as mudanças nas sociedades parecem seguir uma ordem definida sem um rumo planejado, ou seja, como os seres humanos mudam se adaptando as transformações. Para Elias, o que mudou (com a civilização ocidental) foram a forma de vida comunitária, a estrutura da sociedade e a influência dela sobre os indivíduos.<sup>16</sup>

Assim, acreditamos que as cooperativas em geral trariam em sua origem, em sua formação ideológica, o desejo de prosperar e se desenvolver atuando numa condição de

---

<sup>14</sup> LUXEMBURGO, *Reforma ou Revolução*, Op.Cit., p.17.

<sup>15</sup> Idem, p.23.

<sup>16</sup> Cf. ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Op.Cit., p.9.

competição em livre mercado, concordando novamente com Elias ao afirmar que “todo o indivíduo nasce num grupo de pessoas que já existiam antes dele. E não só: todo indivíduo constitui-se de tal maneira, por natureza, que precisa de outras pessoas que existam antes dele para poder crescer.”<sup>17</sup>

A divisão do trabalho e a civilização, avançando, forçam os indivíduos a deixarem sua “verdade interior” de lado, deixando de fazer uso de suas competências para se transformar naquilo que a estrutura social o direciona, e “toda a maneira como o indivíduo se vê e se conduz em suas relações com os outros depende da estrutura da associação ou associações a respeito das quais ele aprende a dizer ‘nós’”.<sup>18</sup> Afinal, as cooperativas nasceram imersas exatamente nesse contexto de efervescência revolucionária que ampliará a níveis inéditos as contradições sociais nas relações de trabalho e capital.

Percebemos que a cristalização das primeiras *corporações cooperativas* ocorreu simultaneamente à intensificação do processo de imigração de camponeses sem terra e proletários desempregados da Europa para a América. Veremos que no próprio continente europeu, pelo menos entre os trabalhadores urbanos, a imigração era entendida como a última alternativa a ser tomada, como uma “condenação por delito de pobreza”<sup>19</sup>, conforme os registros de Holyoake, influente intelectual do século XIX que acompanhou o movimento de criação da cooperativa dos tecelões de Rochdale.

Essa percepção dá margem para considerarmos a criação das primeiras cooperativas bem como o início de um fluxo imigratório da Europa para a América como dois modelos de reação não-governamentais mais comuns da parte dos camponeses, seguindo as observações de Hobsbawn, “principalmente dos sem-terra e dos proprietários de terras sem bem líquidos, estes, sobretudo camponeses com propriedades potencialmente viáveis”.<sup>20</sup> Este modelo de cooperativismo (de consumo), servirá de embasamento a todos os outros que surgirão posteriormente (cooperativismo de crédito, de trabalho, de produção, etc.), tanto quanto aquele que será implantado no Rio Grande do Sul, a partir do início do século XX, por alguns destes imigrantes e instalados em núcleos coloniais: uma ferramenta de (re)ação contra os problemas

---

<sup>17</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Op.Cit., p.27.

<sup>18</sup> Idem, p.39.

<sup>19</sup> HOLYOAKE, G. J. *Os 28 Tecelões de Rochdale* (História dos Probos Pioneiros de Rochdale). Livraria Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1932, p.33.

<sup>20</sup> HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 60.

causados pela exposição das pequenas econômicas coloniais (camponesas) a um mercado de características capitalistas, amparada na ideologia da auto-ajuda-mútua dos sujeitos destas novas comunidades, na educação para o mercado e na capitalização de suas pequenas economias.

Pensando nisto, justifica-se a importância de destinarmos uma análise também sobre o contexto brasileiro pré-1930, quando a crise da Primeira República, inerente ao padrão de realização do capitalismo no Brasil, irá se expressar em duas grandes mudanças jurídicas: a Lei de Terras em 1850, que transforma a terra em capital; e o trabalho livre em 1888, que separa a força (mercadoria) do trabalhador (sujeito/proprietário da força) com a organização de um mercado de trabalho, segundo o modelo de análise do autor (em São Paulo).<sup>21</sup> Como elementos resultantes dessa crise, podemos observar a introdução do trabalhador imigrante num contexto fortemente baseado na lavoura de exportação (*plantation*) de molde escravista, o predomínio de uma sociedade rural com o início do avanço da urbanização, a criação das primeiras organizações anarco-sindicalistas e de auxílio-mútuo (enquadrando-se aqui os sindicatos, associações e cooperativas de várias espécies e objetivos), crise do regime de colonato com emergência da classe média (funcionários públicos, tenentismo, modernismo) e a tentativa da igreja de recuperação (e manutenção) de seus privilégios políticos, procurando assegurar a ordem social e moral, como veremos no caso da criação das caixas de crédito rural no Rio Grande do Sul.

No campo político, o contexto do Rio Grande do Sul no início do século XX oferece também alguns importantes objetos de análise para a compreensão do ambiente no qual se originará o cooperativismo de crédito. De um lado, vemos o governo positivista/comtista incentivando a imigração oficial, abrindo picadas e criando novos *frentes de expansão/colonização*<sup>22</sup> (como observaremos no capítulo 2, ao analisar o caso da Colônia Ijuhy, em 1890); por outro lado observaremos um estado dividido, geográfica, econômica e politicamente, entre o norte e o sul. Tal divisão devia-se ao conflito de interesses políticos e econômico a formação do bipartidarismo entre Liberais e Republicanos, que conflitavam os interesses conservadores de uma elite latifundiária (principalmente) do sul do estado com os interesses desenvolvimentistas dos

---

<sup>21</sup> Cf. MARTINS, *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. Op.Cit., p.15.

<sup>22</sup> Cf. MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo. Pioneira, 1975.

Republicanos (castilhismo e borgismo), aliado aos setores médios urbanos localizados em sua maioria no centro e norte do Estado.

Nesse ínterim, a discussão da criação das cooperativas no Rio Grande do Sul teve como pano de fundo político-econômico a constatação da existência de paradoxos que contrapunham ideias liberais e positivistas revertendo, eventualmente, o próprio discurso ideológico. Uma atenção especial será dedicada ao cooperativismo de crédito no Rio Grande do Sul e, em especial, na região noroeste do estado.

O primeiro destes paradoxos refere-se à economia natural, para o qual Fonseca aponta duas visões contrapostas do ponto de vista político-ideológico: os republicanos do PRR, entendendo o incremento da agricultura como natural devido à estagnação da região sul, e a oposição liberal entendendo como natural a “especialização histórica do Rio Grande na pecuária”<sup>23</sup>, culpando o governo pela crise e cobrando intervenção oficial na forma de investimentos e crédito oficial subsidiado.

Outro refere-se à percepção de que um incentivo do governo estadual à pequena propriedade estivesse prejudicando a região de economia tradicional (pecuária), e que contrariava os preceitos da própria ideologia positivista.<sup>24</sup>

O crédito rural, nesse ponto, exerceria uma função central das discussões, pois, ao mesmo tempo em que intervinha na economia, o governo negava o oferecimento de crédito rural subsidiado. Ou seja, o positivismo, que procurava abandonar o *laissez faire*, limitava a esfera de atuação do governo na economia através de duas restrições: a negação da validade do crédito e o orçamento equilibrado. Já a oposição, que defendia o liberalismo econômico, pedia insistentemente mais ações do governo, dentre elas, a concessão de crédito.<sup>25</sup>

O cooperativismo desempenhará uma importante função na dinâmica de imigração e “ocupação racional” das áreas de matas no norte do estado, que então passaram a ser consideradas de interesse público durante o século XIX. Consideraremos a divisão e ocupação histórica do RS entre o norte - áreas de mata, originalmente ocupadas por índios e, após o ciclo missionário, por lusos, constituindo a população cabocla; e o sul - regiões de vastos campos (também conhecidos como pampas) doadas como sesmarias aos militares que atuaram nas guerras fronteiriças entre as coroas

---

<sup>23</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: Economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p.76.

<sup>24</sup> *Idem*, p.114.

<sup>25</sup> *Idem*, p.97.

ibéricas.<sup>26</sup> Já a colonização oficial na região norte, iniciou no século XVIII com imigrantes europeus (inicialmente açorianos, posteriormente alemães, italianos e outras nacionalidades), como uma política de incentivo a ocupação e proteção de regiões estratégicas de nações estrangeiras e de ataques de índios e escravos fugidos. Seus objetivos eram promover uma policultura de abastecimento, disponibilizando homens livres para os exércitos imperiais, consolidando a ocupação do espaço e implantando uma população livre de pequenos proprietários para equalizar a população escrava.

Uma característica desses imigrantes que terá significativa importância para a política de imigração brasileira será a sua tradição camponesa milenar. Traziam poucos filhos, devido à escassez de terras em seus países de origem, mas uma vez dispostos nos seus lotes coloniais, dedicavam-se a reprodução em série de filhos, então entendidos como braços necessários para a atividade agrícola. Assim constituíam uma *divisão familiar do trabalho*, orientada para a obtenção do direito de propriedade da terra, mesclada com atividades de subsistência, tendo como objetivo produzir todo o necessário para o consumo familiar sem precisar adquirir outros produtos, já que precisavam capitalizar recursos para quitar a dívida de aquisição do seu lote colonial.

Pelo disposto, entendemos que a mercantilização da produção era condição para o sucesso da colônia, a qual dependia da inserção da família na economia regional e a obtenção de recursos financeiros para pagamento da dívida colonial<sup>27</sup>, aquisição de animais, insumos e ferramentas de trabalho, investimentos em melhorias, etc.. Esse será o sentido que orientará a formação do cooperativismo de crédito no Rio Grande do Sul, inicialmente proposto como uma alternativa de adaptação das realidades coloniais à necessidade de crédito. A criação das *caixas de crédito rural* terá como pressuposto fundamental a obtenção de recursos mediante a capitalização coletiva das pequenas economias coloniais.

Analisaremos, ainda que rapidamente, os antecedentes dos bancos no Brasil, procurando compreendê-los como atividade de estímulo aos interesses de grupos restritos. No Rio Grande do Sul pré-1930, verificaremos a existência de pouquíssimos bancos nacionais privados, e alguns outros de capital internacional, atuando nos grandes centros econômicos estaduais, e no interior do estado através de casas bancárias

---

<sup>26</sup> Cf. ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto Gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997.

<sup>27</sup> Entendemos por *dívida colonial* a dívida resultante da obtenção de um lote padrão de terras do governo ou de empresas colonizadoras, mediante parcelamento que se inicia a partir dos primeiros resultados produtivos.



particulares e/ou correspondentes. Estes eram geralmente comerciantes influentes nas regiões coloniais, e submetiam os colonos a procedimentos financeiros usurários. Roche faz alusão a este tipo de atividade comercial:

Eis, enfim, a última parte do papel do comerciante na economia das zonas rurais, sobretudo em fase pioneira: pelo jogo do mecanismo da conta corrente, não somente ele foi levado a conceder crédito a seus fregueses (à taxa de 12%), mas também se tornou seu banqueiro. Os colonos efetuavam, como no guichê de um banco, verdadeiros depósitos na caixa do comerciante. Alguns colonos até lhe pagavam uma taxa, para que guardasse o seu dinheiro, isso existe desde 1890 e correntemente se encontra, durante todo o século XX, nas contas de casas de comércio das colônias.<sup>28</sup>

Partindo dessa análise geral das conjunturas que envolvem a criação das caixas de crédito rural no sul Brasil, após a criação da Associação dos Agricultores do Rio Grande do Sul (*Bauerverein*) em 1902, entidade criada por um padre jesuíta mas que se proclamava ecumênica, veremos que esse fenômeno (o cooperativismo de crédito) expandiu-se pelo interior do estado acompanhando as frentes de expansão da fronteira agrícola, com a abertura de novas colônias em terras então consideradas devolutas, principalmente no norte do estado.

Todas estas cooperativas de crédito criadas no Rio Grande do Sul até os anos 1930, foram estimuladas e divulgadas especialmente pela ação de religiosos de diversas ordens, mas principalmente de jesuítas que integraram primeiramente a *Bauerverein* e posteriormente a *Volksverein* – Sociedade União Popular. Para o pesquisador do campo do cooperativismo Walter Frantz, “o envolvimento, tanto da Igreja evangélica quanto católica, para a implantação do cooperativismo, no Estado do Rio Grande do Sul, foi decisivo. O cooperativismo teve especial importância na economia dos colonos. Ao longo de décadas, constitui-se em instrumento de inserção no mercado.”<sup>29</sup>

Schalleberger irá se referir ao fenômeno de expansão das caixas rurais pela ação da igreja, definindo esta última como a “Igreja da Imigração”<sup>30</sup>, cujo objetivo era buscar soluções para as famílias e para as comunidades através da valorização do espaço econômico agrícola no mercado local e internacional. O apelo ao cooperativismo

---

<sup>28</sup> ROCHE, Jean. *A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969. t. II, p.422.

<sup>29</sup> FRANTZ, Walter; HILGERT, Vagner; CORRÊA, Ricardo. *A história do cooperativismo de crédito em Panambi: uma trajetória de 75 anos*. Ijuí: Unijuí, 2006, p.41.

<sup>30</sup> SCHALLEMBERGER, Erneldo. *Cooperativismo e política: redes de associações e Estado na constituição do marco tecnológico e na organização da agricultura sul-brasileira no período Vargas*. In: Informe GEPEC, UNIOESTE Vol. 8, No 1, 2004.

e a responsabilidade das cooperativas na busca dessas soluções para as comunidades estiveram, de certa forma, relacionados à ineficiência do Estado e à impotência do poder político em atender tais necessidades.

É agindo neste sentido, e baseados no tradicional discurso cooperativista da auto-ajuda (*Self-Help*) mútua, que inúmeras comunidades coloniais organizaram caixas rurais nos moldes do sistema Raiffeisen alemão. Esse semi-abandono da política oficial do estado paralelamente a criação de uma classe de produtores pequenos proprietários durante a Primeira República, é que produziu um empoderamento da Igreja Católica na ordenação do projeto de colonização em diversas frentes de expansão, organizando social e economicamente e interferindo na condução da vida pública dessas comunidades pelo o cooperativismo de crédito, que financiará a atividade agrícola e a mercantilização da produção, além de reaplicar os resultados dessa atividade na execução de obras de infraestrutura local defendendo interesses dos colonos organizados.

Sobre esses exemplos mencionados procuraremos dedicar a última parte do texto, debruçando-se sobre o caso em específico de uma dessas caixas, fundada em 1925 na região noroeste do Rio Grande do Sul, no interior do então Município de Ijuí: a Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado – CRUPSC, cuja ata de fundação já demonstra parte dos objetivos que este estudo se propõem elucidar: “Combater a usura, fornecendo a juros módicos, a seus sócios e somente a eles, os capitais necessários à exploração de seu pequeno trabalho, facilitando-lhe o exercício de sua profissão”.<sup>31</sup>

Como referências cronológicas para o recorte deste estudo, escolhemos a fundação da primeira cooperativa de crédito no Rio Grande do Sul, 1902; e o ano da constituição do Estado Novo, levando-se em consideração o fato de que tais empreendimentos cooperativos criados nesta lacuna atuaram numa condição de relativa ausência do Estado, entre 1902 e 1937, período em que raramente foram redigidas leis ou decretos com o intuito de organizar esta nova categoria econômica. Após 1937, verificamos que o novo enquadramento institucional das organizações sindicais e associativas, jogará os indivíduos na direção do progresso, enfraquecendo o antigo vínculo ideológico de solidariedade e cooperação.

---

<sup>31</sup> Ata de Fundação da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado, em 25 de maio de 1925. Fonte: Arquivo Sicredi Augusto Pestana.

Embora tenha estimulado de inúmeras maneiras o cooperativismo, o Estado Novo restringirá a livre atuação e a auto-ordenação das antigas cooperativas de crédito, retirando com isso parte das condições que fizeram com que tais instituições fossem criadas. Chegava ao fim o terreno de relativa liberdade em que atuaram as antigas caixas de crédito, desvinculadas, até então, de qualquer instância governamental que impusesse condições à sua atuação. Deu-se a partir de então a adesão gradativa ao sistema financeiro nacional/internacional até a reforma bancária (1964) e, posteriormente, a criação do sistema de crédito cooperativo que representou uma inserção plena à estrutura financeira nacional de molde capitalista.

## CAPÍTULO 1: “SER OU NÃO SER, EIS A QUESTÃO”: APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE COOPERATIVISMO E CORPORATIVISMO NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.

Muito se fala sobre a experiência pioneira dos famosos tecelões de Rochdale, um povoado situado no distrito industrial de Lancaster (Lancashire), no oeste da Inglaterra. Esta referência histórica pode ser encontrada nos mais diversos registros históricos sobre o cooperativismo, escritos e reescritos no decorrer de quase dois séculos de sua experiência histórica. Segundo ela, os tecelões desempregados foram motivados a se unirem contra as adversidades impostas pela conjuntura socioeconômica em que se encontravam, formando assim uma *Cooperativa*, conceito novo do ponto de vista institucional, porém antigo do ponto de vista prático.<sup>32</sup> No decorrer da história, inúmeros pensadores idealizaram propostas que apontavam para uma alternativa semelhante a colocada em prática pelos tecelões de Rochdale. Algumas foram experimentadas, outras permaneceram no campo das ideias; umas articuladas metodicamente para serem colocadas em prática, outras não passaram de idealizações utópicas, ou fruto de obras de ficção literária.<sup>33</sup>

Mas uma obra se destaca no meio de tantas informações. Tendo sido testemunha ocular do nascimento da famosa cooperativa dos *Tecelões de Rochdale* e por sua proximidade como os tecelões que compuseram a instituição, George Jacob Holyoake foi um dos oradores da festa de inauguração do novo armazém da cooperativa em 1867, uma grande festa em que comemoravam o sucesso do empreendimento que, nascido da *cooperação* dos tecelões empobrecidos de Lancashire, em pouco mais de 20 anos de

---

<sup>32</sup> Em “Costumes em Comum” Thompson cita a existência de um moinho em Birmingham (um dos principais centros comerciais do Reino Unido à época) que, já no início do século XIX, fornecia pão a preço de custo aos fazendeiros locais, funcionando como uma espécie primitiva de cooperativa de comerciantes de cereal. Em outro caso, Ruth Pierce, por volta de 1750, juntou-se com outras três mulheres para, juntas, comprar um saco de trigo de um fazendeiro. Estes exemplos demonstram a existência de um ativismo baseado na cooperação anterior à institucionalização da cooperativa dos tecelões de Rochdale. Cf. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Op.Cit., p.244.

<sup>33</sup> Pensadores de várias épocas como Platão, Campanella, Thomas Morus, Francis Bacon, Saint-Simon, Charles Fourier, Louis Blanc e Robert Owen idealizaram, cada um a seu modo, modelo ideais de sociedade, baseadas num princípio comum de cooperação e comunitarismo. Algumas obras como *A República* de Platão, *A Cidade do Sol* de Campanella, *Utopia* de Morus, *A Nova Atlântida* de Bacon, *Cartas de Genebra* de Saint-Simon, ou as experiências dos *Falanstérios* de Fourier ou das colônias socialistas de Owen na América, são alguns dos exemplos de produções históricas sobre modelos idealizados de sociedades.

existência já se afirmava como uma grande *corporação*. Em 1874, exatos 30 anos depois da fundação da cooperativa dos tecelões de Rochdale, seu orador empenhou-se em redigir uma detalhada descrição da experiência de organização do armazém cooperativo dos tecelões de Rochdale, suas dificuldades iniciais e o desenrolar daquela que seria posteriormente conhecida como a experiência pioneira no cooperativismo.

Traduzida no Brasil em 1932 por Archimedes Taborda, a obra ganhou o título de *Os 28 Tecelões de Rochdale*. O prefácio dessa edição em língua portuguesa faz uma verdadeira ode ao pioneirismo e ao espírito cooperativo que foram considerados o segredo de sucesso do empreendimento colocado em prática na Grã-Bretanha e que, quase noventa anos depois (1844-1932), havia se espalhado em diversas sucursais pela Europa e inspirado a fundação de inúmeras outras instituições semelhantes. Taborda cita, em seus agradecimentos, seu colega de repartição José Saturnino Britto, pelas mãos do qual tomou conhecimento do que chamou de “a mais bela apologia do cooperativismo”<sup>34</sup>, além de Fábio Luz Filho, outro estudioso brasileiro do cooperativismo durante a primeira metade do século XX, e o pesquisador argentino Domingos Borea e o seu famoso *Tratado de Cooperación*.

As referências apontadas por Taborda no prefácio de sua tradução da obra de Holyoake são significativas, pois servem de evidência quanto à origem e às características das primeiras produções bibliográficas brasileiras sobre o movimento cooperativista, apontando para um momento importante da história nacional em que o Estado passava por um grande e conflituoso processo de transformação de sua matriz econômica e social, visando modernizar-se com base em modelos internacionais clássicos de desenvolvimento econômico. Em geral, do ponto de vista teórico, encontraremos nas produções de vários dos autores citados referências claras ao nacionalismo e a centralização política, que por sua vez refletem as experiências totalitaristas do período, tal e qual ocorriam nos movimentos nazista e fascista na Europa entre-guerras daquele mesmo período. Estas referências transversais serão abordadas mais substancialmente no decorrer deste trabalho.

Já a obra original de Holyoake revela-se de grande importância para a compreensão da forma e da experiência de implantação do cooperativismo no Brasil, e em especial no Rio Grande do Sul durante o processo de ocupação e colonização da metade norte do estado a partir do século XIX. Por se tratar de uma visão

---

<sup>34</sup> HOLYOAKE, *Os 28 Tecelões de Rochdale* Op.Cit., p.10.

contemporânea dos acontecimentos da Europa do século XIX, e mais precisamente do exato local e época em que se fundou aquela que é considerada a *primeira cooperativa* da história, ao menos dentro dos padrões utilizados para esta definição na atualidade<sup>35</sup>.

Para Frantz<sup>36</sup>, o conceito de *cooperativismo* resulta originalmente do *associativismo*, ou seja, a associação de pessoas ou grupos sociais com o sentido da identidade, solidariedade ou colaboração, sendo possível observar este fenômeno tanto nas famílias, quanto em empresas, escolas, comunidades, etc. A fundação das primeiras cooperativas, e mesmo as cooperativas fundadas muitos anos depois, no Brasil, serão constituídas visando inicialmente atender a uma demanda comunitária, associando pessoas de status relativamente semelhantes em busca da resolução de problemas de ordem coletiva, como nos exemplos citados por Thompson para conceituar a “economia moral dos pobres”, entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX.

José de Souza Martins, ao trabalhar com a questão da imigração dentro do contexto da crise do Brasil agrário no século XIX, refere-se à formação conceitual da *comunidade* como uma forma social utópica surgida em oposição ao conceito de *sociedade*. Para ele “a noção de sociedade é produto de um modo de vida capitalista”, enquanto na comunidade, em seu estado natural, os homens situados na periferia da vida capitalista “permanecem unidos apesar de todas as separações”.<sup>37</sup> *Comunidade* e *Sociedade* seriam, pelo disposto, antagonismos que separam os indivíduos dentro de uma categorização socioeconômica diversa: o primeiro, como uma forma alienada de oposição do camponês frente as transformações da sociedade capitalista (uma forma sobrevivente do capitalismo); o segundo, corresponde à ideologia societária burguesa, baseada nas relações de igualdade jurídica entre os homens, um produto do próprio capitalismo que o reproduz no interior de suas estruturas.

Já Norbert Elias faz uma proposição diferenciada ao discutir o conceito de *habitus social*, propondo que essas mudanças “têm origem, não na natureza dos indivíduos isolados, mas na estrutura da vida conjunta de muitos. A história é sempre história de uma sociedade, mas, sem a menor dúvida, de uma sociedade de

---

<sup>35</sup> Quase duas décadas depois da fundação da Cooperativa dos Tecelões de Rochdale, em 1881, já existiam cerca de 1.000 cooperativas que totalizavam 550 mil associados (Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB) *apud* ZENI, Angelo Elocir. *Trabalho Cooperativo: à luz da Legislação e Doutrina Brasileira e Espanhola*. SESCOOP, 2008.

<sup>36</sup> Cf. FRANTZ, Walter. *Caminhos para o Desenvolvimento pelo Cooperativismo* (Cadernos Unijuí). Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

<sup>37</sup> MARTINS, A *Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. Op.Cit., p.32.

indivíduos”.<sup>38</sup> Assim podemos compreender como as mudanças nas sociedades parecem seguir uma ordem definida sem um rumo planejado, compreendendo também como os seres humanos mudam. O que mudou (com a civilização ocidental) foram a forma de vida comunitária, a estrutura da sociedade e a influência dela sobre os indivíduos.

O cooperativismo utilizará frequentemente (pelo menos em suas origens) o conceito de *comunidade*, uma vez que ele surgirá com a justificativa de combater as transformações causadas pelo avanço do capitalismo. Originados no interior de associações de operários e camponeses europeus partidários de um conjunto diferenciado de ideologias de caráter socialista, os primeiros cooperativistas buscavam uma saída para resolver (ou ao menos minimizar) os problemas decorrentes da Revolução Industrial, agravados no século XIX. Assim, as primeiras experiências de trabalho cooperativo formalmente organizado surgem como “uma alternativa econômica a situações históricas específicas, sendo reconhecido como um dos mais eficientes instrumentos de desenvolvimento e de possível transformação social”.<sup>39</sup> Sob este aspecto, as cooperativas podem ser definidas como sociedades que exercem atividade econômica possuindo, portanto, uma dupla natureza: instrumento econômico com consequências sociais, ou instrumento social com consequências econômicas, embora a experiência demonstre que as cooperativas só cumpram seu papel social quando obtém êxito em sua função econômica.<sup>40</sup>

O surgimento deste fenômeno na metade do século XIX ocorreu concomitantemente em diversos países da Europa, correspondendo a fatores intrínsecos a cada região onde foram criadas cooperativas, como resposta às transformações econômicas pelas quais passavam os sujeitos situados no interior daquelas sociedades. A ruptura do antigo modo de vida e trabalho feudal teve impactos significativos na vida dos trabalhadores, tanto no campo quanto na cidade. Entre os séculos XVIII e XIX, fatores como o avanço tecnológico e o êxodo rural contribuíram para a chamada Revolução Industrial, convertendo oficinas artesanais em fábricas e impingindo profundas mudanças, especialmente para as classes camponesas e operárias, subordinadas ao poder econômico. Para Bauman, a Revolução Industrial representou a completa supressão dos costumes e tradições de cunho comunitário pela transformação

---

<sup>38</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Op.Cit., p.45.

<sup>39</sup> DUARTE, Laura Maria Goulart. *Capitalismo & Cooperativismo no R.G.S*. Op.Cit., p.13.

<sup>40</sup> BENECKE, Dieter W. *Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas do processo de desenvolvimento nos países do terceiro mund*. Porto Alegre, Coojornal; Recife, Assocene; 1980, p.83.

gerada em consequência da instauração da economia liberal de mercado. Para ele os trabalhadores de hábitos comunitários precisariam ser transformados em massas homogêneas para dar início ao novo processo de exploração econômica:

Os homens e mulheres deviam primeiro ser separados da teia de laços comunitários que tolhia seus movimentos, para que pudessem ser mais tarde redistribuídos como equipes de fábrica. Essa nova indeterminação não passaria de um breve e transitório estágio dentre duas gaiolas de ferro igualmente estreitas.<sup>41</sup>

Ao escrever a história regional das revoluções britânica e francesa, Hobsbawn<sup>42</sup> apresenta um conjunto de elementos econômicos e sociais, além de estruturas políticas e intelectuais, que favoreceram parte da Europa a se revolucionar. Mostra como essas revoluções se espalharam pelo mundo transformando-se numa revolução mundial a partir dos mercadores modernos que, comprando produtos manufaturados pelos artesãos e vendendo-os num mercado mais amplo, ocupavam a renda desta atividade industrial, transformando os antigos artesãos em trabalhadores pagos por artigo produzido. Camponeses que soubessem tecer, poderiam virar tecelões e o velho mestre artesão viraria um subempregador, sendo o controlador chefe o próprio mercador, e os *industriais* “eram, em comparação à ele [mercador], ínfimos operadores, quando não diretamente dependentes dele (...) era nesta época um pobre gerente e não um capitão da indústria.”<sup>43</sup>

A Revolução Industrial foi para Hobsbawn o mais importante processo revolucionário do mundo desde a invenção da agricultura e das cidades. Ocorrida na Grã-Bretanha, Estado que possuía fatores fundamentais para o advento da revolução industrial, como “o lucro privado e o desenvolvimento econômico (...) como os supremos objetivos da política governamental”<sup>44</sup>, ou seja, um governo forte o suficiente para impor suas ambições econômicas externamente, mas internamente flexível o suficiente para manter uma economia liberal que favorecesse a acumulação de capitais particulares.

Os problemas derivados da Revolução Industrial seriam ainda agravados pelas sucessivas crises agrícolas e econômicas verificadas nos anos 1830 e 1840. Para Hobsbawn, o primeiro tropeço geral da economia capitalista, ocorreu justamente por

---

<sup>41</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade*. Op.Cit., p.33.

<sup>42</sup> HOBBSAWN, Eric J. *A Era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>43</sup> HOBBSAWN. *A Era das revoluções*. Op.Cit., p.36.

<sup>44</sup> Idem, p.45-46.



volta desse período, verificado em uma acentuada desaceleração da renda nacional britânica com sérias consequências sociais:

A transição da nova economia criou a miséria e o descontentamento, os ingredientes da revolução social. E, de fato, a revolução social eclodiu na forma de levantes espontâneos de trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades, produzindo as revoluções de 1848 no continente e os amplos movimentos cartistas na Grã-Bretanha.<sup>45</sup>

Mas não eram apenas trabalhadores pobres que expressavam insatisfação, mas pequenos comerciantes e a pequena burguesia, além de setores especiais que, conhecendo o suficiente sobre dinheiro e crédito, tinham uma insatisfação especial pela fechada comunidade capitalista, nacional e internacional: “era o pequeno que sofria e que, em todos os países e durante o século XIX, exigia crédito fácil e financiamento flexível. Os trabalhadores e a queixosa pequena burguesia, prestes a desabar no abismo dos destituídos de propriedade, partilhavam, portanto, dos mesmos descontentamentos”.<sup>46</sup>

Na Grã-Bretanha, a diminuição da produção de alimentos e as mudanças na economia doméstica geraram problemas de ordem alimentar, e como demonstram os *food riots* analisados de Thompson, “as pessoas protestam quando estão com fome”.<sup>47</sup> A compra e venda de grãos deixava de ser feita nos mercados públicos [populares], como de costume, para ser feita pelos atravessadores nas propriedades rurais. Como resultado, os grãos chegavam a preços muito maiores no mercado popular, gerando queixas e tensões. Os fazendeiros, por sua vez, justificavam suas artimanhas comerciais como uma

suposta liberdade de (...) fazer o que bem quisesse com o que era seu. Isso seria uma liberdade “natural”, mas não civil. Portanto não se pode dizer que a liberdade de um cidadão, ou de quem vive sob a proteção de uma comunidade; é antes a liberdade de um selvagem; assim, quem tira partido dessa liberdade não merece a proteção conferida pela sociedade.<sup>48</sup>

A manifestação popular foi uma característica da *economia moral da multidão*, uma forma legítima para o qual Thompson chama de defesa dos costumes tradicionais,

---

<sup>45</sup> HOBBSAWN. *A Era das revoluções*. Op.Cit., p.55.

<sup>46</sup> Idem, p.56.

<sup>47</sup> Thompson chama de “*food riots*” os ataques aos comerciantes de grãos e moleiros em épocas de carestia. Cf. THOMPSON, *Costumes em comum*. Op.Cit., p.151.

<sup>48</sup> THOMPSON, *Costumes em comum*. Op.Cit., p.158.

caracterizada pela resistência alienada as transformações impostas pela economia liberal de mercado. Isto ajudaria a explicar a experiência pioneira de Rochdale, em 1844, com a criação de uma cooperativa de consumo, cujo objetivo inicial era adquirir itens de primeira necessidade, como alimentos, mantimentos e utensílios em geral. Na França e Alemanha da mesma época, a experiência foi com cooperativas de trabalho e de crédito, respectivamente. Walter Frantz explica que:

O movimento social pela organização cooperativa não é um bloco único. Trata-se de um movimento que toma formas e sentidos de organização, segundo as estruturas sociais, as concepções políticas, as categorias econômicas, as nacionalidades e as crenças religiosas, as diferentes concepções e interpretações do sentido da cooperação.<sup>49</sup>

Do ponto vista da compreensão da criação e do desenvolvimento inicial do cooperativismo, é significativo o fato de ter sido a primeira cooperativa formada por tecelões, já que esta atividade representa uma forte simbologia do processo revolucionário industrial, e tendo na Grã-Bretanha a vanguarda desenvolvimentista desta atividade.<sup>50</sup> Os tecelões foram desde o princípio da revolução uma classe de operários mal remunerados, inseridos indiretamente na economia de mercado por intermédio dos comerciantes que logo se tornariam os donos dos meios de produção, subempregando, então, esta força de trabalho.

O ano de 1843 (ano anterior a fundação da cooperativa dos tecelões de Rochdale) foi marcado pela prosperidade da indústria de flanela, o que significava mais trabalho para os tecelões nas fábricas de Rochdale. Estes, por sua vez, desejavam aproveitar a boa fase das indústrias para barganhar melhores salários e melhores condições de trabalho. Em seu relato, Holyoake descreve a dificuldade dos operários em nomear uma comissão que fosse ter com os donos das fábricas uma entrevista para requisitar melhores salários. Duas fábricas haviam cedido, sob condição de que as demais fábricas concedessem o mesmo aumento, evitando assim qualquer descompasso entre as condições de trabalho que ocasionasse revoltas internas ou greves. Algumas fábricas, no entanto, preferiram fechar suas portas a ceder aos operários, classe entendida pejorativamente por Holyoake como “inábil diplomata”, “ratos de assembleia” (medrosos) ou “pessoas não-ajuizadas”, especialmente quando questionadora da ordem vigente.

---

<sup>49</sup> FRANTZ, *A história do cooperativismo de crédito em Panambi*: Op.Cit., 2006, p.30.

<sup>50</sup> HOBBSAWN, *Era das revoluções*. Op.cit., p.20.

Essa resistência prejudicou os operários, porque é impossível lutar contra o capital sem o concurso do capital. Sem este aliado, resta unicamente a perspectiva de torturar o cérebro para encontrar expedientes que, aliás, produzem resultados sem importância.<sup>51</sup>

Como resultado desse insucesso “diplomático”, produziu-se uma greve. Neste ponto, dois caminhos são apontados pelo autor. O primeiro deles é o caminho da razão, do raciocínio e reflexão, considerado o mais adequado para todas as ocasiões onde houver conflito de ideias.

A razão aparece no discurso de Holyoake como um elemento ideológico de influência iluminista, que reflete, por sua vez, uma “sombria devoção ao utilitarismo burguês, (...) fé absoluta no liberalismo econômico e da repulsa pelas atividades não econômicas”<sup>52</sup>. Segundo este pensamento, a humanidade e os homens individualmente estariam destinados ao progresso, pois poderiam ser aperfeiçoados pela aplicação da razão. Em Martins<sup>53</sup>, a *reflexão* e o *cálculo* aparecem como objetivos racionalmente construídos do *querer burguês*, ambos integrando a ordem fundamental do capitalismo essencial. Sobre as forças de controle social nas comunidades mais tradicionais, Thompson afirma que sua cultura possuía formas conservadoras,

que recorriam aos costumes tradicionais e procurava reforçá-los. As formas são também não racionais; não apelam para a “razão”, por meio do panfleto, do sermão ou do palanque do orador. Elas impõem uma variedade de sanções pela força, o ridículo, a vergonha, a intimidação (...) uma cultura costumeira que não está sujeita, em seu funcionamento cotidiano, ao domínio ideológico dos governantes.<sup>54</sup>

Já o segundo caminho citado no texto de Holyoake seria o caminho da represália e da violência; da emoção que se converte em ódio, e cuja greve é uma de suas faces mais comuns: “os tecelões deixariam escapar uma magnífica ocasião de aumentar os seus salários e se os patrões conseguiram vencer, não foi por terem o direito ao seu lado, mas porque os seus adversários foram demasiados violentos”.<sup>55</sup> Para o autor, o resultado seguinte à manifestação grevista dos tecelões, considerada de natureza

---

<sup>51</sup> HOLYOAKE, *Os 28 Tecelões de Rochdale*. Op.cit., p.13-14.

<sup>52</sup> HOBBSAWN, *Era das revoluções*. Op.cit., p.210.

<sup>53</sup> MARTINS, *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. Op.Cit., p.35.

<sup>53</sup> Idem, p.32.

<sup>54</sup> THOMPSON, *Costumes em comum*. Op.Cit., p.19.

<sup>55</sup> HOLYOAKE. *Os 28 Tecelões de Rochdale*. Op.cit., p.15.

violenta, foi o fechamento de inúmeras fábricas, além do desemprego e do aumento da precariedade da situação dos mesmos operários.

De todo o modo, repousavam sobre a dita ignorância dos operários as principais causas do seu sofrimento. A solução a que se chegou, apontava para a formulação de dois princípios fundamentais: a união, ou seja, a criação de associações que congregassem as ideias e os interesses comuns dos operários; e a educação, necessária para fazê-los ver mais longe, compreendendo as dinâmicas sociais e econômicas e tomando as decisões certas no que diz respeito à mobilização e a manifestações por melhores condições de trabalho e renda.

Recorremos novamente a Thompson para mostrar como a mentalidade dos trabalhadores do século XVIII e XIX será permeada pela ideologia do trabalho e da poupança. Os confrontos entre a nova economia liberal de mercado e a economia moral do povo, baseada nos costumes demonstra que,

de modo geral, a população trabalhadora tem pouca possibilidade de prover o futuro: essas pessoas não planejam sua “carreira”, nem sua família; não vêem sua vida como uma forma definida diante de si, não economizam os altos ganhos de algumas semanas para fazer poupança (...) assim, as oportunidades são aproveitadas à medida que surgem, com pouca reflexão sobre as conseqüências.<sup>56</sup>

Assim, *união* e *educação* serão consideradas, anos mais tarde, dois dos princípios fundamentais do cooperativismo institucionalizado, necessários para elevar a capacidade de organização racional dos trabalhadores e promover a concretização dos ideais burgueses de livre mercado acumulação capitalista.<sup>57</sup>

Circulavam entre os tecelões e operários de Lancashire as ideias do socialismo utópico que, apontando para um racionalismo lógico, propunha a reforma de todo o conjunto do ambiente social. Robert Owen (1771-1858) era um dos teóricos que

---

<sup>56</sup> THOMPSON, *Costumes em comum*. Op.Cit., p.21.

<sup>57</sup> A Aliança Cooperativa Internacional atua desde sua criação em Genebra-Suíça, em 1937, congregando instituições cooperativas de toda a espécie ao redor do mundo a atuarem dentro do conjunto de princípios fundamentais: 1st Principle: Voluntary and Open Membership (Adesão voluntária); 2nd Principle: Democratic Member Control (Gestão democrática); 3rd Principle: Member Economic Participation (Participação econômica dos membros); 4th Principle: Autonomy and Independence (Autonomia e independência); 5th Principle: Education, Training and Information (Educação, treinamento e informação); 6th Principle: Co-operation among Co-operatives (Cooperação entre as cooperativas); 7th Principle: Concern for Community (Preocupação com a comunidade) Fonte: ICA – Internacional Co-operative Alliance (ACI – Aliança Cooperativa Internacional), site oficial <http://www.ica.coop/coop/principles.html> (acesso em 25/08/2011)

representavam esse conjunto de ideias, e um dos expoentes que serviram de referência para a disseminação da ideologia socialista. Owen foi um dos primeiros bem-sucedidos industriais do algodão, e acreditava na possibilidade de aperfeiçoamento do ser humano inserido no meio social, bem como da melhoria gradativa dessa sociedade no contexto da Revolução Industrial, separando a busca da felicidade individual da busca de uma felicidade coletiva, e encontrando, segundo a descrição de Engels, *ordem no caos*.<sup>58</sup> Para que isso fosse possível, os homens deveriam abrir mão do individualismo em prol do coletivismo (ou do associativismo, como propunham seus seguidores): “o objetivo primordial e necessário de toda a existência deve ser a felicidade, mas a felicidade não pode ser obtida individualmente; é inútil esperar-se pela felicidade isolada; todos devem compartilhar dela ou então a minoria nunca será capaz de gozá-la”.<sup>59</sup>

Além dos seguidores das ideias utópicas de Orwen, entre os integrantes do grupo inicial que se dispôs a pensar sua condição social haviam os *teetotallers* e os *cartistas*.<sup>60</sup> Cada um oferecia propostas que segundo suas convicções seriam a solução para todos os males que afligiam sua sociedade. Para os primeiros, o problema residia na bebida alcoólica. Ela deveria ser banida, pois somente com a abstenção os chefes de família conseguiriam diminuir os gastos familiares; para os segundos, o problema era a ausência de mecanismos de participação política efetiva do povo, como o sufrágio universal, um dos temas centrais da Carta do Povo. Mas para ambos, a solução menos drástica apontava para a auto-ajuda (*self-help*)<sup>61</sup>:

Alguns daqueles pobres tecelões, sem trabalho, quase sem pão e isolados completamente no sentido social, uniram-se com o fim de estudar o que mais conviria para melhorar a sua situação.

Os industriais tem o capital e os comerciantes têm as provisões. Que podiam fazer os operários, privados destes dois recursos e faltos, quase por completo, de tudo? Deviam pedir a proteção da lei dos

---

<sup>58</sup> Cf. ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Ed. Centauro: São Paulo, 2005. p.52-53.

<sup>59</sup> OWEN, Robert. *Apud* HOBBSAWN. *Era das revoluções*. Op.Cit., p. 263.

<sup>60</sup> *Teetotaller* era como eram chamado o membro da Sociedade de Temperança, que acreditavam que a abstenção do álcool resolveria os problemas dos operários, ficando os salários destinados unicamente para o bem estar da família; sendo sóbrio, o operário seria rico. Já os *cartistas* eram os adeptos da Carta do Povo (*People's Charter*), documento que sintetizou as reivindicações operárias em 1832, principalmente em torno do direito de sufrágio universal. Foi considerado por Engels como o primeiro partido independente da Era Moderna. Cf. ENGELS. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Op.Cit. p.29-30.

<sup>61</sup> É interessante compararmos o surgimento do conceito de *self-help* dentro do seu contexto histórico, em contradição ao conceito da mesma época *self-made-man*; ou seja, a auto-ajuda que refletirá no cooperativismo ou no associativismo com a definição do mutualismo, em oposição ao individualismo do *homem que se fez por si mesmo*, o ideal almejado pelo burguês que se converte em capitalista.

indigentes? Isso significaria a perda da sua independência. Deviam emigrar? A imigração lhes parecia uma condenação por delito de pobreza. Que fazer, pois?

Depois de muito refletir, decidiram começar a expensas-suas a luta pela vida. Considerando-se comerciantes, industriais e capitalistas sem dinheiro, prepararam-se para criar os seus próprios meios de ação e para conseguir, mediante o auxílio mutuo (self-help), tudo o que lhes faltava.<sup>62</sup>

A criação das primeiras cooperativas e a imigração são compreendidas por Hobsbawn como dois modelos de reação não-governamentais mais comuns da parte dos camponeses, “principalmente dos sem-terra e dos proprietários de terras sem bem líquidos, estes sobretudo camponeses com propriedades potencialmente viáveis”.<sup>63</sup> Este trecho apresenta as alternativas à que poderiam recorrer os operários, sob o ponto de vista de Holyoake. Segundo ele, a primeira tentativa foi de criar uma subscrição de capital: *the stock exchange* (a bolsa), uma espécie de banco cooperativo que não teve êxito maior do que a soma necessária para um saco de farinha e os apelidos de: “capitalistas liliputenses” e “rotschilds caricaturas”.<sup>64</sup> É o próprio autor quem explica que constituía um dos preceitos da educação socialista dos operários o fato de considerar o crédito como um mal social, “como uma má consequência da competência de interesses (...). Eram de opinião que a supressão do crédito teria tornado mais simples e mais honestas as transações comerciais e declararam-se, portanto, unânimes partidários da venda e compra em dinheiro.”<sup>65</sup>

Por fim, a solução que encontrou a unanimidade dos envolvidos, foi a criação de um armazém cooperativo; um negócio de compra e venda de artigos de primeira necessidade para os sócios. E, após copiarem a base regulamentar de uma “sociedade de socorros para casos de enfermidades e funerais” de Manchester, em 24 de outubro de 1844 criaram a *Rochdale Society os Equitables Pioneers* (Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale).

Seu sistema baseou-se na captação coletiva de um capital inicial para a aquisição dos artigos de consumo para, em seguida, revendê-los a preço de mercado para os

---

<sup>62</sup> HOLYOAKE. *Os 28 Tecelões de Rochdale*. Op.Cit., p.16.

<sup>63</sup> HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 60.

<sup>64</sup> HOLYOAKE. *Os 28 Tecelões de Rochdale*. Op.Cit., p.16-17. No primeiro apelido, a referência aos pequeninos habitantes da ilha de Lilibut, na famosa obra *As Viagens de Gulliver* do escritor Jonathan Swift, lançada em meados do século XVIII, que representou satiricamente os conflitos entre ingleses e franceses e o surgimento do iluminismo, no segundo, refere-se à famosa casa de empréstimos da família inglesa Rothschild.

<sup>65</sup> Idem, p.19-20.

sócios, que recebiam trimestralmente a parte restante dos lucros proporcional às suas compras na sociedade. Após descontar as despesas, 5% dos lucros eram destinados às ações, o restante era distribuído conforme a participação dos sócios na aquisição dos mantimentos no armazém da cooperativa, cuja atividade

consistia em vender aos preços correntes do mercado, acumulando, em benefício do comprador, os lucros resultantes de cada compra. Este último sistema tinha a vantagem de permitir a formação de um capital social, coisa de não pequena importância para homens que tinham a intenção de reformar o mundo.<sup>66</sup>

Mas a forma de venda direta a preços de mercado não era unanimidade, e causava divisão entre os primeiros tecelões associados. Alguns deles desejavam obter o bônus da cooperativa imediatamente, no exato momento da aquisição dos produtos junto ao balcão do armazém. Por isso defendiam que a venda dos produtos fosse feita ao preço de custo. Holyoake relata inúmeros debates ocorridos entre os ditos “comerciantes mais experientes”, que compreendiam a lógica do acúmulo de capital, mediante revenda dos produtos a preço de mercado, e “aqueles indigentes” que desejavam comprar os produtos a preço de custo, sem acúmulo de lucros em médio prazo, já que não conseguiam compreender os mecanismos com os quais o capitalismo funcionava:

Não raro, a pobreza é o maior obstáculo oposto ao êxito das empresas; obstáculo mais forte do que os próprios preconceitos sociais (...). Torna-se, portanto, difícil convencer aqueles indigentes de que, comprando no armazém cooperativo, teriam “retorno”, ao terminar o trimestre.<sup>67</sup>

Neste conjunto de referências pode-se perceber que, segundo o ponto de vista do autor, haveria uma questão chave que separaria os homens entre os que alcançavam o sucesso daqueles que eram fadados a exploração pelo sistema capitalista. Esta questão iria além da mera posse de recursos financeiros ou dos meios de produção, girando em torno da necessária compreensão do funcionamento sistema de acumulação capitalista. Para ele, a lógica de compra e venda de mantimentos seria um meio necessário para e atingir uma finalidade principal. Obviamente que em época de carestia generalizada de trabalho e alimentos os resultados materiais da cooperativa de consumo convertiam-se num alento para as famílias necessitadas, mas a finalidade principal da cooperativa, na verdade, figurava na criação de um *capital social* que fosse compreendido por todos

---

<sup>66</sup> HOLYOAKE. *Os 28 Tecelões de Rochdale*. Op.Cit., p.33.

<sup>67</sup> Idem, Op.Cit., p.27.

aqueles operários associados. Esse capital social seria obtido mediante capitalização coletiva de recursos financeiros, aplicados na compra e venda de mantimentos a preço de mercado, e ainda na captação e aplicação de um capital fixo e na divisão das sobras em exercícios trimestrais. Era de extrema importância a tarefa de educar (adestrar) as partes interessadas a pensarem e agirem racionalmente, do ponto de vista financeiro e mercadológico, constituindo assim uma mentalidade utilitarista, não obstante, de inspiração socialista, já que, segundo o pensamento de Holyoake,

em todos os países os ignorantes não confiam em coisa nenhuma. Nada há melhor, para eles, do que o dinheiro sonante. Às vezes, o espírito é tão míope como os olhos e, em tal caso, faz boa falta um telescópio. A experiência tem demonstrado que a cooperação é um telescópio necessário para milhares e milhares de pessoas.<sup>68</sup>

Observando o movimento cooperativismo sob esta perspectiva, nos apoiamos na avaliação crítica feita por Rosa Luxemburgo, quando considera o cooperativismo como uma alternativa que, ao somar os interesses individuais dos trabalhadores em torno de um interesse comum, cria uma mera “ornamentação da economia capitalista (...) em instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo”. Em texto escrito em 1900, Rosa Luxemburgo desenvolve seu discurso em torno dos objetivos finais do socialismo, segundo dois aspectos diferenciados: a reforma social-democrata, e a revolução proletária. Sua dialética critica a controvertida teoria bernsteiniana, de caráter democrático-burguesa ou radical-burguesa, que dá ao movimento operário “a tarefa inútil de substituir o regime capitalista”,<sup>69</sup> sem a conquista do poder político, mas pela melhoria gradativa das condições de trabalho e renda das classes trabalhadoras pelo estabelecimento progressivo de instituições de controle social e da economia.

A tese de Luxemburgo de que o capitalismo sofra um desmoronamento progressivo que o levaria a completa destruição contrapõe-se a teoria de Bernstein, na qual o mesmo sistema possuiria mecanismos desenvolvidos no intuito de reformulá-lo e assim adaptá-lo continuamente às transformações da economia e da sociedade. Estes mecanismos, chamados por Bernstein de *fatores de adaptação*<sup>70</sup>, são sinais de que o capitalismo conseguiria se adaptar a quaisquer condições, quer seja pelas fusões entre capitais (chamadas de “organizações patronais”); pelas tecnologias de comunicação, que

---

<sup>68</sup> HOLYOAKE. *Os 28 Tecelões de Rochdale*. Op.Cit., p.35.

<sup>69</sup> LUXEMBURGO. *Reforma ou Revolução*. Op.Cit., p.2.

<sup>70</sup> Idem, p.4.



potencializam as ações de antecipação e adaptação frente a eventuais crises; ou pelo crédito, que possibilita a sobrevivência e a reprodução das classes médias com o aumento da capacidade de consumo. Dessa forma, em Rosa Luxemburgo fica evidente que “os dois meios com que Bernstein pretendia realizar a reforma socialista, a saber, cooperativas e sindicatos [grifo meu], revelam-se totalmente incapazes de transformar o modo de produção capitalista”.<sup>71</sup>

Ao insistir em demonstrar a ignorância dos trabalhadores ingleses, Holyoake coloca-se na condição de um observador situado no epicentro das transformações, na exata época em que fatos relatados se sucedem, e que aparentemente conseguia discernir sobre aqueles acontecimentos. A grande dificuldade para ele era compreender que força enigmática fazia com que os trabalhadores submetessem sua vontade e seus desejos aos interesses do capital, sem visualizar um horizonte de possibilidades que tão claramente se desenhava nas suas próprias ideias.

A cooperação ou, o socialismo aplicado na prática (como propunham os socialistas utópicos e mesmo reformadores sociais-democratas, como Bernstein), parecia cristalizar-se em sua mente e ganhar um corpo, ainda que disforme, naquela experiência pioneira de Rochdale. No entanto, estarrecia-lhe o fato de que os trabalhadores, potenciais transformadores desta realidade, não conseguissem suplantar com a mesma facilidade aquela realidade.

Apoiando-se na análise de Elias, partimos da compreensão de que diferentes sociedades, em diferentes épocas e/ou regiões, não foram pretendidas ou planejadas por sujeitos individuais. Tampouco por grupos específicos, ou mesmo pelo conjunto da espécie humana, mas sim por forças reticulares que alteraram o curso da história ocidental por mudanças (transformações) na forma e qualidade do comportamento humano, ligados, por sua vez, a impulsos de prazo longo, como desejo de propriedade ou de acúmulo de mais propriedade.

Todas essas mudanças têm origem, não na natureza dos indivíduos isolados, mas na estrutura da vida conjunta de muitos. A história é sempre história de uma sociedade, mas, sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos.<sup>72</sup>

Nesse mesmo estudo, o autor aponta ainda para a problemática ausência de modelos conceituais que auxiliem na compreensão dos fenômenos sociais, levando-se

---

<sup>71</sup> LUXEMBURGO. *Reforma ou Revolução*. Op.Cit., p.21.

<sup>72</sup> ELIAS. *A sociedade dos indivíduos*. Op.Cit., p.45.

em consideração essa inevitável relação da sociedade com as individualidades, ou mesmo que supere a disputa entre o benefício máximo do indivíduo ou da sociedade (dos “fins” ou dos “meios”) e dos sentidos comuns que apontam para o reducionismo do indivíduo como parte do todo. Esse “todo social” apresenta-se aparentemente harmonioso, mas num exercício de observação mais atenta revelam-se um emaranhado de contradições, tensões e conflitos, em um contínuo fluxo de extremos: ascensões e quedas, guerras e paz, crises e crescimento: “a relação entre a parte e o todo é uma certa (sic) forma de relacionamento”.<sup>73</sup>

Partindo dessa lógica, veremos que as funções existentes no interior de uma sociedade são exercidas pelos indivíduos e cada um deles está intrinsecamente relacionado a terceiros. As pessoas são os elos da cadeia social, presas direta ou indiretamente às estruturas dentro dessa cadeia vulgarmente chamada de sociedade:

Para compreendê-los [indivíduo e sociedade], é necessário desistir de pensar em termos de substâncias isoladas únicas e começar a pensar em termos de relações e funções (...). Quer se encontrem como amigos ou inimigos, pais ou filhos, marido e mulher, ou fidalgo e servo, rei e súdito, diretor e empregado, o modo como os indivíduos se portam é determinado por suas relações passadas ou presentes com outras pessoas. Ainda que eles se afastem de todas as outras pessoas como eremitas, os gestos executados longe de outros, assim como os gestos a ele dirigidos, são gestos relacionados com os outros (...). O que as liga à sociedade é a propensão fundamental de sua natureza.<sup>74</sup>

Holyoake, mesmo não esperando encontrar algum senso prático em simples operários, defendeu em sua obra o desenvolvimento de um *hábito* de previdência entre os trabalhadores pobres “que davam o melhor de si para se unirem às classes médias, ou ao menos para seguir os preceitos de poupança, de auto-ajuda e auto-melhoria”.<sup>75</sup> E talvez nem pudesse ter encontrado essas características naquele momento, uma vez que, segundo o conceito de *habitus social*, de Elias, os grupos humanos nascem dentro de um conjunto de condicionamentos sociais onde serão moldadas de acordo com uma longa e difícil interação com outras pessoas.

Assim, essa intencionalidade instrutiva do modelo cooperativista é verificada desde o seu princípio em meados do século XIX, objetivando promover uma mudança

---

<sup>73</sup> ELIAS. *A sociedade dos indivíduos*. Op.Cit., p.19.

<sup>74</sup> Idem, p.25-26.

<sup>75</sup> HOLYOAKE. *Os 28 Tecelões de Rochdale*. Op.Cit., p.221-223.

no hábito econômico dos indivíduos das classes oprimidas, através de uma ideologia voltada para o progresso material, com participação política.

No entanto, o cooperativismo encontrou resistência à sua formação desde o princípio, tanto dos empresários preocupados com os rumos que uma associação de trabalhadores e operários poderia tomar, quanto do próprio Estado. Holyoake cita uma oposição desvelada, praticada pelo parlamento inglês e também pela imprensa inglesa e a Igreja. Ambos emitiram opiniões contrárias às ideias cooperativistas que afloravam em seu país, fruto da organização própria dos trabalhadores que enfrentavam ainda o descrédito entre os próprios membros de sua categoria. Afinal, existia ainda a dúvida (e o receio) de que tais organizações fossem motivadas por ideais revolucionários iguais aos que voltavam a sacudir a Europa após os anos 1830; que eventualmente promoveriam rebeliões contra a ordem estabelecida. Por isso a oposição das instituições seculares atuou no sentido de coibir tais organizações. No entanto, tão logo a cooperativa dos tecelões apresentasse os primeiros sinais de incorporação dos preceitos da sociedade capitalista, sua imagem perante a própria sociedade se alteraria positivamente.

A pouca fé que se abrigava aos projetos formulados pela classe trabalhadora para melhorar sua situação [mudaria] somente quando os benefícios da cooperação se patentearam em cada palhoça e a cidade foi testemunha do fato inaudito de se verem os tecelões, conhecidos até então como eternos endividados, andar com dinheiro no bolso, a classe operaria começou a compreender que a ideia do cooperativismo, então combatida, era uma ideia que produzia dinheiro. Então, todos aqueles que tinham prognosticado, em alta voz, a ruína da Sociedade, quiseram convencer todo o mundo de que sempre tinham prognosticado bom êxito e começaram a declarar que os cooperadores procediam sabiamente e todos deviam imitá-los.<sup>76</sup>

Ou seja, à medida que o cooperativismo se apresentasse como uma proposta ordeira e progressista, atuando dentro dos interesses da economia capitalista, passaria pela aceitação da sociedade civil e das instituições seculares, recebendo inclusive incentivos especiais, como veremos mais adiante no caso do cooperativismo de crédito.

Em Hobsbawn<sup>77</sup>, vimos que durante a Revolução Industrial existiam na Inglaterra três claras possibilidades de sobrevivência aos pobres que se encontravam à margem das transformações da sociedade burguesa: permitir que fossem oprimidos,

---

<sup>76</sup> HOLYOAKE. *Os 28 Tecelões de Rochdale*. Op.Cit., p. 39-41.

<sup>77</sup> HOBBSMAWN, *A Era das Revoluções*. Op.Cit..

persistindo em condições insalubres e mal remuneradas de trabalho (na melhor das hipóteses) ou de miséria absoluta, fome e morte; poderiam lutar para tornarem-se burgueses, trabalhar duro, acumular riquezas e melhorar de vida; ou se rebelar, aderindo aos movimentos revolucionários que propugnavam mudanças drásticas. A greve dos tecelões de Lancashire em meados da década de 1840, foi apontada por Holyoake como indicativo de uma alternativa de embate considerado violento e ineficiente, devido ao fato que agravou a situação dos trabalhadores. A alternativa de criação de um armazém cooperativo, nos moldes socialistas, convertia-se numa transformação da realidade proletária em burguesa, indo ao encontro da análise de Hobsbawn.

Os aspectos morais da cooperação giravam em torno de um sentimento de justiça social bastante singular que deveria, obrigatoriamente (e contraditoriamente) transformar a maneira de pensar dos operários e trabalhadores associados. Citando a fala de um dos fundadores da Cooperativa dos Tecelões de Rochdale, Holyoake exprime o sentido dessa transformação:

A melhora das condições dos nossos sócios se revela em sua roupa, em seu comportamento, na sua maneira franca de falar. Dificilmente se pode imaginar como os transforma a sua adesão á cooperativa. Numerosos amigos da nossa causa pensam que damos demasiada importância ao fato de “converter o operário em capitalista”. Mas minha experiência de dezesseis anos transcorridos entre trabalhadores me convenceu de que para levar as classes operarias a trabalhar juntas, para um fim comum, é necessário amarrá-las entre si com correntes de ouro por elas mesmas fabricadas.<sup>78</sup>

O simbolismo do discurso de Holyoake, expresso principalmente neste trecho em que cita a “corrente de ouro”, é bastante significativo em relação ao que o autor propugnava como objetivo final do cooperativismo, e pode ser analisado separadamente. Em se tratando do primeiro, trata-se de um dos símbolos mais comuns na representação da união e do cooperativismo; a corrente aponta o sentido da união produzida pelos trabalhadores e a resultante força que é produzida por meio de dessa união.<sup>79</sup> Já o ouro por si só representa declaradamente a riqueza material; o enriquecimento que somente poderia ser alcançado ao transformar completamente o

---

<sup>78</sup> HOLYOAKE. *Os 28 Tecelões de Rochdale*. Op.Cit., p. 69-70.

<sup>79</sup> Inúmeras cooperativas da atualidade utilizam-se dessa simbologia para representar uma força expressa na união de diversos indivíduos. Em Ijuí-RS, a Cotrijui – Cooperativa Agropecuária e Industrial configura um desses exemplos, ao utilizar há mais de 40 anos como símbolo e logomarca dois elos unidos em um nó de marinheiro.

modo de pensar e a postura dos trabalhadores frente às questões que diziam respeito a sua condição social e econômica.

Ao estudar o peso da constituição de identidades através de representações simbólicas, Bourdieu aponta para uma série de critérios objetivos sobre os quais a identificação (identidade étnica, regional ou de classe) é objeto de representações mentais e objetais, percepções de conhecimento e reconhecimento manipuladas simbolicamente pelos agentes sócio-políticos:

Porque assim é e porque não há sujeito social que possa ignorá-lo praticamente, as propriedades simbólicas, mesmo as mais negativas, podem ser utilizadas estrategicamente em função dos interesses materiais e também simbólicos do seu portador.<sup>80</sup>

As palavras de Holyoake evidenciam a utilização de uma terminologia condizente com os objetivos aos quais se propunha a tarefa básica do cooperativismo, quais sejam “converter o operário em capitalista”, fazendo-o pensar como tal, sem, no entanto, perder seu caráter solidário. A associação entre indivíduos reflete o espírito de irmandade representado pela simbologia da corrente, além do espírito do capitalismo, expresso pelo ouro. Dentro desta perspectiva da união entre os indivíduos, o autor também sugere que o cooperativismo deveria ser uma instituição ecumênica, considerando o espírito sectário que a religião poderia produzir entre os associados. Assim, o cooperativismo deveria ser considerado, antes de qualquer coisa, uma ideologia liberal e ecumênica, dois elementos presentes na base ideológica clássica do liberalismo burguês revolucionário, o que corroboraria a crítica que Rosa Luxemburgo desenvolve a cerca da teoria reformista de Bernstein.<sup>81</sup>

Thompson defende que sua intenção ao delimitar conceitualmente o adjetivo “moral” à economia dos pobres, não era de sugerir que os pobres amotinados ingleses fossem moralmente superiores aos discípulos de Adam Smith, mas sim de analisar a forma e o conteúdo do que veio a chamar de “economia moral”. Estes pobres possuíam argumentos forjados na experiência anterior em um mercado real, físico (material) e não em teorias filosóficas sobre economia e política de mercado (mercado imaterial).<sup>82</sup>

Também não estava em seus objetivos opor a economia de livre mercado, em seu sentido físico (material) ou metafórico (imaterial) à economia moral, embora o

---

<sup>80</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 112.

<sup>81</sup> LUXEMBURGO. *Reforma ou Revolução*. Op.Cit..

<sup>82</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Op.Cit., p.215.

estado de competição perfeita e a inviolabilidade do *laissez faire* teorizado por Adam Smith tenham permanecido apenas na teoria. Três pontos que evidenciam a deficiência da teoria de Adam Smith segundo Thompson: 1- É doutrinária e dogmática, não se baseia na experiência de mercados reais, mas na teorização de mercados imateriais; 2- Promove a noção de que preços altos são a solução para a escassez, pois atrairiam (pela oferta e procura) os alimentos para as regiões onde escasseassem; 3- Metafora com o preço como um meio de racionamento, orientando o consumo e educando economicamente as camadas inferiores da sociedade.<sup>83</sup>

Assim sendo, embora encontremos as raízes históricas do cooperativismo fincadas no terreno do socialismo utópico, nas ideias de Owen dentre outros pensadores, o estudo de Thompson aponta mais elementos que reforçam a tese de que ele formou sua matriz ideológica a partir dos interesses do liberalismo clássico smithiano. Afinal, desde o seu surgimento no século XIX e até os dias atuais, esteve sempre presente nos objetivos do cooperativismo o seu caráter educativo das “camadas inferiores da sociedade”, seja de maneira explícita (como no 5º princípio do cooperativismo – ACI), seja de forma implícita, como procuramos demonstrar nessa argumentação.

Não obstante a competição em livre mercado produzisse as mais problemáticas questões morais, que poderiam ser sanadas caso a cooperação sobrepujasse a competição, o “ambiente de honradez” constituído entre compradores e vendedores na seção de consumo do armazém cooperativo de Rochdale, desenvolveu o que o Holyoake chamou de um “prazer moral”<sup>84</sup> em atender bem ao humilde, oferecendo-lhe bons produtos: seria uma benéfica influência do cooperativismo sobre a formação moral dos indivíduos? Afinal, um dos princípios que entraram para a história do cooperativismo era justamente o trabalho de educação do quadro social.

A atividade econômica, efetuada de modo competente e honrado, substituiria a necessidade da pregação religiosa para a formação moral? “Onde existe competência como base do comércio, todos os pregadores são impotentes para produzir efeitos morais iguais aos citados.”<sup>85</sup> Seguindo os princípios declarados em assembleia pelos tecelões de Rochdale em 1885, “a moralidade da cooperação é muito superior á

---

<sup>83</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Op.Cit., p.220

<sup>84</sup> HOLYOAKE. *Os 28 Tecelões de Rochdale*. Op.Cit., p.71.

<sup>85</sup> Idem, p.72.

moralidade da competência [competição] (...). Os trabalhadores não são rivais, mas sim companheiros de trabalho.”<sup>86</sup>

Aqui chegamos a um importante paradoxo existente nos princípios do cooperativismo, o paradoxo da competição de mercado: como pode o cooperativismo tornar-se capitalista e eliminar a competição atuando dentro de uma condição de livre mercado? Ou, em resumo, como ser cooperativo sem ser competitivo?

A experiência de Rochdale, transcrita na obra de Holyoake, apresentou-nos um importante fato acontecido durante os primeiros anos da cooperativa dos tecelões: a tentativa de criação de uma indústria com participação nos lucros. Acreditavam os associados que, se os lucros derivam do emprego do capital, o cooperativismo deveria fundar suas próprias indústrias, que admitissem o operário como associado, sendo que nessa condição poderia participar dos lucros da indústria, como um operário-acionista.

Pensando dessa forma, em 1854 e, posteriormente, em 1885, a cooperativa dos tecelões de Rochdale estabeleceu duas indústrias de tecelagem fundadas sob o princípio do operário-associado. A notícia causou alvoroço entre os investidores do setor industrial, receosos que a experiência tivesse êxito e se espalhasse rapidamente, mesmo tendo opinião (na verdade convicção) que, àquela época, um operário não poderia converter-se em patrão, pelos mesmos motivos e alegações já citados anteriormente, em relação à incapacidade organizativa, a falta de tino comercial, e o próprio individualismo que levaria os operários a agir como patrões, conforme pontuou Holyoake:

A submissão em que se tem o operário, a vida frugal que é obrigado a levar, na opinião de muitos, deviam fazê-lo considerar como um ser de escassas ideias. Acreditava-se que o operário, uma vez convertido em patrão, desprezaria os seus antigos companheiros de trabalho e se recusaria a pagar salários mais elevados.<sup>87</sup>

A resistência a abertura do capital para distribuição dos lucros encontrou eco até mesmo entre os associados de Rochdale ligados a classe de administradores ou pequenos comerciantes. Argumentavam que a participação nos lucros era uma “teoria socialista”, e como tal deveria ser evitada. Verifica-se aqui outro dilema, construído na tentativa de diferenciar e separar o cooperativismo institucionalizado das ideias socialistas, mesmo estas ideias estando também na gênese do próprio cooperativismo,

---

<sup>86</sup> HOLYOAKE. *Os 28 Tecelões de Rochdale*. Op.Cit., p.77.

<sup>87</sup> Idem, p.84.

em benefício de uma aproximação cada vez maior da doutrina liberal (capitalista), expressa principalmente pela busca do lucro para os acionistas em detrimento do trabalho necessário para a produção de riquezas necessárias para o acúmulo de capitais.

Sobre isto, Rosa Luxemburgo ofereceu uma importante reflexão:

As cooperativas e sobretudo as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força do trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas. (...) Daí uma cooperativa de produção ter a necessidade, contraditória para os operários, de se governar a si própria com toda a autoridade absoluta necessária e de os seus elementos desempenharem entre si o papel de empresários capitalistas. Dessa contradição morre a cooperativa de produção, na acepção em que se torna uma empresa capitalista ou, no caso em que os interesses dos operários são mais fortes, se dissolve.<sup>88</sup>

Como no restante de seu texto, Luxemburgo critica as teorias social-democratas de Bernstein que, nesse caso, apontam para o cooperativismo (e também o sindicalismo) como instrumentos de realização do socialismo, visando suprimir o lucro comercial das empresas capitalistas pela “democracia econômica” do cooperativismo e o lucro industrial pelo sindicalismo. Para Luxemburgo, a situação contraditória dos operários de responsáveis pela produção e pelo governo de si próprios em termos de produtividade, ou seja, no papel de explorados e exploradores, leva a cooperativa a atuar como uma empresa capitalista formal, dissolvendo-se em contradições e conflitos.

Além disso, a cooperativa de produção necessita estar ligada a uma cooperativa de consumo (como no caso de Rochdale, que fundou primeiramente uma cooperativa de consumo e posteriormente fez uma tentativa – frustrada – com uma cooperativa de produção), atendendo a uma demanda local ligada aos interesses dos associados, ou seja, produzindo e comercializando itens de necessidade primária. Os setores maiores e mais importantes da economia capitalista – como indústria pesada, metalúrgica, têxtil, minérios, etc., ficariam de fora. Assim, para Rosa Luxemburgo, o cooperativismo nunca alcançaria poder econômico e político suficiente para

intervir numa reforma social geral, [pois] a realização implica a supressão do mercado mundial e o parcelamento da atual economia

---

<sup>88</sup> LUXEMBURGO. *Reforma ou Revolução*. Op.Cit., p.21.



mundial em pequenos grupos de produção e de troca localizados; em suma: tratar-se-ia do retrocesso do capitalismo para a economia mercantil da Idade Média.<sup>89</sup>

Em suma, Rosa acredita que a construção histórica do movimento operário residiria na existência de uma formação socialista natural dos operários. A consciência de classe pressuporia a existência de uma fraternidade de classe, que seria o instrumento capaz de conduzir a revolução ao sucesso. Neste sentido é que para ela atuaria o capitalismo, criando um sentimento de competição que subverteria essa cooperação natural e fraterna dos operários.

Mas essa resistência interna de associados contra a abertura do capital para criação da fábrica com participação nos lucros, e mesmo a desconfiança de industriais ingleses com a proposta de criação de uma indústria cooperativa com participação nos lucros (uma cooperativa de produção), foram substituídas por um sentimento de naturalidade com a transformação que o cooperativismo causava nos operários. Descrevendo um movimento de resistência anterior, ocorrido durante a fase de consolidação do armazém cooperativo, Holyoake cita uma nota do jornal inglês “Times”, datada de 1861, justificando que se no início o cooperativismo enfrentou a resistência dos que o julgavam uma aplicação dissimulada das ideias comunistas ou socialistas em uma organização de trabalhadores, agora “os proprietários das fabricas preferem os operários cooperadores a todos os demais. Seus hábitos de ajuda-mutua, de prudência, de ordem, os colocam em situação superior a dos operários comuns”.<sup>90</sup>

Novamente fica implícito o objetivo final do cooperativismo, de transformar o operário com tendências revolucionárias em um trabalhador dócil, com uma mentalidade liberal-burguesa, em detrimento das ideologias socialistas que permeavam por entre os movimentos de caráter social na época. A forma liberal-burguesa de pensar ocupava os discursos e as ações desse modelo de cooperativismo inglês, e seus membros associados, gradativamente, passavam a incorporar hábitos como a poupança, a produtividade, a ordem e o progresso, dentre outras bandeiras ideológicas que desvirtuavam o foco das distorções sociais inerentes a experiência industrial-capitalista, já que, ao invés de transformar as relações de classe, colocava-os do outro lado das mesmas relações, passando de proletário explorado à capitalista explorador.

---

<sup>89</sup> LUXEMBURGO. *Reforma ou Revolução*. Op.Cit., p.22.

<sup>90</sup> HOLYOAKE. *Os 28 Tecelões de Rochdale*. Op.Cit., p.95.

O fato de a Cooperativa de Rochdale haver superado a crise econômica que se abateu sobre abastecimento de lã no mercado inglês na década de 1860<sup>91</sup>, tal como fica subentendido pela leitura das referências citadas por Holyoake, e de ter conquistado a confiança dos industriais ingleses na época em questão, demonstra que o empreendimento obteve êxito em seus objetivos, convertendo-se rapidamente em uma tradicional empresa no concorrido ramo dos negócios ingleses. A humilde e insegura atividade econômica iniciada pelos tecelões em 1844 inaugurava naquela década de 1860 uma série de empreendimentos altamente rentáveis, enquanto outras empresas encerravam atividades devido à crise instaurada, e, nas palavras do próprio Holyoake transformava-se em uma verdadeira corporação capitalista: “aquele dia, 28 de setembro de 1867, se consagrava solenemente, reconhecendo a sua influencia publica. Os cooperadores de Rochdale constituíam a maior corporação [grifo meu] daqueles tempos”.<sup>92</sup>

### **As contradições em torno dos conceitos históricos de crédito, progresso e usura.**

O *crédito* descortina-se na história da humanidade como um instrumento econômico voltado para o desenvolvimento da sociedade, ou seja, para o conjunto dos homens ligados por relações econômicas e sociais. Sua criação resulta da existência de um mercado financeiro, ou seja, a existência de objetos de troca monetária, bem como da existência de dois (ou mais) indivíduos ligados da seguinte forma: um que possui determinado excedente monetário, por um lado, e um que possui uma demanda financeira necessária para iniciar, ampliar ou salvaguardar uma atividade produtiva qualquer, por outro.

Um estudo realizado nos anos 1930 no Brasil, pelo pesquisador do cenário político nacional Fábio Luz Filho<sup>93</sup>, teceu importantes observações sobre o crédito, e em

---

<sup>91</sup> A Guerra de Secessão nos EUA (1861-1864) causou grande perturbação industrial na Inglaterra devido à crise algodoeira. York e Lancaster (esta última a capital do condado de Lancashire, considerado o berço de nascimento do cooperativismo, por ser o local de criação da Cooperativa dos Tecelões de Rochdale) eram dois dos maiores centros industriais abastecidos quase exclusivamente com algodão estado-unidense.

<sup>92</sup> HOLYOAKE. *Os 28 Tecelões de Rochdale*. Op.Cit., p.109.

<sup>93</sup> Fábio Luz Filho foi um agrônomo e pesquisador do campo do cooperativismo a partir dos anos 1930. Ocupou inúmeros cargos públicos, como a Diretoria de Organização e Defesa da Produção do Ministério

especial sobre o crédito rural, em suas diversas obras escritas no âmbito do Brasil da Primeira República. Para o autor, o crédito pode ser resumido na “troca de uma riqueza presente por uma riqueza futura (...) a troca de um objeto por uma esperança”.<sup>94</sup> Já o crédito agrícola possui uma definição mais específica, sendo, “pois, a forma de crédito que se consagra ao melhoramento da agricultura, baseado na cultura e no produto da terra”.<sup>95</sup>

O capital, quando aplicado no ramo agrícola adquire, segundo a concepção de Luz Filho, uma dupla natureza: pode ser o *capital territorial*, que corresponde as terras, construções, estradas, etc.. Este capital é criado e desenvolvido com a aplicação de um segundo tipo: o *capital de exploração*, que são os animais, ferramentas, utensílios, sementes e fertilizantes. Ao diferenciar estas duas formas de capital aplicado na agricultura, o autor estabelece uma analogia do sangue que flui no corpo, nutrindo, sustentando e dando vida: um capital móvel e circulante, que daria vida à economia.<sup>96</sup>

Uma dificuldade inerente à conjuntura econômica da época é percebida no texto de Luz Filho, dificuldade relacionada com a ausência de maior oferta de crédito necessário para o desenvolvimento da economia nacional, em especial, no setor da agricultura. Para ele, o crédito agrícola confunde-se entre o crédito territorial e hipotecário, mesmo existindo grande diferença entre eles. O crédito territorial é utilizado para obtenção de terras e construções de imóveis, e tem sua garantia na propriedade fundiária. Já o crédito de exploração seria uma antecipação dos resultados da atividade agrícola, um capital necessário para sua efetivação. Sua garantia é o material agrícola, reforçada com um fiador externo à propriedade tomadora do empréstimo. Nesse sentido,

Sus dificultades técnicas [do crédito agrícola] están tan reconocidas, que impiden a los grandes bancos de circulación actuar en operaciones de este género, dejando con su abstención el campo libre a la usura. Y es que la agricultura, singular en todo, tiene también sus peculiares exigencias en materia de economía crediticia, e impone al crédito condiciones típicas, relativas unas a su organización y otras a su funcionamiento.<sup>97</sup>

---

da Agricultura durante os anos 1930 e 1940 além da Chefia da Seção de Propaganda e Organização das Sociedades Cooperativas do Ministério da Agricultura nos anos 1950.

<sup>94</sup> LUZ FILHO, Fábio. *Cooperativismo e Crédito Agrícola*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1933, p.48.

<sup>95</sup> REDONET *apud* LUZ FILHO. *Cooperativismo e Crédito Agrícola*. Op.Cit., p.49.

<sup>96</sup> RODA y JIMÉNEZ *apud* LUZ FILHO. *Cooperativismo e Crédito Agrícola*. Op.Cit., p.53.

<sup>97</sup> LUZ FILHO. *Cooperativismo e Crédito Agrícola*. Op.Cit., p.53.

Com base nessas informações introdutórias, podemos assinalar que a função basilar do crédito, conforme ficou registrada na obra de Luz Filho, responde a necessidade econômica de circulação da riqueza, transferindo-a entre proprietários no atendimento de suas necessidades. Para a economia, o crédito aparece como uma peça insubstituível do próprio capitalismo e função fundamental de fomento à produção, permitindo melhor aproveitamento dos bens ao passá-los das mãos de quem os têm acumulado para as mãos de quem não os tem para aplicá-los de maneira produtiva.<sup>98</sup>

Rosa Luxemburgo também trata da definição e das funções do crédito na economia capitalista. Diz ela que “das suas múltiplas funções (...), a mais importante é a de aumentar a capacidade extensiva da produção e a de facilitar a troca. [O crédito] acelera a troca das mercadorias, por conseguinte o refluxo do capital no circuito de produção”.<sup>99</sup>

No entanto, ao desenvolver sua crítica teórica do crédito como função do capitalismo, a autora colocou o próprio crédito como o que ela considera um mecanismo de desestabilização do capitalismo, na medida em que ele agrava as suas contradições internas, entre produção e troca de mercadorias, entre apropriação e propriedade, entre as relações de propriedade e de produção e, por fim, entre o caráter social da produção e o caráter privado da propriedade capitalista:

Tal como é, [o crédito] não constitui de modo algum um meio de adaptação, mas um fator de destruição com consequências profundamente revolucionárias. Esse caráter revolucionário que conduz o crédito a ultrapassar o capitalismo não terá ido ao ponto de inspirar planos de reforma, de espírito mais ou menos socialista?<sup>100</sup>

Mas ao considerar o crédito (juntamente com outros elementos) como uma ferramenta de adaptação do capitalismo, Rosa não pensou nele como um instrumento de superação de crises e transformação do capitalismo dentro de conjunturas socioeconômicas diferenciadas, mas como uma estrutura interna que levaria o próprio capitalismo (e com ele a sociedade toda) à sua ruína. No entanto, vemos que as freqüentes crises do sistema capitalista caracterizam-se justamente pela contradição entre capacidade de consumo e a extensão da produção. Então se o crédito aumenta a capacidade de extensão da produção, ultrapassando os limites do próprio mercado, pode

---

<sup>98</sup> COSSA apud LUZ FILHO. *Cooperativismo e Crédito Agrícola*. Op.Cit., p.50.

<sup>99</sup> LUXEMBURGO. *Reforma ou Revolução*. Op.Cit., p.4.

<sup>100</sup> Idem, p.5.

levar a superprodução; e se ele aumenta o poder de consumo como fator de troca, pode levar a destruição das forças produtivas: “é uma faca de dois gumes”.<sup>101</sup>

Em sua análise do sistema de crédito, Luxemburgo ainda faz referência a um reconhecido representante e defensor do crédito mobiliário, originado da acumulação de capital em sociedades anônimas: Isaac Péreire.

Famoso negociante francês, seguidor da teoria saintsimoniana que, junto de seu irmão Jacob Péreire, entusiasmou-se com as estradas de ferro durante a segunda revolução industrial, e contribuíram para a fundação do crédito mobiliário que os colocaria numa posição de concorrentes da igualmente famosa Casa de Rothschild na segunda metade do século XIX. As teorias saintsimonianas por eles defendidas apontavam para um idealismo religioso-cristão, no qual toda a riqueza produzida deveria ser canalizada para o benefício de todos. Baseado em sua experiência durante a Revolução Francesa, pontuou que os pobres trabalhadores não possuíam capacidade de governar, e que esta tarefa deveria ser conduzida pela “ciência e indústria, unidas por um novo laço religioso, um ‘novo cristianismo’, forçosamente místico e rigorosamente hierárquico, chamado a restaurar a unidade das ideias religiosas, destruída desde a Reforma.”<sup>102</sup>

Por ter-se orientado sob estas teorias de cunho classista e hierarquizada, que propunha, logicamente, a destinação do poder unicamente à ciência (academia) e a indústria (burguesia), Marx chamará Isaac Peréire de “intelectual meio-profeta, meio-canalha”<sup>103</sup>, no sentido que, baseando-se numa doutrina social-religiosa, Peréire desenvolve sua própria teoria financeira de aplicação científica, muito semelhante à doutrina positivista de Comte<sup>104</sup>, e que também estará nas origens do cooperativismo de crédito fundado quase na mesma época. Já para Hobsbawn, os irmãos Péreire foram revolucionários saintsimonianos cujas ideias

---

<sup>101</sup> LUXEMBURGO. *Reforma ou Revolução*. Op.Cit., p.4.

<sup>102</sup> ENGELS. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Op.Cit., p.48.

<sup>103</sup> MARX apud LUXEMBURGO. *Reforma ou Revolução*. Op.Cit., p.5.

<sup>104</sup> Alguns autores apontam para o saintsimonianismo como a primeira forma do próprio positivismo. Alpert diz que: “Para Saint-Simon la finalidad de la historia la constituía la construcción de una sociedad industrializada, dirigida por una elite científica y basada en el repartimiento de funciones según las capacidades de cada cual. Saint-Simon creía que la religión, ayudada por la ciencia y por la aplicación tecnológica, mejoraría las condiciones sociales”. Cf. ALPERT, Michael. *Actitudes sefardíes del siglo XIX y pensamiento sansimoniano reflejados en las carreras de Emile e Isaac Péreire, fundadores del Crédito Mobiliario*. In: Sefarad [Online], Volumen 61 Número 2 (30 December 2001) doi: 10.3989/sefarad. 2001.v61.i2.583.

Almejava mobilizar, através de bancos e empresas de investimentos, uma variedade de recursos de capital nacional que não teria espontaneamente entrado no desenvolvimento industrial e cujos donos não teriam sabido onde investir se assim o tivessem desejado. Depois de 1850, deu-se o fenômeno continental característico (especialmente alemão) do grande banco atuando também como investidor e dessa forma dominando a indústria e facilitando sua concentração precoce.

105

O crédito pressupõe condições especiais para o credor e para o devedor. Para o credor, o crédito corresponde inicialmente a um “prejuízo”, já que este se desfaz do seu capital ao emprestá-lo ao devedor, considerando-se o risco de não ser restituído por ele. Este, por sua vez, necessita assegurar ao credor a restituição do valor solicitado e ainda retribuir o serviço por meio do pagamento de juros. A segurança do credor depende da possibilidade e da vontade de pagamento do tomador do empréstimo, ou seja, a capacidade de solvência e da confiança depositada no indivíduo tomador do empréstimo. Assim, temos também na definição etimológica do *crédito* subsídios que o ligam a confiança depositada no indivíduo tomador do empréstimo, considerando-se a origem latina derivada de *creditum*, ou *credere*, que corresponde a ter fé, depositar confiança.

No entanto, pode-se compreender historicamente o crédito como um instrumento de *progresso* econômico, já que este conceito irá surgir justamente no cooperativismo de crédito brasileiro pela ação de padres católicos (jesuítas), com a justificativa do *progresso* das comunidades coloniais. Neste sentido, é importante tecermos considerações quanto à natureza da histórica da compreensão de *progresso* que irá cercar o próprio conceito de crédito. Dessa forma, duas concepções absolutamente antagônicas surgem em relação aos dois conceitos, inicialmente partindo-se do ponto de vista eclesiástico medieval, para em seguida verificarmos o ponto de vista republicano positivista, em cuja ideologia assenta-se a análise do crédito feita por Luz Filho. Vejamos rapidamente a evolução desse conceito.

A hegemonia da Igreja Católica durante a Idade Média sobre toda a produção de conhecimento, por meio do controle da leitura e da escrita, produziu a ruptura com a antiga noção de tempo circular, causando o desconforto que mais tarde separaria por completo “a concepção de tempo da tradição judaico-cristã da concepção da tradição helenístico-romana e mesmo das sociedades arcaicas, nada mais é do que o fato de que a

---

<sup>105</sup> HOBBSAWN. *Era das revoluções*. Op.Cit., p. 196.

primeira lida com um tempo linear, enquanto as últimas com um tempo cíclico ou até mesmo circular.”<sup>106</sup> Embora permanecessem vestígios da antiga noção do tempo circular, percebe-se durante algum tempo a coexistência das duas modalidades, muito embora o desenrolar dos acontecimentos forneça elementos para conclusão que o tempo linear e contínuo, tenha prevalecido. O cristianismo se esforçou para centrar a atenção dos homens no presente, instalando a eternidade como um atributo divino, e de Cristo como o ponto fundamental para o alcance desta realidade; “o caminho” a ser seguido, no tempo, rumo ao encontro com o divino, na eternidade. O tempo passa a ser o instrumento de Deus e somente a Ele pertence, e a Igreja dominou completamente a vida das pessoas devido a crença da vontade divina: “a pessoa devia se contentar com a situação social em que nasceu, (...) desejar uma mudança na situação social era ir contra a vontade e os propósitos de Deus.”<sup>107</sup> Dentro desta lógica temporal divinizada, o progresso da humanidade dar-se-ia sempre na direção da eternidade.

A doutrina cristã desenvolvida na Idade Média definia o progresso como

o grande movimento da história [que] visava assegurar a felicidade de uma pequena porção da raça humana em outro mundo: daqueles que aceitassem e cumprissem as determinações da revelação divina. Não parecia, pois, haver interesse em melhoramentos graduais da sociedade, sendo preferível aguardar pelo dia do Juízo Final.<sup>108</sup>

Santo Agostinho representa muito bem a doutrina da teologia cristã. Para ele, o espaço encoberto do futuro seria preenchido pela providência divina. Essa doutrina era marcada pela ideia do pecado original, segundo o qual não haveria espaço para o progresso da humanidade no plano material e todos estariam fadados ao futuro, dentro dos desígnios de Deus. A doutrina cristã acabou construindo uma síntese na tentativa de dar significado ao curso dos eventos humanos, uma espécie de teoria do progresso espiritual, baseado na história, apenas para os cristãos.

Nesse contexto preeminente de interpretação do tempo e de todas as coisas do mundo como pertencentes unicamente a Deus, uma das atividades econômicas mais antigas da história da humanidade passou a ser considerado um ato pecaminoso pela doutrina cristã: a usura, ou seja, a prática de cobrança pelo tempo de empréstimo de um

---

<sup>106</sup> DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama: reflexões sobre o tempo e a história*. Belo Horizonte: Ed. Universidade Federal de Minas Gerais, 1996, p.34.

<sup>107</sup> SOUZA, Maurício de Castro e. *O Empréstimo a juros no pensamento econômico de João Calvino*. In: Revista Ciências da religião – História e Sociedade, vol. 6, nº 2, 2008, p.184.

<sup>108</sup> DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso; ou progresso como ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p.35.

determinado valor. O desenvolvimento do comércio entre as florescentes cidades na baixa Idade Média, e com ele o lucro auferido pelos mercadores, era financiado por prestamistas que, receosos de eventuais prejuízos pelos riscos das longas viagens, tinham a promessa de que seu investimento seria retornado com juros. Para Le Goff:

o mercador e o banqueiro são levados, por sua profissão, a praticar ações condenadas pela Igreja, operações ilícitas que, em sua maioria, são denominadas usura. Por usura, a Igreja entende, com efeito, todo negócio que comporta o pagamento de juros. Por isso, o crédito, base do grande negócio e do banco, é interdito. Em virtude dessa definição, todo mercador-banqueiro, praticamente, é um usurário.<sup>109</sup>

O usurário seria como um ladrão, que vende algo que não lhe pertence contra a vontade de seu possuidor, no caso, o tempo: “pecado que merecia o inferno, pois esse não trabalhava, vivia do tempo”.<sup>110</sup> Segundo a lógica aristotélica, o dinheiro não poderia ser considerado um produto - fruto de uma atividade ou trabalho produtivo -, mas apenas um facilitador das trocas comerciais. A prática da usura tornava-se ainda mais grave justamente por colocar em xeque as estruturas mentais da concepção do tempo na Idade Média. Le Goff cita textos de Tomás de Aquino e outros teólogos e canonistas onde aparecem argumentos segundo os quais a prática de juros corresponderia a “venda do tempo”:

Ora, este não pode ser uma propriedade individual. Pertence unicamente a Deus. Assim, a reflexão cristã, não podendo fugir a um contexto teológico-moral estreito, se mostra incapaz de chegar a concepções econômicas, quaisquer que sejam os consideráveis esforços dos pensadores e juristas do século XIII.<sup>111</sup>

Do lado dos mercadores, estava a justificativa dos riscos que ele incorre na prática comercial, onde prejuízos são comuns, autorizando a cobrança de reembolso e multa por demora, que recebem o nome de juros. A imobilização de seu dinheiro, mediante um empréstimo, deixava-o indisponível para outros fins produtivos, portanto a cobrança de uma indenização no final do empréstimo, também chamada de juro. Por fim, o risco de insolvência ou má fé do devedor, ou mesmo o efeito de uma mudança monetária. Com todos esses argumentos, embora a teologia cristã condenasse a realização da usura, na prática a Igreja Católica mostrava-se impotente contra os

---

<sup>109</sup> LE GOFF. *Mercadores e Banqueiros na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p.73.

<sup>110</sup> SOUZA. *O Empréstimo a juros no pensamento econômico de João Calvino*. Op.Cit., p.186.

<sup>111</sup> LE GOFF. *Mercadores e Banqueiros na Idade Média*. Op.Cit., p.75.



mercadores. A usura era uma fonte de fortunas ilícitas das quais, teoricamente, a Igreja não podia fazer uso para fins caritativos, adotando então sanções. Primeiramente castigos espirituais como a excomunhão e privação de sepultura. Posteriormente, castigos temporais, como a obrigação de restituir lucros ilícitos. Por fim algumas privações civis, como a não-validação dos testamentos dos mercadores enquanto não tivesse sido feita a reparação de seus pecados em matéria econômica.

Não obstante, cada vez mais a Igreja inclinava-se para a absolvição do mercador. Reconhecia sua impotência diante dele, e logo passou a precisar de sua ajuda, de seu dinheiro e de sua atividade. Le Goff fala de uma “usura a serviço da Igreja”<sup>112</sup>, citando estabelecimentos de abades e bispos durante a alta Idade Média que, dispendo de capitais suficientes, exerciam eles próprios a função de emprestadores e usurários; a Ordem dos Templários e a Ordem Teutônica (ambas do século XIII), a primeira um dos maiores bancos da cristandade, grande financiadora do empreendimento das cruzadas, e a segunda grande comerciante de lã, com um corretor em Flandres: “com mais flexibilidade do que com relação a outras evoluções, a Igreja passou do compromisso com o feudalismo ao compromisso com o capitalismo”.<sup>113</sup>

No decorrer da revolução comercial, cada vez mais padres e monges originavam-se da burguesia mercantil. O fato de serem oriundos de famílias de mercadores tradicionais fazia com que defendessem, mesmo de longe, os negócios da sua estirpe. O próprio papa Inocêncio IV pertencia a uma família de mercadores genoveses. Afastados das suas famílias, esses clérigos

eram impelidos a contribuir para a justificação de seus próximos. (...) Assim, a Igreja não tardou a acolher o mercador, a admitir o essencial de suas práticas. Longe de ter sido um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo, podemos nos perguntar se até mesmo em sua hostilidade ela não acabou por servi-lo involuntariamente.<sup>114</sup>

A descoberta das Américas e a rápida expansão das atividades econômicas aumentaram consideravelmente a demanda por crédito, capital necessário para o avanço da economia. Calvino foi um dos primeiros teólogos cristãos a exonerar o empréstimo a juros da mácula moral e teológica que a Igreja o havia colocado até então. Preocupado com a população carente, manifestou-se contra as práticas que pudessem prejudicá-la,

---

<sup>112</sup> LE GOFF. *Mercadores e Banqueiros na Idade Média*. Op.Cit., p.97.

<sup>113</sup> Ibidem.

<sup>114</sup> Idem, p.99.

defendendo uma regulamentação ao invés da liberação total da usura. Contrário a teoria aristotélica de que o dinheiro fosse apenas um meio de troca, Calvino não era contrário as ações financeiras. Para Souza, Calvino achava que

o dinheiro é o meio que Deus usa para promover o sustento do homem e de seus semelhantes. As riquezas devem ser utilizadas para o benefício também da sociedade, e não só em causa própria (...), o dinheiro é uma mercadoria, portanto ele é produtivo, desde que seja usado com o objetivo de promover a economia por meio da indústria e do comércio.<sup>115</sup>

A posição da Igreja em relação ao crédito evoluiu de uma postura de condenação pelo caráter herético da usura, na condição de materialização e apropriação indevida do tempo, divino por natureza, para um afrouxamento gradual da proibição e, até mesmo, a utilização de recursos reconhecidamente provenientes desta atividade. O revigoramento das cidades e do comércio com o oriente após as cruzadas, bem como a revolução comercial, foram decisivos para a evolução do pensamento cristão em relação à economia. A perda da exclusividade sobre o a produção e o controle do conhecimento e as transformações no campo das ciências durante o renascimento derrubaram definitivamente a concepção de tempo da Igreja, e com ela, o mito do progresso como providência divina.

Como vimos, a ideia de progresso foi durante muito tempo entendida como resultado das ações coletivas do homem, e encarada como um processo inexorável de evolução que propugnava, originalmente, que a civilização se movesse para uma direção entendida como benévola. Durante a Idade Média, a Igreja Católica havia sido o eixo de organização social baseada em uma doutrina geral de natureza religiosa. Defendeu a tese que o progresso material não assegurava a felicidade no outro mundo, e que as coisas mundanas que não estivessem conectadas à moral cristã, e, portanto, aos desígnios de Deus, eram consideradas heréticas. No conjunto dos pecados materiais, a usura foi durante muito tempo considerada uma adequação indevida do tempo, divino por natureza. Entretanto, a relativa impotência da Igreja diante do crescimento dos mercadores e a necessidade de financiar as cruzadas à terra santa, transformaram sua atitude, que passou, durante a Revolução Comercial, a tolerância de certas práticas creditícias, relação que permite observar com clareza sua hipocrisia.

---

<sup>115</sup> SOUZA. *O Empréstimo a juros no pensamento econômico de João Calvino*. Op.Cit., p.196-197.

Neste processo de divisão da hegemonia política-religiosa da Igreja Católica, foram determinantes os movimentos protestantes, apoiados em ideias libertárias que podem ser consideradas o nascimento do liberalismo clássico, e que Engels chamou de “a grande campanha da burguesia europeia contra o feudalismo”<sup>116</sup>, iniciada com os puritanos ingleses, e levada adiante com Lutero e Calvino, até a implosão completa com a Revolução Francesa no século XVIII. Convertida em classe dominante, a burguesia europeia tratou de submeter inteiramente ao seu controle as classes trabalhadoras, e um dos meios utilizados para isso foi a própria força da religiosidade:

O comerciante ou mesmo o fabricante ocupava, em relação aos seus subordinados, a seus operários ou a seus criados, a posição de senhor, de seu “superior natural” (...); para consegui-lo, tinha que educá-los numa submissão adequada. Pessoalmente, era um homem religioso; sua religião lhe havia fornecido a bandeira sob a qual combateu o rei e os senhores; descobrira também, havia pouco, os recursos que essa religião lhe oferecia para trabalhar o espírito de seus inferiores naturais e torná-los submissos às ordens dos amos, que os desígnios imperscrutáveis de Deus lhe inspiravam. Em outras palavras, o burguês da Inglaterra participava agora na empresa de oprimir as “classes inferiores”, a grande massa produtora da nação, e um dos meios empregados para isso era a influência da religião.<sup>117</sup>

A passagem da Idade Média para a modernidade foi marcada pelo desencantamento com as coisas divinas, sagradas. A *nova ideia de progresso* racionalizava as coisas da natureza, antes pertencentes à esfera sagrada, inalcançáveis. A razão passou a ser utilizada como suporte para superação do mito, não obstante sua própria dinâmica esclarecedora e progressista tendeu a torná-la também um mito, um mito nascido da “razão” inquestionável, que passou gradativamente a exercer o poder coercitivo de umas classes sobre outras.

Já o movimento iluminista, anos mais tarde, representou a completa superação da ideologia arcaica do progresso, associando-se definitivamente ao uso da razão como processo para atingir um estado de constante progresso. Métrica e arquitetura foram utilizadas para alcançar diferentes finalidades, todas relacionadas com o progresso. O advento da Idade Moderna fundamentou a organização da sociedade em uma doutrina geral científica; o poder espiritual passou a ser dos sábios e não mais exclusivamente dos religiosos; neste novo contexto os cientistas passaram a ser considerados os novos “religiosos” professando uma fé no progresso da ciência e da educação pública. A

---

<sup>116</sup> ENGELS. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Op.Cit., p.23.

<sup>117</sup> *Ibidem*, p.25.

própria concepção de progresso foi condicionada pela crença no positivismo, que teve em Comte um dos seus mais influentes teóricos. A ligação entre essa nova concepção de progresso com liberalismo econômico, produzirá a crença de que o desenvolvimento técnico e econômico, promovido pelo capitalismo, conduziria a humanidade continuamente para um futuro melhor, ou seja, ao progresso.

## Cooperativismo & Crédito: Origens E Antagonismos

“*was den einzelnen nicht möglich ist, das vermögen viele...*”<sup>118</sup>

Em suas memórias sobre a fundação da cooperativa dos tecelões de Rochdale, Holyoake mencionou uma tentativa para a criação de uma subscrição de capital que foi chamada *the stock Exchange*<sup>119</sup> (a bolsa), uma espécie de banco cooperativo que não teve êxito. O próprio autor ponderou que um preceito da educação socialista era considerar o crédito um mal social, consequência da individualização dos homens e da busca do acúmulo de riquezas encravado na ideologia capitalista.

Convenientemente retomamos aqui ao argumento de Luxemburgo em relação ao crédito, ao criticar sua caracterização feita por Bernstein como um mecanismo de adaptação do capitalismo. Luxemburgo defendeu que o crédito transformou-se em uma parte fundamental da estrutura econômica capitalista, ao mesmo nível do dinheiro, como instrumento de troca, da mercadoria ou do próprio capital, não sendo, dessa forma, um mecanismo de adaptação, mas sim um “elemento corrosivo porque conduz a um agravamento das suas contradições internas [do capitalismo]”.<sup>120</sup> Para ela, ampliando o poder de produção e consumo para além dos limites impostos pelo mercado, o crédito causaria a desorganização das forças produtivas e ampliaria as contradições internas do capitalismo; e ampliando o poder de produção, ocasionaria a crise de consumo conhecida também como crise de superprodução.

No entanto, o fatalismo da derrocada do capitalismo pelas suas contradições internas, não aconteceu. As crises cíclicas do capitalismo resultaram dos sintomas propostos por Luxemburgo (como a expansão desenfreada do crédito), no entanto não o levaram à destruição, mas sim a uma categoria inventiva na qual pode reestruturar seu sistema de exploração continuamente (pelo menos até que se exauzem os recursos a serem explorados).

A crítica de Rosa Luxemburgo apoiou-se em dois elementos tidos como fatores de adaptação do capitalismo: o cooperativismo (de consumo) e o crédito (além dos

---



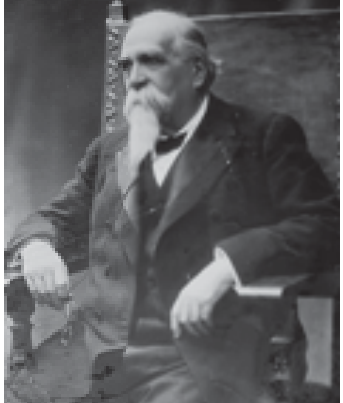
<sup>118</sup> “Aquilo que ao indivíduo não é possível, muitos podem...” (Friedrich Wilhelm Raiffeisen).

<sup>119</sup> HOLYOAKE. *Os 28 Tecelões de Rochdale*. Op.Cit., p.16.

<sup>120</sup> LUXEMBURGO. *Reforma ou Revolução*. Op.Cit., p.16.

sindicatos). Mas a mesma época histórica da qual se originou esse cooperativismo dos tecelões ingleses (a década de 1840), também marcou o surgimento de outro formato de cooperativa que, mesmo baseada em ideais e estruturas organizativas que mantiveram inúmeras semelhanças àquelas primeiras cooperativas de consumo e produção, devem ser analisadas dentro de um conjunto diferenciado de características: as cooperativas de crédito. De certa maneira, temos aqui, dispostos indissociavelmente, os dois conceitos chave da crítica de Luxemburgo.

Os textos mais antigos que tratam das origens do cooperativismo de crédito apontam para dois modelos típicos de cooperativas de crédito, nascidas igualmente dentro de um conjunto de condições que propiciaram a consolidação desse modelo de empreendimento. Os dois modelos são: as cooperativas de crédito de responsabilidade *ilimitada* e as de responsabilidade *limitada*.

Figura 1: Friedrich Wilhelm Raiffeisen	Figura 2: Hermann Schulze-Delitzsch	Figura 3: Luigi Luzzatti
		
<p>Fonte: FASSBENDER, Martin <i>FW Raiffeisen em sua vida, pensamento e ação</i>. Berlim, 1902. Disponível em <a href="http://www.dzbank.com/">http://www.dzbank.com/</a> acesso em 27/09/2011.</p>	<p>Fonte: BRENDE, Marvin (eds). <i>Hermann Schulze-Delitzsch: Ausgewählte Schriften und Reden des Gründervaters der Genossenschaften</i> (Selecionados escritos e discursos do fundador de cooperativas), Berlim, 2008. Disponível em: <a href="http://www.historisches-lexikon-bayerns.de/artikel/artikel_45458">http://www.historisches-lexikon-bayerns.de/artikel/artikel_45458</a> acesso em: 27/09/2011.</p>	<p>Fonte: Library of Congress, Prints and Photographs Division, Washington, D.C. USA, disponível em: <a href="http://www.flickr.com/photos/library_of_congress">http://www.flickr.com/photos/library_of_congress</a> acesso em: 09/09/2011.</p>

O primeiro exemplo subdivide-se em dois modelos que levam o nome de seus precursores mais famosos e reconhecidos, um padre e um economista, ambos alemães,

respectivamente: Friedrich Wilhelm Raiffeisen e Hermann Schulze-Delitzsch. A segunda foi fundada na Itália, pelo advogado e economista Luigi Luzzatti.<sup>121</sup>

Nascido na Romênia em 1818, filho de agricultores, Friedrich Wilhelm Raiffeisen empresta seu nome às associações de auto-ajuda<sup>122</sup> que organizou na Alemanha entre 1847 a 1848, época em que foi burgomestre de três localidades: Weyerbursch, Flammersfeld e Heddesdorf.<sup>123</sup> Seguindo um modelo estatutário muito semelhante ao da Cooperativa dos Tecelões de Rochdale, fundada poucos anos antes<sup>124</sup>, Raiffeisen criou suas “Associações de Amparo aos Agricultores sem Recursos”, então chamadas de *Darlehenskasse* (fundo de empréstimo), que se popularizariam mais tarde no Brasil com o nome de *Caixas Rurais Raiffeisen*.

Sem citar fontes, Meinen<sup>125</sup> sugere que a origem das cooperativas de crédito Raiffesen tenha sido uma reação contra um suposto comerciante de gado que praticava agiotagem na localidade de Neuwied (Alemanha), emprestando vacas do seu rebanho para reprodução e cobrando novilhas com juros e amortizações. Além da hipoteca de seus animais, suas propriedades também corriam riscos nas mãos dos agiotas, que cobravam juros muito além da capacidade de solvência dos camponeses. A alternativa de Raiffeisen para este e outros problemas de ordem infra e/ou estrutural era eliminar a figura do intermediador, reunindo as economias dos agricultores e convertendo-as em empréstimos a juros mínimos para os que necessitavam financiamento, além de pagamento de juros a todos que deixassem suas economias aplicadas, caracterizando uma forma de crédito rural, ou seja, crédito destinado para investimento em atividades agrícolas, segundo a concepção teórica de Luz Filho. Para Raiffeisen

(...) o dinheiro não é o fim da *Darlehenskasse*, mas o meio; sua verdadeira missão é, antes, melhorar a situação de seus membros do

---

<sup>121</sup> Inspirado nos pioneiros alemães, o italiano Luigi Luzzati organizou a constituição do primeiro banco cooperativo em 1865, na cidade de Milão, Itália. Este tipo de cooperativa, bastante popular no Brasil das décadas de 40 a 60, tinham como características a não-exigência do vínculo para a associação, exceto algum limite geográfico (bairro, município, etc.), cotas de capital de pequeno valor, concessão de crédito de pequeno valor sem garantias reais, não-remuneração dos dirigentes e responsabilidade limitada ao valor do capital subscrito. In: PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. *Cooperativas de Crédito: história da evolução normativa no Brasil*. Brasília: BCB, 2006, p. 25.

<sup>122</sup> *Selbsthülfe* (“Ajuda a ti mesmo”). In: LUZ FILHO. *Cooperativismo e Crédito Agrícola*. Op.Cit., p.40.

<sup>123</sup> Atualmente, essas localidades integram o distrito de Neuwied, situado no estado de Renania-Palatinado (oeste da Alemanha, localizado à cerca de 100km de Frankfurt).

<sup>124</sup> Em Rochdale a cooperativa iniciou em 1844, já a cooperativa de Crédito de Raiffeisen originou-se em 1848.

<sup>125</sup> MEINEN, Ênio; DOMINGUES, Jefferson Nercolini; DOMINGUES, Jane Aparecida (Orgs.). *Cooperativas de Crédito no Direito Brasileiro*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2002.

ponto de vista moral [grifo nosso] e material, e, com esse fim, facilitar aos mesmos os capitais necessários sob a forma de empréstimos com juros, com a garantia da associação, e também fornecer-lhe o meio de fazer frutificar o seu dinheiro.<sup>126</sup>

Sua proposta de melhoria dos aspectos morais dos trabalhadores do campo e da cidade apoiava-se na garantia pessoal, solidária e ilimitada, o que aproxima a doutrina cooperativista dos princípios da economia moral dos pobres de Thompson. O aumento dos preços dos cereais (e de certa forma a própria usura se enquadra nesta delimitação) era causa direta dos “motins da fome” do século XVIII, práticas estas que desrespeitavam a “visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres”.<sup>127</sup>

No sistema cooperativo, os associados ofereceriam todos os seus bens como garantia, numa “elevada manifestação de auto-ajuda”.<sup>128</sup> Além disso, os empréstimos apenas seriam feitos para fins considerados úteis e produtivos e dentro de uma área de abrangência nunca maior do que a comunidade paroquial. Para isso, os associados deveriam declarar junto a diretoria a finalidade do crédito que pediam, de sorte que somente se emprestasse dinheiro da cooperativa a quem dele fizesse uso considerado útil e produtivo. Assim, o crédito era considerado por Raiffeisen como “uma recompensa de uma conduta laboriosa e moral”.<sup>129</sup> Cabe ainda destacar um dos objetivos históricos do cooperativismo, que é o de educação dos quadros associativos, mediante criação de uma mentalidade econômica entre os trabalhadores. Esse objetivo é percebido na totalidade das cooperativas de crédito, sendo percebida também na política de controle da finalidade do crédito:

A educação moral e econômica dos que pedem empréstimo, a concessão e valor do qual estão em função de sua utilidade, com o controle posterior de sua aplicação reprodutiva, evitando que os empréstimos de produção se transformem em empréstimos de mero consumo, concedendo um prazo compatível com as necessidades dos que os solicitam.<sup>130</sup>

Obedecendo a uma concepção democrática de gestão, a associação de crédito de Raiffeisen era administrada por uma diretoria eleita em assembleia geral com

---

<sup>126</sup> Apud LUZ FILHO. *Cooperativismo e Credito Agricola*. Op.Cit., p.30.

<sup>127</sup> THOMPSON. *Costumes em comum*. Op.Cit., p.155.

<sup>128</sup> LUZ FILHO. *Cooperativismo e Credito Agricola*. Op.Cit., p.30.

<sup>129</sup> Idem, p.34.

<sup>130</sup> Idem, p.21.



singularidade de voto (um homem, um voto; sem quotas-parte). A direção era desempenhada por indivíduos que possuísem atributos como responsabilidade e competência (como professores e padres), e que residissem na própria comunidade onde operava a associação, sendo que doariam o tempo que fosse necessário para a realização das tarefas de administração de modo inteiramente gratuito. Luz Filho interpretou esta dinâmica como uma demonstração de “espírito fraternal” do cooperativismo:

Esse espírito fraternal, promovem-no as Caixas Rurais de uma maneira singular com o fundo de reserva indivisível e inalienável, o qual, aumentando de ano para ano, pode, com o passar do tempo, acumular considerável capital, formando, assim, um patrimônio comum de importância extraordinária.<sup>131</sup>

Uma das características do cooperativismo de crédito criado por Raiffeisen era a constituição de um *fundo de reserva*, com a finalidade de tornar independente o capital da cooperativa e ser aplicado, eventualmente, em obras de interesse geral da comunidade expressas exclusivamente pela vontade dos associados. Esse fundo de reserva era indivisível; mesmo que a cooperativa de uma hora para outra encerrasse as suas atividades não era dividido entre os associados. Neste caso, o valor total do fundo de reserva era destinado para obras de cunho social e comunitário.

O segredo do sucesso das cooperativas de crédito reside justamente nesse caráter local e pessoal do crédito agrícola cooperativo, o qual primacialmente objetiva a obtenção de capital mobiliário, morto ou vivo, e a de capitais circulantes à míngua dos quais enlanguesce o nosso mísero lavrador, sem terra, sem teto e sem pão, esse lavrador que, no acerto de um escritor, “é bem o sertanejo forte do aforismo euclidiano, o brasileiro puro do Brasil encharcado de brasilidade e de amor a terra.”<sup>132</sup>

Além disso, a cooperativa de crédito Raiffeisen não possuíam quotas-parte em seu capital, sendo que os associados dela participavam apenas mediante depósito de suas economias pessoais.

Raiffeisen morreu em 1888 mas deixou como legado a estrutura que hoje integra a DGRV – *Deutscher Genossenschafts und Raiffeisenverband* (Confederação Alemã das Cooperativas de Crédito), entidade com grande atuação em praticamente toda a

---

<sup>131</sup> LUZ FILHO, Fábio. *Aspectos agro-economicos do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Livraria Acadêmica, Saraiva & Cia, 1937, p.117.

<sup>132</sup> \_\_\_\_\_. *Cooperativismo e Credito Agricola*. Op.Cit., p.20-21.

Europa e em diversas partes do mundo, possuindo atualmente mais de 16 milhões de associados.<sup>133</sup>

Para Luz Filho, Raiffeisen foi também influenciado pelas ideias de seu conterrâneo e contemporâneo Schulze-Delitzsch, ao fundar suas *Darlehenskasse*. Franz Hermann Schulze era filho do Burgomestre de Delitzsh (Prússia). Nasceu nesta cidade em 1808, estudou direito em Leipzig e em 1848 foi eleito para a Assembleia Nacional Prussiana, ocasião em que alterou seu nome incluindo o de sua cidade de origem ao próprio sobrenome, passando a chamar-se Hermann Schulze-*Delitzsch*.

Semelhantes na forma de atuação e até mesmo nas origens, os dois sistemas de cooperação financeira surgidos na Alemanha continham inúmeras diferenças. Schulze-Delitzsch, um economista liberal e representante político das classes médias alemãs, era de todo avesso às teorias socialistas, e mesmo ao socialismo cristão pregado por Raiffeisen. Considerava utópica e mesmo inócua sua iniciativa de constituir cooperativas sem quotas-parte, considerando que sua cobrança era o único meio de fazer com que os associados compreendessem a lógica da poupança, pela obrigação de submeter periodicamente uma quantia determinada à integralização do seu capital. Além disto, era contra a indivisibilidade do fundo de reserva, “reputando-o absurdo, por constituir, na opinião dele, uma espécie de mão morta laica”.<sup>134</sup>

Na avaliação de Bord<sup>135</sup>, o agricultor era considerado como um “individualista inveterado, esquivando-se às vantagens morais e econômicas da associação. Para alcançá-lo foi necessário oferecer-lhe vantagens materiais e tangíveis”, estando convencido, portanto, que o crédito era o mais eficiente meio de melhorar as condições materiais do trabalhador individual. Nesse princípio repousava a ideia original de Schulze-Delitzsch de “ajuda-te a ti mesmo” (*Selbsthilfe*), agindo no sentido de conquistar os trabalhadores para a cooperativa de crédito unicamente pelos seus benefícios materiais, pela possibilidade de obterem os recursos necessários para o seu sucesso individual. Na argumentação de Luz Filho<sup>136</sup>,

---

<sup>133</sup> Em 1870 foi criada a primeira Federação das Cooperativas de Crédito Alemãs, inseridas legalmente na constituição de 1889. Em 1972 todas as antigas associações Raiffeisen e Schulze-Delitzsch se fundiram na DGRV. Segundo dados da própria organização, em 2006 ela possuía 15,92 milhões de associados, com 1.225 bancos populares e 14.000 sucursais; 170 mil funcionários e 465 bilhões EUR em depósitos o que equivale a cerca de 16% do PIB alemão em 2006 (2,919 trilhão EUR). Fonte: [www.drgv.org](http://www.drgv.org) acesso em ago/2011.

<sup>134</sup> Apud LUZ FILHO. *Cooperativismo e Credito Agricola*. Op.Cit., p.42.

<sup>135</sup> Idem, p.41.

<sup>136</sup> LUZ FILHO. *Cooperativismo e Credito Agricola*. Op.Cit., p.41.

não possuía Schulze-Delitzsch um temperamento imbuído de misticismo como o de Raiffeisen. Espírito irrequieto e prático, chegava no ardor das polêmicas a ridicularizar Raiffeisen pelas ideias de sacrifício e renúncia que pregava e que constituíam a essência das organizações que esse último preconizava, num nobre apostolado.

As cooperativas de crédito correspondem a uma das inúmeras formas de organização social surgidas em resposta aos percalços da vida econômica no interior da sociedade capitalista, quaisquer que sejam seus formatos e/ou modelos ideológicos. Luz Filho considerou as cooperativas de crédito como “uma das formas clássicas das cooperativas”<sup>137</sup>, nascidas sob a égide da união de forças individuais e economicamente débeis contra as políticas utilitaristas e os artificialismos da economia capitalista.

O grande mote justificador do cooperativismo, e em especial do cooperativismo de crédito, foi a sua justificativa social: considerada por seus precursores e defensores como uma sociedade de pessoas, não de capitais (embora as pessoas trouxessem junto os seus capitais para a cooperativa, estes constituíam estatutariamente um requisito secundário dentro do conjunto padrão de normas que regem o sistema jurídico histórico desses empreendimentos), onde cada pessoa representa um único direito de voto.

E o cooperativismo justamente visa abolir esse lucro que é (...) aquela parte da riqueza criada pelo trabalhador e que não lhe é paga (...) É o capital a serviço do trabalho [grifo do autor]. Tem por centro o homem, tem por base e seu poder de consumo e de produção. Tendo por fundamento o homem, é mais “conforme a justiça e mesmo á verdade econômica, porque o trabalho é o homem e o capital é uma coisa, seja um instrumento, seja um saco de dinheiro. O capital tem por origem o trabalho e tem por destino servir ao trabalho.”<sup>138</sup>

Se observarmos rapidamente as duas propostas originais do cooperativismo de crédito (Raiffeisen & Schulze-Delitzsch), podemos considerar que se tratam de um mesmo modelo, porém com mecanismos ideológicos diferenciados, sendo o primeiro dirigido segundo princípios morais e o segundo materiais. Mas se seguirmos a argumentação de Luz Filho e de Tomiolo, vemos que o cooperativismo de crédito seria por definição a operação conjunta, ou o *cooperari*, na sua origem latina significa *cum operari*, ou seja, trabalho feito *conjuntamente mais pessoas*. O que percebemos, no entanto, foi que no cooperativismo de crédito, a cooperação se dava apenas no sentido de unir capitais para reinvestimento em atividades consideradas “úteis e produtivas”,

---

<sup>137</sup> LUZ FILHO. *Cooperativismo e Credito Agricola*. Op.Cit., p.25.

<sup>138</sup> TOMIOLO *apud* LUZ FILHO. *Cooperativismo e Credito Agricola*. Op.Cit., p.29.

mas que não necessariamente dissessem respeito ao coletivo ou a comunidade (aquisição de terras, maquinários, sementes, insumos, etc.). Ou seja, uma atividade individual poderia ser considerada útil e produtiva, ficando o capital a serviço do trabalho individualizado, e não coletivizado como propugnavam os teóricos socialistas por trás das ideias cooperativistas.

Ainda sob o ponto de vista ideológico, a teoria do cooperativismo como uma alternativa aos problemas do capitalismo é refutada quando, operando economicamente no sentido de reduzir seus impactos, ele não atua contra o capitalismo, mas do interior de suas contradições, repetindo os mesmos vícios do capital, que levam, por conseguinte, aos mesmos resultados: acúmulo de capital, exploração do trabalho e individualismo utilitarista.

O surgimento de uma modalidade específica de cooperativismo (o de crédito) amplia os horizontes desta discussão, principalmente se buscarmos o sentido da crítica que Rosa Luxemburgo ressaltou em seu texto; que tanto o cooperativismo quanto o crédito, defendidos como arcabouço adaptativos do capitalismo às recorrentes crises econômicas, resultam em instituições que trabalham no interior de suas contradições, e assim, segunda ela, iriam levá-lo ou à revolução ou à barbárie.

Juan B. Justo<sup>139</sup>, no início do século XX, criticou a definição de *cooperativa de crédito* no Brasil, quando estas instituições estavam se popularizando como nome de *Caixas de Crédito Rural* (ou apenas Caixas Rurais). Para o pesquisador, elas não possuíam estruturas físicas por não se formarem com o objetivo de prover seus sócios com artigos de consumo ou de trabalho, conforme o modelo primordial de cooperativismo (considerando-se os Tecelões de Rochdale como precursor do movimento cooperativista). O cooperativismo econômico, nestes moldes, implica a centralização de esforços coletivos, desde o campo e até a distribuição para consumo. Esses esforços individuais são substituídos pela empresa cooperativa. Já as caixas rurais realizavam o trabalho de reunião e re-empréstimo de dinheiro, valor abstrato essencialmente de troca, não necessitando de estruturas. Estas sociedades de crédito, então,

contribuem para manter e aumentar a descentralização individualista da produção. Empréstam dinheiro ao artesão, ameaçado pela grande indústria, ao pequeno comerciante, que luta desvantajosamente com a

---

<sup>139</sup> Apud LUZ FILHO. *Cooperativismo e Credito Agricola*. Op.Cit., p.45.

cooperativa vizinha, a camponeses que se atrofiam em insignificantes parcelas. Às vezes, as sociedades de crédito propendem, assim, para a repressão técnico-econômica.<sup>140</sup>

Essas cooperativas de crédito eram formadas, geralmente, por trabalhadores assalariados ou agricultores economicamente estáveis (como veremos em uma análise de caso no final deste estudo), reunidos em determinada etapa da produção para lutar contra formas técnico-econômicas rotineiras, tendo como motivação básica a dificuldade de acesso ao crédito e a dependência dos agentes financiadores locais, geralmente chamados de banqueiros ou usurários. São artesãos, pequenos comerciantes, profissionais liberais e pequenos agricultores, ambos de características pequeno-burguesas que, desejosos de aprimorar e desenvolver sua atividade econômica individual, auferindo assim mais resultados com menor esforço, não obstante sem recursos próprios para investir em melhorias necessárias, reúnem-se em sociedade para assim terem acesso a uma forma singular de crédito. Nessas sociedades, os sócios operavam em sentidos e finalidades diversas, uns levando capital para a sociedade, outros retirando; uns dando lucro aos outros.

Estas diferenças se sintetizam no traço fundamental que distingue a cooperação do capitalismo: esta colina o lucro, o dinheiro, o valor de troca. **A cooperação busca a coisa, o serviço técnico, o valor de uso** [grifo do autor]. As sociedades de crédito pouco, pois, tem de comum com as cooperativas. São sociedades populares e econômicas, mas, diferentemente das cooperativas, são agências populares da economia capitalista, forma do capitalismo popular.<sup>141</sup>

Esta passagem é de grande valia na compreensão conceitual do cooperativismo institucionalizado, surgido no decorrer do século XIX em meio às transformações da sociedade europeia, com reflexo em todo o mundo. Mas em especial, é importante para ampliar a compreensão conceitual do cooperativismo de crédito, objeto principal desse estudo. Como procuramos apresentar no conjunto de documentos e fontes selecionadas e discutidas até aqui, o cooperativismo surgiu e foi fortemente defendido como um mecanismo de adaptação/acomodação dentro do sistema capitalista; um subsistema no interior de um sistema. Embora amparado historicamente em um conjunto de ideologias que se apresentavam como sendo de cunho socialista, foi fruto também de uma conjuntura histórica específica, proveniente da expansão da ideologia liberal.

---

<sup>140</sup> LUZ FILHO. *Cooperativismo e Crédito Agrícola*. Op.Cit., p.46.

<sup>141</sup> Idem, p.47.

Procuramos evidenciar a equiparação do cooperativismo, e em especial, do cooperativismo de crédito, dentro de um conjunto de características que o caracterizam como um subproduto da ideologia burguesa-liberal, com objetivos bastante específicos de “adaptação” às condições de mercado, reeducação dos quadros sociais dentro de uma lógica de competição individualista, embora defenda a união como meio para se atingir um estágio superior na economia e na acumulação capitalista. Utilizando os elementos da crítica de Thompson ao *laissez faire* smithiano, encontramos no próprio cooperativismo alguns daqueles elementos, como o caráter doutrinador e educativo (adestrador) das camadas menos favorecidas da sociedade, orientando o consumo e o hábito racional da poupança.

A seguir analisaremos as condições socioeconômicas brasileiras no início do século XX, procurando situar o estabelecimento do cooperativismo no Brasil e no Rio Grande do Sul. Neste período, ele já estava inserido no processo migratório de mão-de-obra europeia empobrecida para o Brasil; dois fenômenos resultantes de um mesmo processo: a Revolução Industrial.

## **CAPÍTULO 2: O CONTEXTO SUL-BRASILEIRO: CRISE, IMIGRAÇÃO E COOPERATIVISMO.**

Analisando rapidamente a história agrária brasileira, encontraremos na doação das sesmarias o início do processo de exploração de gêneros tropicais para enriquecer a metrópole, condição esta situada no interior do sistema mercantilista e no pacto colonial, as condições necessárias para exploração econômica das terras conquistadas. Deste modo, a criação das capitânicas hereditárias é considerada o marco histórico de onde se origina o latifúndio escravagista, composto basicamente de duas classes sociais distintas: senhores e escravos.

Em seguida surgiram classes sociais diversas, compostas de brancos não senhores, negros não escravos, índios e mestiços, responsáveis por uma pequena rede de comércio, serviços autônomos e pequena agricultura de alimentos, que por sua vez encontra-se na origem da pequena propriedade produtiva de alimentos no Brasil. No entanto, foi esse processo de acumulação primitiva do capital, baseado no sistema escravagista e na *plantation* monopolizada pela metrópole, que financiou, durante a Idade Moderna, o processo que culminou na Revolução Industrial.

O surgimento e a expansão do liberalismo colocou as antigas estruturas mercantilistas (como o monopólio colônia-metrópole) em oposição ao livre comércio. Neste contexto, o declínio da escravidão como força de trabalho no Brasil iniciou no século XIX, segundo Silva<sup>142</sup>, devido principalmente à pressão exercida pela poderosa economia imperialista inglesa para instituir o trabalho livre nas antigas colônias americanas, o que favoreceu o incremento significativo do mercado para os seus bens de consumo industrializados. Na mesma época, coincidindo com a proibição definitiva do tráfico negreiro nas águas do Oceano Atlântico (em 1850), foi também promulgada a Lei de Terras brasileira, na qual a propriedade privada das terras passaria a ser considerada a base para a organização do trabalho livre.

Referindo-se a crise decorrente desse processo de transformação da matriz econômica brasileira, acentuada durante a Primeira República, Martins<sup>143</sup> argumenta que a desorganização do modo de vida da população rural decorre das modificações das relações sociais, cultura e atividade econômica nacional. A crise, para ele, expressou-se

---

<sup>142</sup> SILVA, José Graziano da. *A questão agrária*. São Paulo: Braziliense, 1981.

<sup>143</sup> MARTINS. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. Op.cit..

em duas mudanças jurídicas mais expressivas: a Lei de Terras, em 1850, que transformou a terra em capital imobilizado; e a abolição da escravatura, em 1888, que transformou o próprio trabalho também em capital, separando a *força*, que passou a representar uma simples mercadoria, do *trabalhador*, o sujeito “proprietário” da força de trabalho. Desta separação surgiu o confronto entre os proprietários dos meios de produção (terras) e os proprietários da força de trabalho (trabalhadores), confronto que, por sua vez, é formalmente entendido como o *mercado de trabalho*, ou seja, a mercantilização do trabalho como objeto de troca capitalista.

A propriedade capitalista da terra e o trabalho livre são instituições combinadas na sociedade brasileira para atender aos imperativos históricos do processo de desenvolvimento desigual, imperativos que na fase anterior haviam gerado a combinação entre escravismo e produção de mercadorias.<sup>144</sup>

A crise que se evidenciou no início do período republicano brasileiro é intrínseca ao padrão de efetivação do capitalismo neste país, e que, somada às condições de propriedade da terra e mercado livre de trabalho (1850 e 1888), correspondem ao estabelecimento dos pressupostos burgueses de trabalho e poupança, ou seja, a “ideologia de transformação do trabalhador em proprietário”.<sup>145</sup> Tal ideologia foi verificada na revisão bibliográfica da definição histórica de cooperativismo, como parte integrante do conjunto de objetivos primordiais deste movimento, junto à necessidade de transformação do trabalhador em proprietário associado da cooperativa, criando condições de competição em uma lógica de livre-mercado e modificando, assim, não apenas a condição material dos trabalhadores, mas sua mentalidade em relação à própria condição social.

Nesse sentido, pode-se entender a imigração como um processo transicional de sujeitos de uma sociedade para outra. O próprio processo de colonização no século XVI é o início da imigração para o Brasil. No entanto, a imigração não se trata apenas de uma unidade física em movimento num contexto geográfico, mas de um complexo sistema de valores e culturas que foi transportado com toda sua estrutura historicamente constituída. Dessa forma, a socialização dos indivíduos em processo de deslocamento não estava apenas na sociedade de adoção, mas na “evidência de que a própria

---

<sup>144</sup> MARTINS. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. Op.Cit., p.15.

<sup>145</sup> Idem, p.17.



sociedade de origem está mergulhada num processo de transformação social que provoca o desencontro de sujeitos e as mudanças que estão ocorrendo.”<sup>146</sup>

Por sociedade de origem e de adoção compreendemos, a primeira, como o espaço original do processo migratório, ou seja, a naturalidade do indivíduo e toda a carga de influências socioculturais em retrospecto à sua própria experiência de vida; e a segunda, o espaço para onde os sujeitos migravam, em busca dos mais diversos objetivos, mas cuja motivação, em geral, apresentava um desejo de melhores condições de vida, expressa, por sua vez, em melhores condições de trabalho e renda. A imigração então surgiu como um processo amplo de transposição de sujeitos bem como de parte de suas estruturas sociais para a sociedade de destino.

Com base na delimitação conceitual de imigração proposta por Martins, podemos apontar o século XIX como o momento em que efetivamente iniciou-se o movimento/deslocamento de indivíduos situados na periferia do capitalismo europeu para o Brasil, especialmente se considerarmos os dados de Darcy Ribeiro sobre a evolução da população brasileira, que indicam no século XIX um grande crescimento da população “branca” no Brasil (conforme tabela 1).

**Tabela 1: Evolução da população brasileira, 1500-1800.**

	<b>1500</b>	<b>1600</b>	<b>1700</b>	<b>1800*</b>
<b>“Branços” no Brasil</b>	-	50.000	150.000	2.000.000
<b>Escravos</b>	-	30.000	150.000	500.000
<b>Índios “integrados”</b>	-	120.000	200.000	1.000.000
<b>Índios isolados</b>	5.000.000	4.000.000	2.000.000	1.000.000
<b>TOTAIS</b>	5.000.000	4.200.000	2.500.000	5.000.000

Fonte: RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. Companhia das Letras, São Paulo, 1997, p.151.

Em sua pesquisa sobre os perfis sociais integrantes da classe camponesa no Brasil, Maestri<sup>147</sup> tratou da formação do campesinato revendo as interpretações dos cientistas sociais brasileiros orientados pela VI Internacional Comunista na década de 1960. Estes, segundo o autor, tenderam a delinear a formação camponesa nacional de

<sup>146</sup> MARTINS. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. Op.Cit., p.19-20.

<sup>147</sup> MAESTRI, Mario. *A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira*. In STEDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda. 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Vol. 2, p.217.

acordo com o modelo europeu, constituindo uma tendência à “leitura mecanicista e ideológica do passado”.

Para Maestri, foram cinco as vias principais de formação do camponês nacional: a nativa, a cabocla, a escravista, a quilombola<sup>148</sup> e a colonial (imigrante). Considerou o *camponês* como o membro de um núcleo familiar dedicado a produção agrícola e artesanal autônoma, voltada à subsistência e à mercantilização de parte da produção pela monetarização, necessária para aquisição de produtos e serviços que não possui, e com emprego da força e da divisão familiar do trabalho. Para ser considerada mercantil, a produção colonial precisa se articular com a divisão do trabalho nesta esfera.<sup>149</sup>

Neste contexto, consideram-se secundárias atividades como horticultura, pesca, artesanato e coleta, sendo que a produção colonial necessita articular-se com a divisão do trabalho na esfera mercantil. O núcleo familiar precisa manter a *posse* mesmo sem ter a *propriedade* da terra, e investir trabalho na sua potenciação (melhoria); melhora condições de produtividade da terra, resultando na superação qualitativa da produção horticultora doméstica, apoiada em técnicas extensivas.

Para o trabalhador que não compreende esta lógica, a propriedade é fator de regresso, pois expropria a sua força de trabalho. Para o camponês consciente de sua condição, a propriedade é fator de progresso, garantia de sua sobrevivência e da sua família, constituindo assim respectivamente uma classe em si (comunidade de produtores com consciência parcial de sua identidade comum) e uma classe para si (massa unificada de trabalhadores defendendo interesses em comum). O camponês, segundo o autor, tem consciência de grupo, não de classe. Ele organiza seu modo de produção material em grupos familiares: “São, portanto, incapazes de fazer valer o seu

---

<sup>148</sup> Comunidades aldeãs nativas: Nos Andes, desenvolveram técnicas avançadas de produção agrícola (milho, batata), como uso de enxadão e bastão de plantar, irrigação, adubagem e silagem. No Brasil, foram compostas por tupis-guaranis, originários da Amazônia, e constituíram complexo civilizacional horticultor, absorvido, em parte, por outras culturas, através da captura e incorporação de mulheres tupi, já que estas práticas eram essencialmente femininas; a Civilização Cabocla: baseada no nativo semi-aculturado, que conseguiu superar/degenerar suas tradições aldeãs nativas e, dedicando-se a produção de subsistência, passou a ser designado caboclo, mantendo uma relação de posse precária com a terra; Escravidão colonial: representou o *camponês ausente*, devido a dedicação quase exclusiva à grande lavoura de exportação, a debilidade familiar dos trabalhadores escravizados, ao caráter limitado das hortas servis e a coesão da apropriação latifundiária; Comunidades Quilombolas: foram comunidades precárias, com agricultura de subsistência, criação de pequenos animais e pequeno comércio de excedentes. Eram terras clandestinas, ocupadas predominantemente por homens, sem laços familiares (devido à ausência de mulheres). Possuíam economia semelhante à cabocla, sem laços com a terra, plantas de ciclo curto, coivara, ferramentas rústicas e semi-nomadismo. Cf. MAESTRI. A *aldeia ausente*. Op.Cit., p.230-254.

<sup>149</sup> Idem, p.218-219.

interesse de classe em seu próprio nome”.<sup>150</sup> Dispersos geograficamente, não há meio de superar o capitalismo.

Assim, a formação do campesinato nacional surgiu de um fenômeno inicialmente marginal; como um “hiato camponês”, no início do século XIX, no momento de efetivação do “projeto de formação de extrato social camponês, no seio do universo latifundiário-escravista, com camponeses emigrados, [que] foi retomado após a transferência do aparato político-administrativo do império português para o Rio de Janeiro, em 1808”. Seu objetivo foi a exploração policultora de pequenos lotes de terra por agricultores europeus não-portugueses em regiões não adaptadas à agricultura, produzindo uma agricultura policultora de abastecimento dos centros urbanizados e das grandes fazendas voltadas à exportação de produtos agrícolas.

Se antes o deslocamento de imigrantes se restringia ao processo de colonização/exploração econômica do território, a vinda da família real e a designação (em 1815) do “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves” alteraria sistematicamente a organização social do Brasil com a inclusão cada vez mais frequente de imigrantes europeus. Outro dado da mesma obra de Darcy Ribeiro também refere-se a rápida evolução da população de imigrantes a partir dos anos 1850 até o início do século XX, indicando o período de maior entrada de imigrantes no Brasil:

**Tabela 2: Evolução da população imigrante para o Brasil.**

<b>Períodos</b>	<b>Portugueses</b>	<b>Italianos</b>	<b>Espanhóis</b>	<b>Japoneses</b>	<b>Alemães</b>	<b>Totais</b>
<b>1851/1885</b>	237.000	128.000	17.000	-	59.000	441.000
<b>1886/1900</b>	278.000	911.000	187.000	-	23.000	1.398.000
<b>1901/1915</b>	462.000	323.000	258.000	14.000	39.000	1.096.000
<b>1916/1930</b>	365.000	128.000	118.000	85.000	81.000	777.000
<b>1931/1945</b>	105.000	19.000	10.000	88.000	25.000	247.000
<b>1946/1960</b>	285.000	110.000	104.000	42.000	23.000	564.000
<b>TOTAIS</b>	<b>1.732.000</b>	<b>1.619.000</b>	<b>694.000</b>	<b>229.000</b>	<b>250.000</b>	<b>4.523.000</b>

Fonte: RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. Companhia das Letras, São Paulo, 1997, p.242.

Do ponto de vista brasileiro, vimos que a imigração era motivada pelos interesses desenvolvimentistas nacionais tanto quanto pela expansão do liberalismo econômico. Mas como afirma Martins, um processo migratório possui sempre dupla

---

<sup>150</sup> MAESTRI. *A aldeia ausente*. Op.Cit., p.221.

motivação: da sociedade de origem, imersa em transformações que forçam a saída dos seus indivíduos, e da sociedade de adoção, que cria atrativos para fomentar esse deslocamento.<sup>151</sup> Se voltarmos nossa atenção à Europa do século XIX, nos depararemos com uma conjuntura que impunha condições precárias de trabalho e de vida à totalidade dos trabalhadores situados tanto no campo quanto na cidade.<sup>152</sup> O desemprego em massa de pequenos camponeses e artesãos, ocasionado pelos efeitos da ampliação da Revolução Industrial, além dos inúmeros conflitos armados entre nações, configuravam um estímulo extra para a imigração dos pobres marginalizados, uma saída alternativa para muitos daqueles trabalhadores europeus em estado de miséria.<sup>153</sup>

Na Alemanha do século XIX, por exemplo, as guerras napoleônicas, o empobrecimento dos solos, o superpovoamento e as alterações econômicas ocasionadas pelo advento da era industrial, foram algumas das causas que determinaram a vinda de imigrantes para o Brasil.<sup>154</sup> No caso italiano, o atraso agrícola do país, a falta de terras agricultáveis e a fragilidade dos laços mercantis, foram para Maestri as principais razões da imigração.<sup>155</sup> No Brasil, esta imigração coincidirá com o contexto de crise da matriz econômica.

Na maior parte de origem camponesa, esses trabalhadores em transição de uma sociedade para outra enquadravam-se ao critério de classificação que Martins tituló de *migrante-camponês*<sup>156</sup>, um sujeito em estado de ambivalência no interior da sociedade capitalista, situado numa condição diferente da vivenciada pelo burguês e pelo proletário, situação esta intermediada pela renda capitalizada no conjunto de relações capitalistas de produção. Não obstante tais intermediações, o camponês continuou seu trabalho na terra na sociedade de adoção sem perceber estas mudanças, e só passou à condição de proletário quando foi alcançado pela pauperização, onde ocorreu,

---

<sup>151</sup> MARTINS. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. Op.Cit. p.19-20.

<sup>152</sup> Se nos basearmos no exemplo inglês, o melhor exemplo do primeiro estágio da Revolução Industrial, constaremos um intenso êxodo rural causado pelo decreto dos cercamentos, que colocava praticamente em extinção o campesinato naquele país.Cf. HOBBSBAWN, Eric J. *A Era das revoluções: Europa 1789-1848*. Op.Cit..

<sup>153</sup> Embora o apelo para a imigração fosse considerada, praticamente, uma “condenação por delito de pobreza”, pelo menos se considerarmos o caso dos artesãos ingleses. HOLYOAKE. *Os 28 Tecelões de Rochdale*. Op.Cit., p.16.

<sup>154</sup> SCHÜTZ, Liene Maria Martins. *Imigração alemã: processo, costumes e influências*. In Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Unisinos, 1974, p.271.

<sup>155</sup> MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914*. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 25.

<sup>156</sup> MARTINS. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. Op.Cit. p.27.

necessariamente, uma ressocialização por adaptação na mesma sociedade. Um exemplo importante do processo de adaptação foi, já no Brasil, a formação de sociedades cooperativas (como as de crédito, formadas quase exclusivamente por imigrantes em áreas de colonização e voltadas para o atendimento das necessidades básicas de uma agricultura que demandava substituir a subsistência pela integração num mercado regionalizado), ou nos processos migratórios. Assim, o movimento social da imigração ressocializou o imigrante-camponês em relação a sua *comunidade utópica*<sup>157</sup>, como uma forma de resistência a expansão do capitalismo, quando, de fato, estava associado a implantação deste como sistema econômico dentro de uma nova realidade social, no caso, a crise agrária brasileira.

Esta dupla dimensão de resistência camponesa, Martins chamou de “oposição alienada do camponês frente às transformações da sociedade capitalista”;<sup>158</sup> *intersubjetivamente*, a comunidade utópica constituía numa resistência às rupturas da sociedade, mas *objetivamente*, abrangia uma resistência apenas aos efeitos superficiais (visíveis) dessa crise. Ou seja, pensando-se em termos do século XIX no Brasil, os sujeitos imigrados traziam consigo o desejo de reproduzir na sociedade de destino as estruturas socioculturais do seu contexto anterior (ou preservada na memória, como pertencentes a um período anterior as mudanças estruturais do capitalismo), na esperança de assim resistir às transformações impostas pelo modo de produção capitalista. A formação de comunidades utópicas de forte identificação étnica é exemplo de como essa resistência se deu no campo da adaptação na sociedade de adoção.

No entanto, ao se integrar à nova situação, o camponês imigrado inseriu-se numa condição econômica histórica marcadamente de substituição da mão-de-obra escravizada pela livre, num contexto que se constituía liberal; inseriu-se numa lógica liberal de mercado, tanto de venda de sua mão-de-obra (especialmente no caso urbano, mas também no contexto rural), quanto de mercantilização de sua pequena produção de subsistência, especificamente nos casos em que esses imigrantes tinham acesso a lotes coloniais.

Utilizando da mesma compreensão conceitual de Martins à cerca da oposição camponesa alienada ao capitalismo, ampliamos nossa compreensão do cooperativismo

---

<sup>157</sup> O autor utiliza o termo *comunidade utópica* para se referir a comunidade camponesa num sentido pré-capitalista, e ao processo de conservação sistemático dela pelo migrante-camponês inserido nessa transformação.

<sup>158</sup> MARTINS. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. Op.Cit., p.8.

observando-o *intersubjetivamente* como uma tentativa de resistência alienada (utópica) às relações capitalistas de produção e consumo; um sentimento subjetivo de resistência que encontra eco entre os trabalhadores submetidos às mesmas contradições. Mas ao mesmo tempo, e objetivamente, essa resistência deu-se apenas em relação aos efeitos visíveis destas contradições, como no caso de Rochdale, por exemplo, com a motivação inicial da compra de alimentos e itens de consumo pessoais, ou das caixas rurais, com o intuito de acumular capitais para re-empréstimo aos colonos associados.

Hobsbawn também se refere ao cooperativismo e à imigração como categorias de movimentos sociais resultantes dos efeitos do processo revolucionário das indústrias europeias no decorrer do século XIX. Para ele

As duas reações não governamentais mais comuns foram a emigração e a formação de cooperativa, sendo esta última a opção, principalmente, dos sem-terra e dos proprietários de terras sem bens líquidos, estes sobretudo camponeses com propriedades potencialmente viáveis.<sup>159</sup>

Ainda segundo Hobsbawn, na Alemanha (berço de nascimento do cooperativismo de crédito), no início do século XX, “mais da metade dos agricultores independentes pertenciam a tais minibancos rurais (cujo pioneiro foi o Raiffeisen católico)”;<sup>160</sup> já nos anos 1930 existiam cerca de 22 mil pequenas unidades das caixas Raiffeisen, com mais de 2 milhões de associados.<sup>161</sup> Outra informação que também aproxima as experiências históricas do cooperativismo e da imigração diz respeito ao surto algodoeiro decorrente da Guerra de Secessão estadunidense nos anos 1860. Como vimos na descrição de Holyoake, os anos 1860 foram marcados pela crise no abastecimento de matéria-prima para as indústrias de tecelagem inglesas, tendo tal fato colaborado para o fortalecimento das cooperativas de consumo que mantiveram-se em atividade atendendo as necessidades básicas dos tecelões associados, mesmo em época de carestia generalizada. Para Martins<sup>162</sup>, o mesmo conflito gerou no Brasil um surto algodoeiro que ampliou a disputa por mão de obra com o consolidado café, tudo isso em uma época em que o tráfico de escravos já encontrava-se proibido, tanto pela Lei brasileira de extinção do tráfico, quando pelo poder de persuasão da própria marinha inglesa que barrava navios de traficantes transatlânticos.

---

<sup>159</sup> HOBBSAWM. *A era dos impérios*. Op.Cit, p. 60.

<sup>160</sup> Idem, p.61.

<sup>161</sup> LUZ FILHO. *Cooperativismo e Credito Agricola*. Op.Cit., p.36.

<sup>162</sup> MARTINS. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. Op.Cit., p.58-59.

Estes dados são ilustrativos da ocorrência paralela da imigração para a América juntamente com a formação das primeiras cooperativas (no caso Alemão, cooperativas de crédito), um movimento que, de certa maneira, e por estar ligado a outros movimentos de trabalhadores (como o cartismo), interligava os ideais “utópicos” do socialismo anterior a 1848 ao novo socialismo, fundindo-se com o sentimento de pertencimento a mesma categoria de classe (cooperativa de tecelões, cooperativa de agricultores, etc.).

Assim, chegando ao Brasil, os imigrantes representaram mais do que apenas sujeitos em transição entre sociedades: desempenharão um papel social de natureza histórica. Para Martins, a “imigração é, pois, um evento historicamente determinado pela expansão do modo capitalista de produção”.<sup>163</sup> Dessa forma, o imigrante foi, por sua vez, um objeto de transição entre uma etapa e outra da história, fator de produção na sociedade de adoção, como mão de obra de reserva, mas objeto de transição histórica, e como tal, inserido num amplo movimento social.

### **A imigração no Rio Grande do Sul e os paradoxos da economia natural e do intervencionismo: liberalismo interventor ou positivismo ausente?**

A província situada ao extremo sul do país possui uma reconhecida subdivisão geográfica que separou historicamente as regiões de campo do sul (também conhecidos como “pampa”) das áreas de florestas que existiram ao norte, sob a qual se assentou o processo de ocupação populacional. As áreas da metade norte integram uma região de relevo ligeiramente acidentado, que originalmente mesclava áreas de pasto com florestas onde abundavam madeiras de lei. Estas áreas foram ocupadas primordialmente por indígenas e, após o ciclo missionário, por lusos, constituindo uma sociedade que mesclava grandes proprietários agropastoris, pequenos camponeses, extrativistas e escravos africanos. As áreas de campo da metade sul foram ocupadas inicialmente por índios (pampeanos, charruas, minuanos, etc.) e, depois, por fazendeiros abastados. Às camadas mais pobres da população restaram áreas de mato no extremo norte do Estado, sobre as quais se dedicaram à extração de erva-mate e ao roçado de subsistência, constituindo a população conhecida como cabocla.<sup>164</sup>

---

<sup>163</sup> MARTINS. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. Op.Cit., p.22.

<sup>164</sup> ZARTH. *História agrária do Planalto Gaúcho*. Op.Cit., p. 106.

Sob estas condições assentou-se a base da ocupação inicial do sul do país, configurando uma sociedade caracterizada pela concentração de grandes frações de terra, doadas pela Coroa portuguesa para militares luso-brasileiros em serviço nas campanhas de defesa das fronteiras, conforme aponta Zarth: “durante a guerra luso-espanhola pela posse do RS, os militares adquiriram grande prestígio e autonomia, à medida que faziam avançar as fronteiras portuguesas e, em troca, e como estímulo, ganhavam os campos conquistados”.<sup>165</sup>

A implantação de imigrantes europeus nesta região iniciou como parte de uma política oficial de incentivo a formação de núcleos camponeses, objetivando ocupar e assim proteger regiões estratégicas do território. Até então, a metade sul do estado havia sido constantemente trilhada por indivíduos ligados a atividades como contrabando de gado e subprodutos, circulando entre ambos os lados da fronteira portuguesa-espanhola e sem nenhum interesse em povoar ou colonizar remotos campos. Segundo Zarth, a política de ocupação estratégica possuía ainda objetivos modernizantes e baseava-se na “ideologia segundo a qual os colonos europeus seriam superiores aos lavradores nacionais, acusados de praticarem uma agricultura rudimentar”.<sup>166</sup>

Para Maestri<sup>167</sup> os objetivos estratégicos da ocupação organizada do extremo sul podem ser percebidos já nos anos seguintes ao Tratado de Madrid (1750), com a instalação de açorianos no Rio Grande do Sul, experiência que acabou escapando do objetivo principal devido a motivos diversos ligados justamente a necessidade de mercantilização dos excedentes. Nesta fase da imigração, que se desenvolveu entre 1750 e 1820, ocorreu a primeira tentativa de implantação do trigo visando o abastecimento interno da província (juntamente com a farinha de mandioca), utilizando-se como mão-de-obra os imigrantes açorianos. Reclamações quanto à precariedade da agricultura e do seu abandono oficial em favor da pecuária, encontram-se entre os motivos do abandono dessa experiência. Além disso, o cereal possuía deficiências técnicas, sendo sujeito a pragas e conseqüentemente de baixa rentabilidade pela sua relação capital/produto, fora o fato de que era constantemente requisitado para alimentação das tropas sem o pagamento de quaisquer indenizações. Dessa forma, os

---

<sup>165</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Unijuí, 2002, p.59.

<sup>166</sup> Idem, p.199.

<sup>167</sup> MAESTRI. *A aldeia ausente*. Op.Cit., p.255.



próprios açorianos imigrados passaram a dedicar-se à pecuária e o Estado passou a importar o cereal.<sup>168</sup>

Após a tentativa de implantar um sistema de produção agrícola para abastecimento interno do Estado com colonos açorianos, foi feita uma nova tentativa, por meio de outro “projeto de formação de extrato social camponês, no seio do universo latifundiário-escravista, com camponeses emigrados, [que] foi retomado após a transferência do aparato político-administrativo do império português para o Rio de Janeiro, em 1808”.<sup>169</sup> No Brasil, uma das primeiras ações do príncipe regente foi facilitar a posse de terras aos estrangeiros nela residentes, o que até então só era permitido aos súditos portugueses. A medida visava promover a imigração não-lusitana para o Brasil e assim atingir os objetivos estratégicos e econômicos almejados pela Coroa portuguesa. O Brasil tornou-se independente em 1822 e a Constituição, outorgada em 1824, delegou ao imperador a fundação das colônias. Mas a questão da sucessão em Portugal, em 1823, e o golpe antiliberal ainda preocupavam as elites escravistas nacionais, tementes da possibilidade de uma possível reunificação Brasil e Portugal e a perda das vantagens obtidas com a liberdade política. Os imigrantes vindos para o Brasil não poderiam ser portugueses. Assim sendo,

a nacionalidade dos primeiros colonos deveu-se às simpatias da imperatriz alemã dona Leopoldina e à situação dos Estados germânicos, onde abundavam camponeses sem-terra. O major alemão Schaeffer, próximo ao imperador, alistou europeus interessados em viajar ao Brasil, como colonos ou mercenários, amálgama de sérias conseqüências. Nesses anos, dom Pedro promovia política expansionista no Prata.<sup>170</sup>

Em 1824, foi fundada a colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, mesclando interesses estratégicos alinhados com a ocupação das terras e defesa do território, mas também com motivações políticas, por meio da proximidade com os alemães e de tratativas unilaterais. Essa, que pode ser considerada uma segunda fase de imigração com objetivos colonizadores no Rio Grande do Sul, é assim descrita por Cesar:

Os colonos alemães, aqui desembarcando, em grupos, pela primeira vez, ocuparam em julho de 1824 a fazenda, repartida em quinhões, da

---

<sup>168</sup> FONSECA, RS. Op.Cit., p.14.

<sup>169</sup> MAESTRI. *A aldeia ausente*. Op. Cit. p.255.

<sup>170</sup> \_\_\_\_\_. *Os senhores da serra*. Op.Cit., p.16.

antiga Feitoria do Linho Cânhamo, no Faxinal da Courita, município de São Leopoldo.<sup>171</sup>

Além da ocupação estratégica do espaço, constavam entre os objetivos principais desta ocupação: promover a agricultura policultora para abastecer centros urbanizados e latifúndios com alimentos; disponibilizar homens livres para os exércitos imperiais; e consolidar a ocupação do espaço, implantando uma população livre de pequenos proprietários para equalizar a população escrava. O Rio Grande do Sul era um destino importante para a colonização, pela necessidade de povoamento de extensas áreas e o abastecimento interno do Estado com gêneros alimentícios. Para Zarth, “no Rio Grande do Sul, os imigrantes se transformavam em pequenos proprietários de terra e isso era um estímulo forte para emigrar”,<sup>172</sup> uma vez que a escassez de terras agricultáveis disponíveis aos camponeses na Europa dificultava ainda mais sua inserção na economia de mercado e, por consequência, a sobrevivência de sua família.

Utilizando-se de referenciais teóricos da geografia e da sociologia, Martins conceitua este processo de ocupação racional e desenvolvimentista do espaço como *frente pioneira*. Essa, no entanto, não deve ser entendida apenas como a primeira habitação de determinado espaço por determinado grupo social, mas sim a transformação completa da realidade física deste espaço pela modernização resultante do erguimento de uma cidade onde antes havia apenas mato, esta por sua vez, necessitando de relações sociais específicas para sua implantação. Assim, o *novo* é apenas o espaço geográfico e não a estrutura social, e o termo *frente pioneira* dá a conotação de mobilidade de um conjunto de relações sociais tradicionais para um novo espaço que será ocupado racionalmente dentro dos pressupostos de acumulação e poupança da economia liberal de mercado. A frente pioneira, portanto, apresenta-se como uma fronteira econômica em expansão para novas áreas,

trata-se de uma economia do excedente, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades.<sup>173</sup>

Pensando-se a história sul-riograndense a partir desta perspectiva desenvolvimentista, compreendemos que a imigração e a colonização da metade norte

---

<sup>171</sup> CESAR, Guilherme. *Ocupação e diferenciação do espaço*. In: RS: Economia e política. Org. José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, p.23.

<sup>172</sup> ZARTH. *Do arcaico ao moderno*. Op.Cit., p.182.

<sup>173</sup> MARTINS. *Capitalismo e tradicionalismo*. Op.Cit., p.45.

do estado passaram a interessar ao governo imperial (isso já a partir de 1824, com os imigrantes alemães), devido ao fato que facilitariam a diversificação da produção primária e o conseqüente abastecimento interno do estado. Esta mudança na matriz econômica histórica do Rio Grande do Sul foi acompanhada pelo início de um processo de transformação da própria sociedade estadual, que durante a República passou gradativamente de uma economia exclusivamente exportadora de charque para uma planificação agrícola, baseada na diversificação da produção. Para Pesavento

este último fator (atender às necessidades do mercado interno), contudo, adquiriu maior relevância por ocasião da expansão cafeeira pelo oeste paulista e da real expansão da economia de mercado no contexto brasileiro por volta da década de 70 do século passado [XIX]. Quando tal processo se deu de forma plena, os alemães já se achavam instalados desde 1824 no estado sulino. Portanto, cremos que a expansão do mercado interno gerada pelo café não contribuiu para a vinda destes primeiros imigrantes, mas sim para a ulterior etapa de desenvolvimento da economia agrícola colonial.<sup>174</sup>

O povoamento do norte do estado aos poucos integrou esta região à economia regional, inicialmente por meio de sua produção agrícola diversificada, atividade desenvolvida paralelamente com a ainda predominante atividade pecuária-charqueadora da Campanha. No entanto, nas décadas que se seguiram, verificou-se uma crescente estagnação econômica do Sul em correspondência a ascensão gradual tanto da Serra quanto do Planalto. A isso se deveu a incapacidade de aumento da participação do charque ou mesmo sua manutenção na pauta de exportações do estado como principal produto da renda provincial.

Para Fonseca, os principais fatores dessa estagnação devem-se a característica desta mercadoria, um produto inferior, consumido pela população escrava, ou seja, era vendido para as regiões cafeeicultoras (principal produto nacional) e por isso não contava com protecionismo estatal (devido à elevação dos custos da cafeicultura que seria gerada caso houvesse uma política de preços para o charque). O charque da província ainda concorria com o mesmo produto de origem platina (mais barato e de melhor qualidade) e via decair também o comércio de seus subprodutos, como chifres, ossos, cabelos, graxa e sebo, substituídos por manufaturas industriais de origem europeia. Nas palavras do autor

---

<sup>174</sup> *Apud* FONSECA. *RS. Op.Cit.*, p.16.

é significativa a diferença de peso econômico entre o norte e o sul do Rio Grande ao considerarem-se as datas de 1890 e 1930. A imigração e o desenvolvimento da banha e da policultura emprestou à Serra e ao Planalto um rápido crescimento, descaracterizando, de certo modo, ser o Rio Grande um estado apenas pecuário – como fora no Império.<sup>175</sup>

Se observarmos do ponto de vista político a crise econômica sul-riograndense do final do século XIX, veremos que ela potencializou o acirramento da divisão de interesses políticos entre conservadores e liberais, sendo que a matriz econômica estadual também será norteadada pelo bi-partidarismo que vinha se formando desde o império, e que se reequilibrará após a Proclamação da República Federativa do Brasil, quando, em síntese, os dois principais blocos políticos estaduais passaram a ser o PRR - Partido Republicano Riograndense e o PL - Partido Liberal.

Com a República proclamada, o PRR passou a ser a base governista, composta basicamente dos setores médios urbanos, comerciantes, brigada militar, colonos imigrantes além de pequenos e médios (e até grandes; coronéis) fazendeiros do Planalto. As convicções políticas do partido apontavam a estagnação das exportações de charque da Campanha como causa da crise econômica sul-riograndense, que dependiam necessariamente dos mercados consumidores dos outros estados brasileiros, e sua solução para o problema era incentivar a produção interna de diferentes produtos agrícolas, capazes de levar a uma economia auto-sustentada, o que seria possível mediante a centralização das decisões políticas no poder executivo estadual. Uma característica peculiar dos republicanos do PRR foi a defesa ferrenha dos preceitos do *positivismo*:

O positivismo, intitulando-se neutro e científico, desprovido de faccionismo, foi a expressão doutrinária e ideológica do autoritarismo capaz de, em sua pregação, legitimar a exclusão de grande parte da sociedade civil do poder decisório, ou mesmo descer até alguns setores dela, tendo por base a autopropetuação.<sup>176</sup>

Na base oposicionista encontrava-se a classe que até então havia exercido hegemonicamente o poder político no estado. Em linhas gerais, a oposição sul-riograndense descende do Partido Liberal, dominante no estado nas últimas décadas do Império. Após a Proclamação da República, grande parte dos antigos liberais fundou, em 1892, o Partido Federalista, e, em 1924, a Aliança Libertadora, uma espécie de

---

<sup>175</sup> FONSECA. RS. Op.Cit., p.67.

<sup>176</sup> Idem, p.111.

união oposicionista, que passou a chamar-se, em 1928, de Partido Libertador.<sup>177</sup> Os *maragatos* eram predominantemente grandes fazendeiros, o que não significa que a maioria dos fazendeiros era maragata. Ideologicamente encontravam-se mais próximos do *liberalismo* tradicional ao defender a especialização natural da economia pecuária-charqueadora. Para eles, a crise era resultado do abandono do sul do estado e da desorganização econômica resultante. A solução para esse problema apontava para uma política liberal com protecionismo das atividades produtivas de exportação, como por exemplo, o pedido de crédito oficial subsidiado aos pecuaristas.

No interior da disputa pela hegemonia política estadual entre castilhistas/pica-paus (PRR) e a oposição maragata (Partido Liberal), algumas questões chave oferecem importante embasamento para a compreensão (posterior) da criação das cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul. Duas destas questões referem-se a *imigração* e ao *crédito oficial subsidiado*.

No discurso do PRR, a imigração deveria ser espontânea, e não oficial. Opunha-se a política de imigração imperial, procurando tirar sua responsabilidade frente à opinião pública europeia, que criticava o aliciamento e as condições de vida dos imigrantes nas colônias brasileiras. No entanto, o governo incentivava a pequena propriedade, mesmo contra a doutrina comtista que via a pequena propriedade como obstáculo e continuava a receber imigrantes, “fundamentais para a expansão da policultura do Rio Grande e para a diversificação da estrutura produtiva”.<sup>178</sup> Na prática, o governo estadual interviu por meio de incentivos a imigração, como transporte até as colônias, ferramentas e alimentos. Algumas colônias oficiais, fundadas em regiões de fronteira no norte e sul do estado, foram equipadas e organizadas com recursos públicos.

Já no discurso da oposição entre o final do século XIX e início do XX, a imigração era dispensável. Julgaram que o governo destinou recursos que poderiam ser utilizados, por exemplo, para barateamento dos fretes do charque, dentre outras políticas econômicas protecionistas para a região da campanha. A oposição, de inspiração liberal, criticava o protecionismo do governo à diversificação agrícola ao mesmo tempo em que cobrava ações protecionistas para seus próprios setores, historicamente dominantes da economia do Rio Grande.

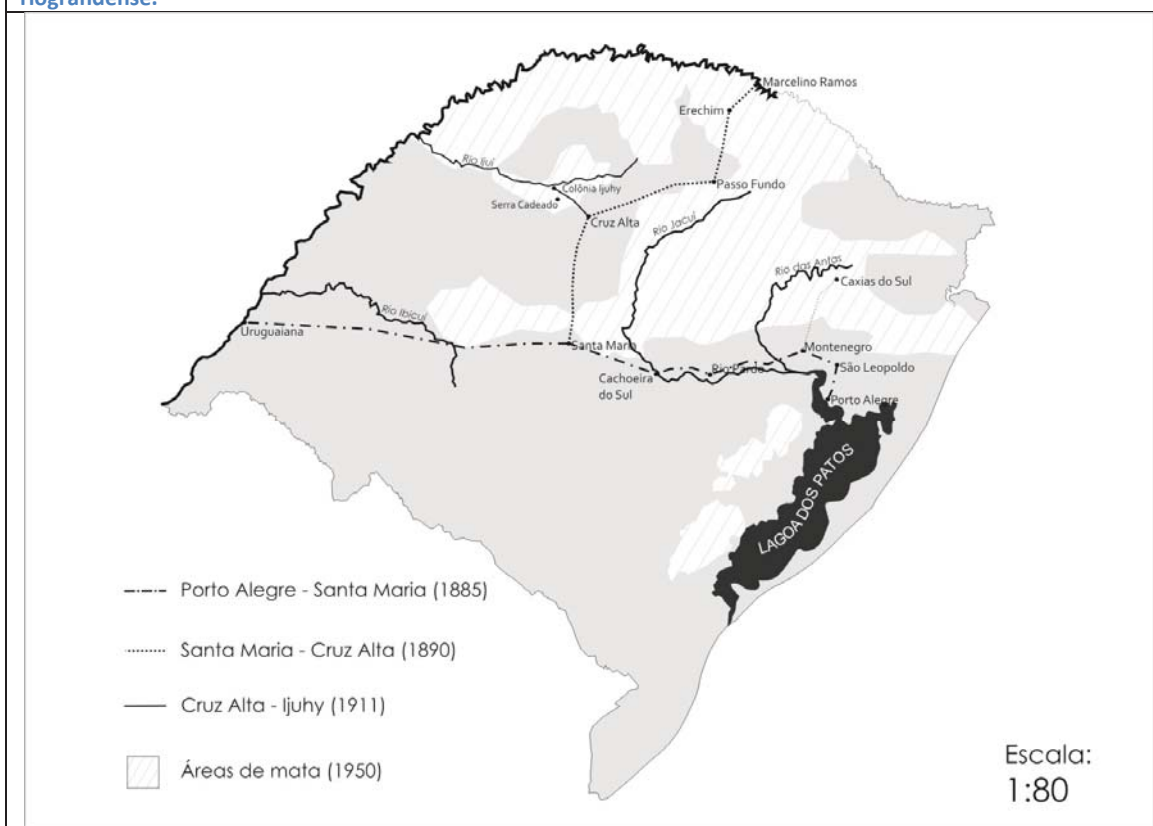
---

<sup>177</sup> FONSECA. RS. Op.Cit., p.93.

<sup>178</sup> Idem, p.78.

A questão dos transportes era outro tema polêmico na pauta de discussões políticas estaduais. A escolha de Porto Alegre como centro do sistema ferroviário, serviu para ampliar o processo de colonização do norte do estado e ainda como escoadouro dos produtos originados da atividade agrícola policultora dessa região (especialmente Serra e Planalto). Esta opção significou um crescimento significativo do volume de produtos exportados via Porto Alegre, consolidando o poder econômico da policultura e gerando profundo descontentamento nos meios oposicionistas.<sup>179</sup>

Figura 4: Mapa caracterizando as regiões de mata sobre o desenvolvimento da malha ferroviária sul-riograndense.



Elaborado por Josei Fernandes Pereira<sup>180</sup>

A política econômica governamental foi coerente com o plano econômico republicano. Seguindo os preceitos positivistas (...) abandonou a primazia da Campanha (...) passando a dotar também o norte de novos meios de comunicação, especialmente estradas de ferro. Por outro lado, incrementava a imigração estrangeira,

<sup>179</sup> Cf. FONSECA. RS. Op.Cit., p.81-82.

<sup>180</sup> Baseado nos mapas de BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997, e WOLFF apud HEINSFELD, Adelar. *As ferrovias: na ordem positivista, o progresso corre pelos trilhos*. República Velha (1889-1930). Tau Golin e Nelson Boeira (Coord.). Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3 t.1. p. 275.

contrariando o próprio programa do PRR, e, indiretamente, incentivava a pequena propriedade. Em outras palavras isso significou a definitiva integração do norte do Rio Grande à economia estadual, possibilitando que esta região tomasse grande relevância econômica durante a República Velha.<sup>181</sup>

Como se pode perceber, o debate sobre a necessidade ou não da imigração culminava na questão do incentivo ou não da policultura. Para o PRR, o estado deveria incentivar a policultura, e para isso, a imigração era necessária. O discurso republicano enaltecia as vantagens da diversificação, da agricultura e da produção para consumo local, cabendo às exportações de excedentes apenas uma alternativa para manter o nível de renda estadual. Para Álvaro Baptista, Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda em 1909, “não é o Estado quem direciona a economia para a policultura; esta é entendida como a ‘solução natural’ frente a crise da pecuária, uma opção que o próprio mercado se encarregou de tornar viável.”<sup>182</sup>

A pesquisa de Fonseca cita trecho do debate político travado na Câmara dos Deputados nos anos 1920, entre a base governista (representada por Ariosto Pinto e João Neves da Fontoura) e a oposição liberal (por Simões Lopez Filho e Demétrio Xavier). Neste trecho, Ariosto apresentou dados que mostram que a campanha não é prejudicada pelo governo, como afirmavam os representantes da oposição. Criticava o fato dos pecuaristas pedirem insistentemente incentivos para produzir (crédito subsidiado), enquanto os agricultores inserem-se com naturalidade ao mercado, se associando a fim de fortalecer os laços econômicos frente ao mesmo mercado. João Neves da Fontoura afirmava:

o colono, o agricultor, esse associou-se e já temos as grandes importantes Caixas Ruraes do Rio Grande, que já desejam fundir-se numa só caixa. Há uma que tem dez mil contos. Isso prova que ellas trabalham tambem pelo seu engrandecimento.<sup>183</sup>

Por outro lado

enquanto os republicanos entendiam como natural o incremento da lavoura como resposta à estagnação da Fronteira, os opositoristas também como natural a especialização histórica do Rio Grande na pecuária (...). Os maragatos percebiam a crise como fruto da ação de Castilhos e Borges no campo econômico (...) tinham a seu lado a prosperidade que o Rio Grande conheceu no Império (...) o progresso

---

<sup>181</sup> FONSECA. RS. Op.Cit., p.114.

<sup>182</sup> BAPTISTA *Apud* FONSECA. RS: Op.Cit., p.73.

<sup>183</sup> FONSECA. RS: Op.Cit., p.75.

que vem ocorrendo ao norte do Estado, a expansão do Planalto e da região Serrana, é associada a uma decisão governamental – e não a algo que escape ao controle das autoridades. A estagnação da Fronteira, entendem os maragatos, é fruto de uma política consciente e deliberada do Governo.<sup>184</sup>

Os dois poderes em disputa tomaram para si o discurso da economia natural de mercado como argumento para defender ou atacar as medidas adotadas pelo governo para estimular a imigração e com ela a diversificação da matriz econômica estadual. Não obstante o paradoxo estabelecido entre o discurso e a prática, o positivismo governista, que procurava abandonar o *laissez faire*, limitava a esfera de atuação do estado na economia através de duas restrições: a negação da validade do crédito e o orçamento equilibrado. Defendia a intervenção do Estado na economia, mas negava a possibilidade de o estado conceder créditos, ou seja, de intervir diretamente no desenvolvimento da economia mediante crédito, e ainda saudava a iniciativa dos colonos que livremente se articulavam em cooperativas para obter o crédito à consolidação da tão discutida diversificação. Já a oposição, que defendia o liberalismo econômico, pedia incentivos financeiros para os fazendeiros (mediante linhas de crédito oficial subsidiado) e medidas protecionistas<sup>185</sup>, constituindo assim um paradoxo entre o intervencionismo e a omissão (ausência) do estado.

### **Ausência do estado e ação supletiva da sociedade civil: gênese do cooperativismo de crédito sul-rio-grandense nas sociedades religiosas de auxílio-mútuo.**

“*selbst ist der mann...*”<sup>186</sup>

Verificamos na linguagem política atual a expressão *sociedade civil* como um elemento teórico originado da dicotomia sociedade civil/Estado. A expressão sociedade civil nasceu da contraposição entre uma esfera política e uma esfera não-política. Por esse motivo, a definição tradicional é uma negativa do conceito de Estado: “sociedade

---

<sup>184</sup> FONSECA. RS: Op.Cit., p.76-77.

<sup>185</sup> Idem, p.97.

<sup>186</sup> “O homem responde por si”. RICK, *Apud* RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe. J. E. Rick, Sj.* Op.Cit., p.54.



civil como conjunto das relações não reguladas pelo estado.”<sup>187</sup> De acordo com esta aceção, diz-se

que antes do Estado existem várias formas de associações que os indivíduos formam entre si para a satisfação dos seus mais diversos interesses, associações às quais o Estado se superpõe para regulá-las mas sem jamais vetar-lhes o ulterior desenvolvimento e sem jamais impedir-lhes a contínua renovação.<sup>188</sup>

Paine<sup>189</sup> expressa a ideia geral de que a sociedade é criada por nossas necessidades e o Estado por nossa maldade, sendo o Estado o detentor do poder coativo mediante o uso legítimo da força. Em contraposição a tese do caráter secundário e negativo da sociedade civil em relação ao Estado, uma segunda aceção proposta por Bobbio caracteriza a sociedade civil com uma conotação positiva, passando a indicar o espaço onde ocorrem as lutas por manutenção ou emancipação do poder político, os conflitos econômicos, sociais, ideológicos e as relações de dominação. São sujeitos desse espaço de conflitos as classes sociais, movimentos, associações, grupos de interesse de diversos fins e também os partidos políticos, que procuram manter a proximidade com a sociedade civil, a fim de estabelecerem uma relação direta com as demandas originadas por esses grupos. Ainda segundo Bobbio

a sociedade civil representa o lugar onde se formam, especialmente nos períodos de crise institucional, os poderes de fato que tendem a obter uma legitimação própria inclusive em detrimento dos poderes legítimos – o lugar onde, em outras palavras, desenvolvem-se os processos de deslegitimação e de relegitimação.<sup>190</sup>

Com base na reflexão de *sociedade civil* realizada por Bobbio, voltamos nossa análise ao contexto de crise relacionado por sua vez a transição da matriz econômica sul-riograndense no início no século XX, e a percepção da existência de uma relativa ineficiência do estado na consolidação sistemática desta nova realidade. Nesse contexto, a criação de instituições de caráter associativo autogovernadas inspiradas nos ideais do socialismo utópico europeu, encontrará no cooperativo de crédito a sua primeira experiência efetiva.

---

<sup>187</sup> BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.33.

<sup>188</sup> BOBBIO, *Estado, governo e sociedade*, Op.Cit., p.34-35.

<sup>189</sup> *Apud* BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade*. Op.Cit., p.34.

<sup>190</sup> *Idem*, Op.Cit., p.37.

A utilização do aparato conceitual de sociedade civil é feita do ponto de vista de sua delimitação positiva em Bobbio, como uma forma de organização de uma esfera da sociedade com atividades não-reguladas pelo Estado. Conceitualmente, o termo se opõe ao comunitarismo discutido no princípio da análise. Sua utilização, porém, se deve ao fato de que tais organizações cooperativas em destaque no texto, se originaram historicamente durante momentos de crise, tanto na Europa quanto no Brasil, constituindo formas de poder localmente situado, legitimados pela necessidade de organização social e desenvolvimento econômico num contexto de livre mercado:

A contraposição entre a sociedade e o Estado que alça vôo com o nascimento da sociedade burguesa é a consequência natural de uma diferenciação que ocorre nas coisas e, ao mesmo tempo, de uma consciente divisão das tarefas, cada vez mais necessária, entre os que se ocupam da “riqueza das nações” e os que se ocupam das instituições políticas.<sup>191</sup>

Instituições de capital social coletivo, as cooperativas de crédito (caixas rurais) originalmente buscaram atender as demandas de um grupo específico da sociedade civil, paralelamente ao processo de imigração/colonização. Como vimos em Hobsbawm, ambos os processos (imigração e cooperativismo) podem ser considerados modelos de reação não-governamentais mais comuns, principalmente da parte dos camponeses, ou seja, a sociedade civil com uma conotação positiva “passa a indicar o lugar onde se manifestam todas as instâncias de modificação das relações de dominação”.<sup>192</sup>

Com a abolição do tráfico negreiro em 1850 a questão da mão de obra passou a preocupar o governo brasileiro. A aprovação no mesmo ano da Lei de Terras determinou que a concessão de terras públicas dar-se-ia apenas mediante venda, já esperando a obtenção de trabalhadores livres que vendessem sua força de trabalho na expectativa de adquirir seu lote colonial. Transformou, com isso, a terra em uma mercadoria com valor comercial, pondo fim a remota possibilidade de distribuição de terras aos despossuídos. Para Maestri “a Lei de Terras foi concessão aos escravistas e golpe nas propostas de colonização e democratização da propriedade fundiária”.<sup>193</sup> Em 1854, o decreto imperial 1.318 colocou em atividade a Lei de Terras criada quatro anos

---

<sup>191</sup> BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade*. Op.Cit., p. 51

<sup>192</sup> Idem, p.35.

<sup>193</sup> MAESTRI. *A aldeia ausente*. Op.Cit., p.20.

antes, definindo o formato das então chamadas *colônias*,<sup>194</sup> a forma de venda, os prazos para pagamento e a taxa de juros anual. Pelo texto da lei, os colonos imigrantes deveriam receber uma ajuda de custo de até 50 mil-réis, além de transporte e alojamento gratuito nos barracões coletivos, o que nem sempre acontecia, dificultando sua inserção no mercado regional, inserção esta que, por sua vez, representou um dos objetivos fundamentais da imigração – a produção de alimentos e o conseqüente abastecimento dos crescentes centros urbanos.

Esses imigrantes de origem europeia possuíam uma tradição camponesa milenar. Arraigados a terra, inicialmente traziam poucos filhos, devido à escassez de terras no velho continente, mas logo se dedicavam a produção em série de filhos, considerados braços para a agricultura. Estabeleciam-se com suas famílias em barracões, de onde iam ocupar sua gleba e limpar o terreno. Aberta a clareira, o núcleo familiar instalava-se no lote iniciando a exploração.

O trabalho colonial era baseado na utilização de métodos rústicos e práticas produtivas dissociadas da divisão do trabalho europeia, ainda assim, mais avançadas que a agricultura escravista, cabocla e nativa,<sup>195</sup> justamente por terem um sentido diferente da agricultura desenvolvida no Brasil. A divisão familiar do trabalho orientava-se para a obtenção do direito de propriedade da terra, mesclada com atividades de subsistência: “o ideal almejado era produzir tudo o que o núcleo familiar consumisse e restringir ou eliminar o consumo daquilo que não fosse possível produzir”.<sup>196</sup> Logo que fosse possível, investia-se parte dos recursos capitalizados pela atividade mercantil na compra de bois ou mulas para o transporte, vacas leiteiras, porcos e galinhas. A mercantilização da produção era condição *sine qua non* para o sucesso do lote colonial, da qual dependia a inserção do núcleo familiar na economia e a obtenção de recursos para sanar a dívida de aquisição do lote.

Analisando a experiência de colonização sobre esta perspectiva, percebemos que a fundação das Caixas de Crédito Rural no Rio Grande do Sul foi motivada pela igreja exatamente no sentido de facilitar a obtenção desses recursos, e que a utilização do modelo *Raiffeiseniano* atendia satisfatoriamente aos seus interesses nessas regiões. Tais

---

<sup>194</sup> Considerando-se *colônia* como o nome dado às unidades centrais de ocupação planejada no território sulino com pequenos camponeses imigrados, segundo Maestri, “a grande extensão de terra devoluta loteada, em geral com cobertura florestal, administrada pelo poder central enquanto não obtinha sua autonomia municipal”. MAESTRI. *A aldeia ausente*. Op.Cit., p.258.

<sup>195</sup> MAESTRI. *A aldeia ausente*. Op.Cit., p.260.

<sup>196</sup> Idem, p.75.

instituições de crédito integravam um conjunto de ações voltadas para a melhoria material das colônias. Tinham por objetivo facilitar a obtenção de recursos financeiros para os colonos mediante a capitalização coletiva das suas pequenas economias, para investimentos em melhorias nos lotes coloniais e no desenvolvimento das comunidades, colaborando, assim, com a inserção colonial no processo de mercantilização da produção. Arthur Rabuske foi um padre jesuíta que conviveu com a realidade colonial de meados do século XX, tendo relatado algumas de suas próprias memórias sobre as colônias novas ao traduzir e publicar as memórias de outro padre da mesma ordem em material bibliográfico.<sup>197</sup> Ao descrever o ambiente que observou em sua visita, em 1934, à colônia Porto Novo (atualmente município de Itapiranga, SC, localizado à margem direita do Rio Uruguai, divisa com o norte do Rio Grande do Sul), dizia que

apesar de então já morarem cerca de 5.000 pessoas na nova colônia, a evolução avançava lenta e arrastada. Ninguém passava fome, mas os colonos não dispunham de dinheiro vivo. Só dois produtos eram apropriados para o comércio: banha de porco e tabaco. As pessoas ainda moravam em grande parte em galpões de tábuas e não poucos em *hinterland* viviam em miseráveis choupanas.<sup>198</sup>

É significativa a descrição da penúria vivenciada pelos colonos resultante da ausência de condições de inserção num mercado de gêneros alimentícios e, com isso, a capitalização de recursos necessários para melhorar seu padrão de vida.

Neste sentido é que a proposta das caixas rurais buscava atuar junto à região colonial. Ao mesmo tempo em que proveria as colônias com uma alternativa de aquisição de crédito rural a juros baixos, a igreja também ampliaria a efetividade de sua obra religiosa/missionária numa região que ampliava gradativamente sua densidade demográfica, no caso, as novas colônias criadas a partir de 1890, onde as caixas tiveram maior adesão e efetividade nas suas ações. Para Frantz “o envolvimento, tanto da Igreja evangélica quanto católica, para a implantação do cooperativismo, foi decisivo. O cooperativismo teve especial importância na economia dos colonos. Ao longo de décadas, constitui-se em instrumento de inserção no mercado [grifo meu]”<sup>199</sup>

A primeira Caixa de Crédito Rural do Brasil foi fundada pelo pe. Theodor Amstad Sj., em 1902, no interior do município de Nova Petrópolis, região serrana do

---

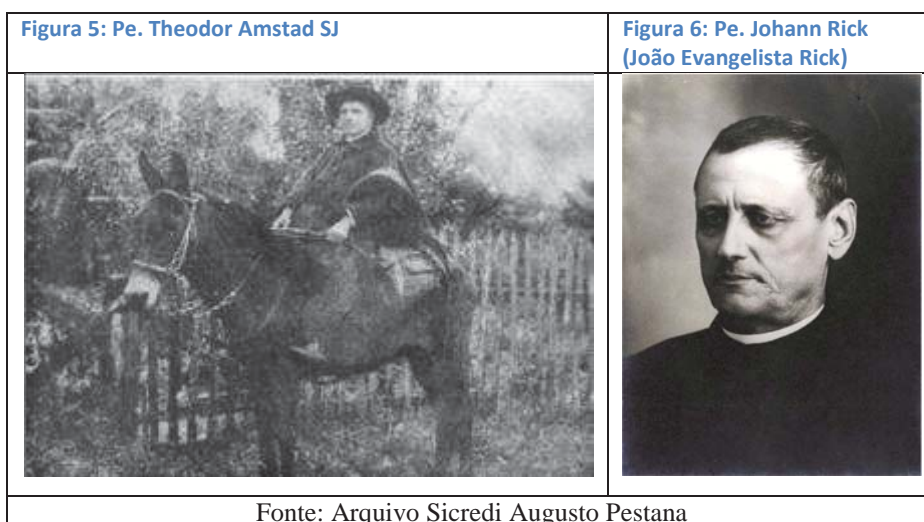
<sup>197</sup> Arthur Rabuske foi seminarista e também pupilo do padre Johannes Rick, tendo publicado juntamente com Arthur Rambo as memórias de seu mentor.

<sup>198</sup> RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe. J. E. Rick, Sj: Cientista, Colonizador, Apóstolo Social, Professor*. São Leopoldo: Unisinos, 2004, p.66.

<sup>199</sup> FRANTZ. *A história do cooperativismo de crédito em Panambi*. Op.Cit, p.41.

Rio Grande do Sul. Natural do cantão de Luzerna, Suíça, pe. Amstad era filho de um comerciante atacadista de produtos coloniais, tendo convivido desde a infância com contas, números e estatísticas, além da atividade que teria fundamental importância em sua atuação no Rio Grande do Sul: as finanças.

Pe. Amstad era um sujeito muito conhecido em praticamente todas as regiões de colonização alemã. De acordo com Pe. Rick, seu colega de batina, Amstad percorreu aproximadamente a distância de quatro voltas a terra em cerca de 38 anos, de idas e vindas, levando a palavra de deus “em branco e preto”, como costumava dizer, referindo-se ao contraste da batina preta do padre montado sobre a sua mula branca pelas picadas coloniais.



Seu maior trabalho no âmbito da empresa colonial no Rio Grande do Sul iniciou-se no ano de 1900, durante o Terceiro Congresso dos Teutos, na localidade de Santa Catarina de Feliz (atualmente Município de Feliz-RS). Naquela ocasião, pe. Amstad apresentou a ideia de criar uma associação de agricultores de caráter interconfessional, que trabalhasse em prol do desenvolvimento das zonas coloniais. Em suas memórias, pe. Rick registrou a informação de que a Associação Rio-Grandense de Agricultores, *Bauernverein*, era uma entidade

interconfessional e tinha a melhoria material como objetivo principal. No breve tempo de sua existência realizou muito com a fundação de caixas de poupança, melhoria dos métodos de trabalho, introdução de novas raças de gado e de modo especial pela fundação da esplêndida colônia de Cerro Largo.<sup>200</sup>

---

<sup>200</sup> RICK, Johannes. Apud RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe. J. E. Rick, S.J.* Op. Cit., p.44.

Dois anos depois de constituída, uma reunião da Bauerverein realizada na Linha Imperial, interior do município de Nova Petrópolis-RS, e após um longo sermão do Pe. Amstad sobre as precárias condições financeiras existentes nas colônias, que dificultavam qualquer iniciativa de melhoramento das atividades agrícolas, sugeriu a criação de uma caixa de crédito, a exemplo das que havia conhecido na Alemanha (Raiffeisenbanks).<sup>201</sup> Meses depois era fundada a Sociedade Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis, nos moldes do Sistema Raiffeisen alemão, a primeira desta natureza criada no Brasil. Sobre isto escreveu o pe. Rick:

Até o final do século XIX, mal se podia falar, exceptuando-se os anos de 1890, de capital corrente das colônias. Visto que as famílias eram em geral de prole numerosa, impunha-se que sempre se adquirissem trechos maiores de terras para os filhos. (...) Mérito é de Pe. Teodoro Amstad, o de ele haver cuidado no tempo certo, pela Sociedade de Agricultores (do *Bauerverein*) e das Caixas Econômicas, desse assunto.<sup>202</sup>

Anos mais tarde, em 1912, novamente durante o Congresso de Teutos realizado em Venâncio Aires-RS, foi fundada a Sociedade União Popular Católica, ou, *Volkverein*. Seu objetivo fundamental foi dar continuidade e ampliar a ação da *Bauernverein* nas regiões coloniais (inclusive atuando ela própria como uma empresa colonizadora), atendendo aos interesses materiais e espirituais das colônias, em especial, dos povos de origem alemã. A diferença repousava no fato de que agora a sociedade seria exclusivamente dedicada aos católicos, já que na *Bauerverein*, “a mistura confessional (...), continha o gérmen da sua dissolução”<sup>203</sup>, causando desentendimentos entre seus membros. Novamente entre os fundadores encontrava-se Pe. Amstad. Nos anos seguintes ele iniciaria uma nova empreitada pelo interior do RS, realizando missas e fundando Caixas de Crédito Rurais.

No entanto, por mais progressista que as caixas rurais poderiam parecer, especialmente na época em questão, a ideia encontrou resistência de grande parte dos clérigos da Igreja Católica; colegas de batina que a consideravam prematura, pouco eficientes para um povo sem formação escolar e pouca compreensão para grandes metas de caráter comum,<sup>204</sup> desconsiderando o fato de que em suas origens, o sistema de

---

<sup>201</sup> COOPERURAL: 75 anos, COAPEL: 10 anos. Folheto comemorativo do aniversário das cooperativas de Nova Petrópolis, 1977.

<sup>202</sup> RICK, Johannes. Apud RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe. J. E. Rick, Sj.* Op. Cit., p.101.

<sup>203</sup> COOPERURAL. 75 anos. Op.Cit, p.44.

<sup>204</sup> Idem, p.46.

caixas de crédito rural raiffeiseniano tinha por objetivo justamente a educação cooperativa e financeira.

Mas o descrédito destes clérigos pela fundação das Caixas Rurais foi desaparecendo tão rápido quanto os resultados econômicos começaram a aparecer: e foi o “tilintar” das moedas nas poupanças que mudou tão rapidamente a opinião dos padres, já que as caixas de crédito consideradas “prematargas” logo passaram a devolver para as comunidades as sobras financeiras da atividade na forma de obras de públicas, como igrejas, salões comunitários, escolas e hospitais, muitas das quais caberiam à iniciativa pública, ou seja, a execução por parte do estado. As doações do “fundo de reserva” da caixa eram propostas e aprovadas unanimemente nas assembleias gerais e os recursos então aplicados nessas obras geralmente realizadas por meio de mutirão. A ideia passou a ser completamente aceita e, curiosamente, até abençoada pela Igreja Católica, como bem representa a foto abaixo, um exemplo da completa modificação da ideologia católica para com uma atividade que durante muito tempo foi questionada pela igreja.

Figura 7: Gerente da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado, Lourenço Winkelmann, durante a inauguração e bênção do novo e moderno cofre da cooperativa, em 1969.



Fonte: Arquivo Sicredi Augusto Pestana.

Numa de suas andanças pelo interior do estado, cumprindo a tarefa de clérigo e também a de secretário da Sociedade União Popular, uma queda do cavalo causou ao velho pe. Amstad (aos 70 anos de idade) um ferimento sério. Sobre o assunto, o próprio padre deixou escrito o seguinte em suas memórias:

Aconteceu ao entardecer da véspera de Todos os Santos (31 de outubro) em 1919. O dia fora quente e abafado quando me dirigia a Arroio do Meio, pertencente à paróquia de Lajeado, onde no dia seguinte eu deveria rezar missa e presidir uma assembleia do povo.

Como costuma acontecer quando se cavalga, depois de cumprida a tarefa, sob um calor assim e por uma região desabitada, meio que adormecera na sela. A minha mula assustou-se por algum motivo, saltou para o lado e eu fui atirado no chão. Aparentemente a queda não fora de importância, já que caíra em chão coberto de capim. Desde aquele dia, porém, sentia dor na cabeça do fêmur. Achava que era reumatismo. Até o ano de 1923 tinha ainda condições de andar a cavalo (...).<sup>205</sup>

Diante do acidente, o posto de secretário da Volksverein foi assumido então pelo irmão de ordem, o pe. Johannes Rick, também conhecido por pe. João Evangelista Rick, ou simplesmente pe. Rick.

Pe. Rick nasceu em Dornbirn, Áustria, no ano de 1869. Seu pai era um hospedeiro e padeiro que veio a falecer muito cedo, por isso não tiveram muito contato juntos. Segundo suas memórias, pe. Rick conheceu pela primeira vez a ordem jesuíta aos doze anos de idade, em 1882, quando foi levado por sua mãe para ingressar na escola Stella Matutina. Seu ingresso como padre da ordem ocorreu em 1887, permanecendo estudando até o ano de 1893, quando passou a dar aulas na mesma escola em que havia iniciado seus estudos.

No ano de 1896, deparou-se com o assunto sobre o qual dedicou sua vida a pesquisar: os fungos. Sua dedicação ao assunto era tanta que frequentemente adentrava no mato em busca das preciosas espécies de fungos para catalogar, relacionar e pesquisar, saindo apenas dias depois. Foi tachado como louco por algumas pessoas.

A escolha do Brasil como campo de trabalho deu-se por intermédio de seu maior contato no ramo da pesquisa sobre fungos, o cientista norte-americano C. G. Loyd. Em 1902, Padre Rick seguiu para Lisboa onde se dedicou ao estudo da língua portuguesa num convento de jesuítas e, no ano seguinte, desembarcou no Brasil.

No Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul, a trajetória de vida do pe. Rick foi muito além do que inicialmente ele havia imaginado, embora tenha conseguido ampliar sua pesquisa e fazer grandes descobertas na botânica brasileira. Professor jesuíta, cientista e apóstolo social, o pe. Rick também trilhou os caminhos da colonização do estado, trabalhando pelo desenvolvimento das comunidades coloniais, e substituindo pe. Amstad no posto de secretário da Volksverein.

Analisando a trajetória da entidade, podemos perceber que ela teve dois momentos bastante distintos, balizados pela ocorrência da Primeira Guerra Mundial no

---

<sup>205</sup> AMSTAD, Theodor. *Apud* RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe. J. E. Rick, Sj.* Op.Cit., p.44-45.



velho continente: o primeiro deles ocorreu entre 1902 e 1914. Nascido do impulso fundador de Amstad, período de abertura de novas frentes no processo de ocupação colonial das regiões de mata, abertura de estradas e ampliação da rede de comércio entre estas novas colônias em novas frentes pioneiras. Neste período, a Associação fundou Caixas Rurais em várias regiões e contribuiu com a melhoria dos métodos de trabalho e renda dos colonos imigrantes.

Um segundo momento ocorreu sob atuação do pe. Rick, a partir de 1919 quando assumiu interinamente a secretaria da Sociedade, e 1937, ano de sua morte. Em 1913, a Sociedade União Popular Católica (Volksverein) substituiu a Associação Riograndense de Agricultores (Bauerverein), “com a finalidade de promover os interesses materiais e ideais do povo católico de fala alemã”.<sup>206</sup> Sobre isto nos escreveu Johannes Rick:

Por cinco anos percorri a cavalo todos os recantos em continuação da propaganda pela Sociedade. Na maioria dos casos as reuniões eram pouco frequentadas. O primeiro entusiasmo se fora e a juventude ficava totalmente ausente. Caso não conhecesse a história, que o trabalho com o povo é uma tarefa a longo prazo, teria entregue os pontos. Durante o meu tempo, 1921-1926, a sociedade não floresceu sob aspecto extensivo.<sup>207</sup>

De fato, o período posterior à guerra não representou uma boa fase do ponto de vista dos resultados materiais e alguns fatores nos ajudam a compreender melhor o contexto deste período. O primeiro deles remete a dificuldade inerente ao trabalho com o público colonial. Rick refere-se a “um povo com deficiente formação escolar”, sem (ou com muito pouca) compreensão dos acontecimentos mundiais, como a guerra mundial ou o próprio processo de transição de mão-de-obra em que se encontravam inseridos, e que por isso não conseguiam visualizar metas de longo prazo: “com mais de trinta anos de vida, não tinham ultrapassado os limites de sua aldeia”.<sup>208</sup> Teorizando a imigração europeia para o Brasil situado em meio a uma crise agrária, Martins chama este sentimento de campanilismo,<sup>209</sup> ou seja, uma identidade aldeã fortemente atrelada com sua vila, dialeto e cultura local, que dificultavam, no imigrante, uma identificação nacional entre eles. Essa individualização explica o conformismo praticado nas sociedades de adoção, característica que impedia o imigrante de compreender os

---

<sup>206</sup> RICK, Johan. *Apud* RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe. J. E. Rick, Sj.* Op.Cit., p.44.

<sup>207</sup> Idem, p.46.

<sup>208</sup> RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe. J. E. Rick, Sj.* Op.Cit., p.46.

<sup>209</sup> Referindo-se as torres do campanário. MARTINS. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário.* Op.Cit., p.77.

processos sociais que o envolviam: “o elo entre o seu mundo e a sociedade inclusiva não podia ser aprendido a partir de uma visão campanilista”.<sup>210</sup>

Também no exemplo dos Pioneiros de Rochdale o objetivo principal do cooperativismo de converter o *operário*: de ignorante em relação às transformações sociais e ao próprio sistema capitalista, em *capitalista*, por meio de uma mudança completa de sua visão de mundo que passaria necessariamente por uma melhoria material imediata. Esta melhora, por sua vez, dependia da impressão uma nova ideologia do trabalho voltada para a poupança e o investimento produtivo dos seus rendimentos. Esta era (também) a função das caixas rurais, de sujeitar o trabalho do agricultor ao sistema capitalista, que tinha no crédito uma de suas mais abrangentes ferramentas. Se pensarmos a colonização do ponto de vista dos seus objetivos demográficos, o crescimento populacional teve uma forte tendência à urbanização, repousando na expansão das atividades comerciais, industriais e bancárias nestas áreas. Para Martins, esta urbanização com imigrantes sem tradição urbana promoverá nestas comunidades “a quebra da solidariedade mecânica, a dissolução ou enfraquecimento dos caracteres comunitários do sistema social”.<sup>211</sup>

Para o mesmo autor, o problema agrário deriva justamente desta dependência do mundo rural em relação ao mundo urbano, em termos de abastecimento com alimentos à preços baixos (competitivos) para a cidade ampliar seus rendimentos financeiros e, de quebra, condicionando o mundo rural ao consumo de bens industriais. Cria-se uma oposição entre o cidadão e o camponês (colono), principalmente pela falta de ambições que o levam a não-integração no mercado consumidor: “um regime de baixa produtividade que se modificaria pela injeção de crédito oficial e pela ‘modernização’ dos empreendimentos agrários”.<sup>212</sup>

Citando o Relatório da Associação de Crédito e Assistência Rural sobre a Situação do Meio Rural Mineiro em 1956/57, Martins revela naquele estado uma realidade muito próxima da verificada no Rio Grande do Sul do início do século XX, na qual a agricultura era, segundo ele,

uma atividade em que predominam baixos índices de produtividade em todos os fatores, especialmente no trabalho humano. Há a necessidade de substituir a maneira tradicional, porém, primitiva da

---

<sup>210</sup> MARTINS. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. Op.Cit., p.77.

<sup>211</sup> \_\_\_\_\_. *Capitalismo e Tradicionalismo*. Op.Cit., p.3.

<sup>212</sup> Idem, p.5.

família sobreviver e trabalhar, por métodos modernos e práticos, que são dificilmente absorvidos pelo agricultor e sua esposa, cujo nível de instrução quase nunca vai além da escola primária.<sup>213</sup>

Reencontramo-nos aqui com a base de fundamentos que originalmente orientou a formação do cooperativismo, quais sejam: a educação dos trabalhadores para a nova realidade socioeconômica vigente; a atenuação das distorções sociais evitando os extremos (pauperização e conseqüente rebelião); a modernização do pensamento e das formas de trabalho; a auto-ajuda mútua num universo liberal-burguês, iniciativa civil praticamente isenta de iniciativa pública (oficial); tudo isto regado com o elemento ideológico do socialismo utópico, reduzido a conceitos como *cooperação* ou *autoajuda mútua* (self-help).

A diminuição do ritmo de desenvolvimento das caixas rurais no Rio Grande do Sul após a Primeira Guerra deveu-se a existência de um despotismo local constituído de poderes regionalizados, que viam esta expansão como um empecilho para os seus próprios negócios. Eram políticos, pequenos funcionários públicos e comerciantes da colônia que eventualmente entendiam as associações como um risco à manutenção do seu poder local. Mais adiante analisaremos um caso específico de prisão arbitrária do secretário de uma dessas caixas ocorrido no interior de Ijuí nos anos 1930.

Ijuí enquadra-se historicamente ao conceito de *coronelismo* verificado nas tradições políticas da República Velha. Em um estudo prosopográfico de grande abrangência, Sandra Amaral traça um perfil da formação das elites políticas no município de Ijuí entre os anos 1938 e 1945, ou seja, após criação do Estado Novo e a instauração de um novo paradigma político nacional. Para ela:

Na história política local [de Ijuí], desde a sua fundação como colônia, tem-se a proeminência de políticos vinculados ao município de Cruz Alta que atuaram de forma intensa na vida política. a figura principal foi de Antônio Soares de Barros, mais conhecido como Coronel Dico, que atuou, principalmente, a partir de 1912 até 1938, como intendente e prefeito municipal. Mas, acredita-se que o Coronel Dico necessitou de uma elite política, para atuar em conjunto no poder local, pois não era aceito de forma consensual.<sup>214</sup>

---

<sup>213</sup> MARTINS, *Capitalismo e Tradicionalismo*. Op.Cit., p.6.

<sup>214</sup> AMARAL, Sandra Maria do. *Elite política e relações de poder: o caso de Ijuí - 1938-1945*. Ijuí: Ed. UNIUI, 2003, p.18.

Esses coronéis situados na região serrana do Rio Grande do Sul, e no contexto da nova etapa da colonização, segundo Felix<sup>215</sup>, não foram simplesmente instrumentos do aparelho burocrático positivista, mas legítimos e típicos coronéis com poder local e com disputas entre eles. Para Avancini, entretanto,

em Ijuí, não se percebe a presença de coronéis rivais em disputa pelo poder. O Conselho Municipal tinha uma conduta quase ritual de apreciação e indiscutível aprovação dos relatórios da Intendência. Dico parecia ser o único “Coronel” no sentido que os estudos do mandonismo confere ao termo. A oposição tinha aqui uma existência tênue que não chegava a abalar o prestígio de Dico. Ele próprio classificava como “coisa de Lulú Ilgenfritz e de uma gurizada nova inconsequente.”<sup>216</sup>



Antônio Soares de Barros foi um comerciante de origem lusitana originário do Município de Cruz Alta. Muito próximo do General Firmino de Paula, o representante político de confiança do governo estadual na região de Cruz Alta, Barros iniciou sua carreira política naquele município pela influência que sua atividade econômica suscitava: era um fornecedor de ferramentas e mantimentos aos colonos, funcionando

---

<sup>215</sup> FELIX, Loiva Otero. Apud AVANCINI, Elsa Gonçalves. *O mandonismo local em Ijuí: 1912-1937*. Cópia datilografada no MADP, Arquivo Ijuí, s/d., p.45.

<sup>216</sup> AVANCINI, *O mandonismo local em Ijuí*. Op.Cit., p.25.

como um banco informal e ampliando gradativamente um laço de dependência e fidelidade entre ele e os colonos. Para Avancini,

a imagem do Coronel é a do líder equânime que paira acima das classes, orientando-as e promovendo de forma iluminada a justiça social e o progresso, a estilo da imagem do ditador positivista. Ijuí está projetada como uma comunidade sem conflitos, ordeira, trabalhadora e apolítica. A política é o lugar da discórdia e as decisões políticas são deixadas ao grande líder que as equaciona em nome de todos.<sup>217</sup>

Esta característica “ordeira” está presente também na política de colonização do estado positivista sul-riograndense. Segundo Amaral, a figura do “homem de confiança” do governo era responsável pelo controle político na chefia das Comissões de Terra e Colonização, promovendo o processo de ocupação dos territórios de modo “ordeiro”, dentro dos preceitos da política positivista.<sup>218</sup> O engenheiro Augusto Pestana possuía esta característica, incorporando a nacionalidade brasileira aos diversos grupos étnicos estabelecidos na Colônia Ijuhy e transmitindo esta herança política ao seu sucessor, Coronel Dico, que irá governar o Município desde sua emancipação em 1912 até o início do Estado Novo em 1938.

Dico garantiu o poder político e a manutenção da ordem utilizando-se da vinculação política aos coronéis da região (como Firmino de Paula em Cruz Alta e Bráulio de Oliveira em Santo Ângelo), meio pelo qual garantia votos para ele próprio e para os candidatos do PRR nas eleições federais ou estaduais. Além disso, mantinha alianças com os grupos étnicos locais, condição favorecida por seu posicionamento religioso (considerava-se ateu, relacionando-se tanto com os evangélicos quanto com os católicos), e possuía um grupo de capangas com cerca de 20 homens de origem luso brasileira que em última instância garantiam a ordem e as ordens do Coronel. Além, é claro, do poder de nomeação de inspetores de quarteirão,

Que era nomeado pelo intendente do município que atuava como representante do intendente, mas estava subordinado ao delegado de polícia (...). As funções do inspetor era a manutenção da ordem pública. Dava conselhos, interferia na resolução de conflitos e, em casos extremos, prendia, ou também cuidava para que não ocorressem roubos e vadiagem, além de conservar as estradas, determinando que cada proprietário fizesse tal trabalho em épocas apropriadas.<sup>219</sup>

---

<sup>217</sup> AVANCINI, *O mandonismo local em Ijuí*. Op.Cit., p.44.

<sup>218</sup> AMARAL, *Elite política e relações de poder*. Op.Cit., p.38.

<sup>219</sup> Idem, p.51.

Mas a garantia da ordem nas colônias não era apenas uma característica dos coronéis, estando também nos desígnios da Sociedade União Popular. As memórias do pe. Rick registraram detalhes da passagem das “ondas revolucionárias”, no início dos anos 1920, novamente sobre as colônias alemãs. Para Rambo, estes conflitos partiam “sempre dos estancieiros brasileiros orgulhosos de sua liberdade e que dominavam todo o sul do Estado (...). Terminavam, porém, ecoando nas colônias alemãs, que começavam a participar numa proporção crescente na vida pública do País”.<sup>220</sup> Na memória de pe. Rick, a revolução de 1893 já havia causado prejuízos às colônias, e agora novamente as intranquilidades políticas entre maragatos e pica-paus ameaçavam a paz nas novas colônias do noroeste do RS, tinham origem no do sul do estado e cruzavam essa nova região de colonização no noroeste, haja visto que tanto as forças do governo quanto as tropas estancieiras atacavam e pilhavam as colônias.

Não obstante o início da revolução federalista em 1923, muitas dessas colônias novas foram organizadas pela Sociedade União Popular para agirem dentro do mesmo e original conceito cooperativista: *Selbsthilfe* (*ajuda-te a ti mesmo* ou *auto-ajuda*), agora, porém, adaptado para *Selbstschutzverein* (sociedade de autodefesa). Eram grupos de colonos armados de espingarda de caça que se revezavam na defesa conjunta de suas propriedades contra quaisquer inimigos externos que ambicionassem recursos para a manutenção do conflito. Disse pe. Rick:

Então as autoridades locais comunicavam tudo para Porto Alegre. O presidente do Estado Borges de Medeiros mandou chamar meu superior e opinou que em tempos normais não se podia negar ao povo uma união deste tipo, mas nas circunstâncias atuais, o governo não podia assistir que tais organizações de defesa se formassem, não disse, porém, que era preciso desistir da coisa.<sup>221</sup>

Com essas palavras, o Governo estadual não proibiu nem autorizou o povo das colônias a se defender. O mesmo Governo, meses depois, emitiria uma nota parabenizando o grupo de autodefesa da Colônia Serro Azul (atual Município de Cerro Largo), que era o maior de toda a região, com cerca de 3.000 homens:

Graças ao trabalho social, sustentado por anos pela “Sociedade União Popular”, tornou-se coisa fácil organizar um Cerro Largo uma “Sociedade de Auto-Defesa” (*Selbstschutzverein*). Em questão de 24 horas, lá se puderam juntar de três a quatro mil homens bem armados.

---

<sup>220</sup> RAMBO, Balduino. *Apud* RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe. J. E. Rick, Sj.* Op. Cit., p.43.

<sup>221</sup> RICK, Johannes. *Apud* RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe. J. E. Rick, Sj.* Op. Cit., p.47.

Uma vez que tanto as forças governamentais como as revolucionárias submetiam o povo à pilhagem, veio a fazer-se um acordo nas esferas do Governo, segundo o qual a colônia fosse vista como zona neutra, enquanto esta prometia cuidar ela mesma de sua defesa contra os revolucionários.<sup>222</sup>

Também no interior de Ijuí houve a formação de inúmeros grupos de autodefesa, sendo um deles criado na comunidade de Serra Cadeado menos de um ano antes da fundação da caixa de crédito rural tipo Raiffeisen. O jornal *Correio Serrano* anunciou em novembro de 1924 a criação da do grupo:

Aos moradores do Cadeado:

Levamos ao conhecimento de todos que para a manutenção de garantias de vida e de propriedade dos moradores foram tomadas as seguintes providências: a Liga de Defesa manterá guardas armadas em todas as entradas e saídas da colônia, proibindo a passagem de pessoas ou grupos armados desconhecidos sem distinção de carácter político. Não trará combates com forças militarmente organizadas, mas entrará a Liga ao aproximar-se tal força em negociações com o commandante para garantir a vida e propriedade dos colonos. Pedir-se-há aos commandantes de tropas que desejarem passar pela colônia nos avisarem em tempo para poder se assentar as condições de uma passagem pacífica. Toda a pessoa que deseja ir para fora da colônia tem que se munir de um passaporte fornecido por esta Liga sede da colônia.

A Directoria da Liga de Defesa do Cadeado.<sup>223</sup>

A Liga de Defesa do cadeado teve como dirigentes Guilherme Böhm e Alexandre Cardinal. O primeiro foi um dos fundadores da caixa rural, embora estranhamente nunca tenha efetivamente se associado a ela (pelo menos na relação de matrículas realizadas nos 10 primeiros anos da entidade); o segundo foi um negociante local que se associou à caixa rural em abril de 1933, possivelmente por convite da entidade, considerando-se o fato de que ele foi eleito Diretor Presidente logo após sua entrada, para o mandato entre 1933 e 1950.

Não foi encontrada nenhuma outra evidência que possibilitasse uma análise comparativa da criação das Ligas de Defesa à criação das Caixas Rurais. Em Serra Cadeado, vimos que alguns meses depois da criação da Liga, na mesma comunidade também se originou uma caixa de crédito rural, ambas as atividades promovidas pelo mesmo incentivador (pe. Rick) e tendo entre seus fundadores indivíduos em comum. Coincidentemente as colônias de Neu-Württemberg (Panambí) e Cerro Azul (Cerro

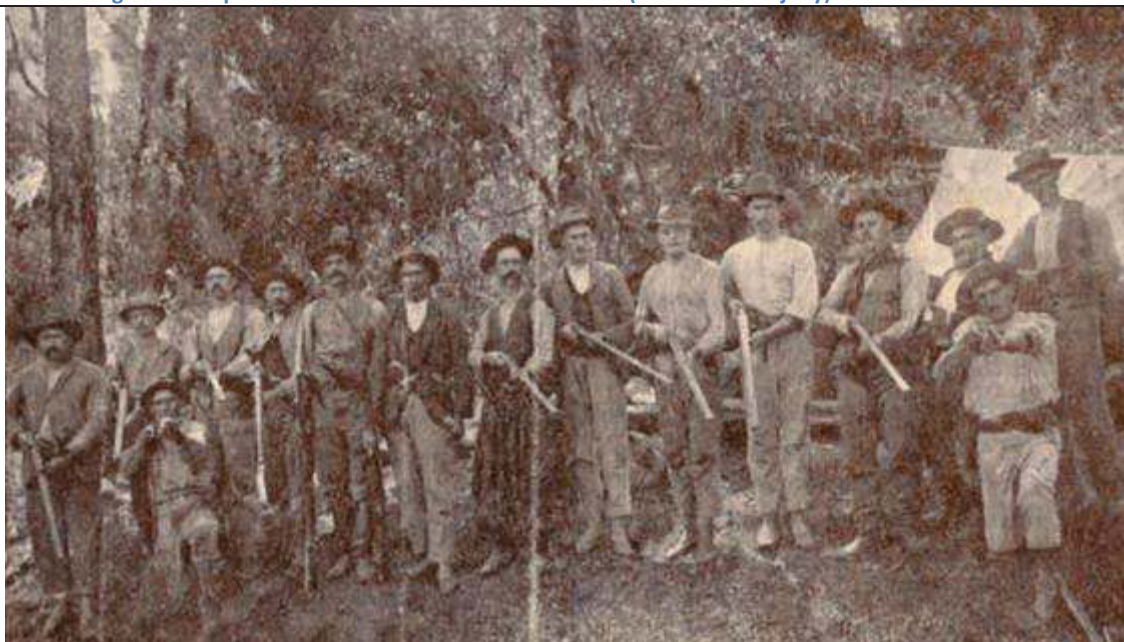
---

<sup>222</sup> RICK, Johannes. *Apud* RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe. J. E. Rick, S.J.* Op. Cit., p.104.

<sup>223</sup> *Jornal Correio Serrano* de 05 e 12/11/1924. Acervo MADP, Coleção CS.

Largo) também constituíram grupos de auto-defesa semelhantes, e após o conflito de 1924, caixas de crédito rural pelas mesmas motivações (Cerro Largo, no entanto, já havia constituído a caixa rural antes do início do conflito). Estes fatos não foram suficientemente pesquisados neste trabalho, merecendo uma análise de maior envergadura, na busca de estabelecer uma relação entre as experiências e os contextos em que tais empreendimentos foram incentivados, ou seja, entre os conceitos históricos de *auto-ajuda* (Selbsthülfe) e *auto-defesa* (Selbstschutz).

Figura 9: Grupo de defesa de Serra Cadeado em 1923 (2º Distrito de Ijuhy).



Fonte: ATHAYDE, Orlando Dias (Org.). *Álbum Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana: 2º Distrito de Ijuí*. Ijuí: Gráfica Michaelson & Cia Ltda, 1951.

Atendo-se rapidamente à questão política estadual em relação às caixas rurais, percebemos que raras foram as ações governamentais de orientação ou mesmo regulamentação das caixas rurais anteriores aos desdobramentos dos anos 1930. A referência legal mais antiga que se refere ao cooperativismo de crédito na legislação brasileira, embora muito vaga, é o Decreto do Poder Legislativo nº 979, de 06 de janeiro de 1903, que permitia aos sindicatos a organização de caixas rurais de crédito agrícola, bem como cooperativas de produção ou de consumo, sem, no entanto, dar qualquer detalhamento sobre o assunto ou mesmo reger a atividade. Em 05 de janeiro de 1907, o Decreto nº 1637 deu novas instruções às cooperativas, no sentido de orientar sua forma, caracterização e áreas de atuação. Segundo ele, elas poderiam ser organizadas como



sociedades autônomas, em nome coletivo ou comanditas, e regidas por leis específicas (art.10). Já o artigo 23 dizia:

As cooperativas de crédito agrícola que se organizarem em pequenas circunscrições rurais, com ou sem capital social, sob a responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada dos associados, para o fim de emprestar dinheiro aos sócios e receber em depósito suas economias, gozarão de isenção de selo de operações e transações de valor não excedente a 1:000\$ (um conto de réis) e para os seus depósitos.<sup>224</sup>

Entre 1907 e 1925, as caixas rurais estiveram inseridas numa condição de vazio legal. Não eram orientadas, não eram regulamentadas e não eram fiscalizadas pelo poder público. Paralelo a isto, os anos posteriores a Primeira Guerra Mundial prejudicaram o trabalho das caixas. A própria multiplicação delas trouxe à tona uma série de inconvenientes, como informa Rabuske:

Uma série de bancarrotas prejudicaram a fama das Caixas e da Sociedade como um todo. Somavam-se a isso o fato de a Sociedade União Popular estar na época envolvida com o maior empreendimento de sua história: a fundação da colônia de Porto Novo no Alto Uruguai. Muitas caixas relutaram e outras recusaram-se a pôr à disposição os recursos necessários. A aplicação do dinheiro foi em parte paralisada pela visão curta do colono, pela desconfiança em relação a qualquer empreendimento que não fosse inteiramente transparente e pelo teimoso espírito de independência.<sup>225</sup>

Em 1925, pe. Rick era ainda o Secretário da Sociedade União Popular. No dia 8 de setembro, em Santa Maria-RS, dirigiu uma assembleia com representantes de 18 caixas rurais do estado.<sup>226</sup> Com elas fundaram a Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul, uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, que tinha como propósito tornar mais rígida a educação financeira dos administradores das caixas rurais, além de tentar reunir em uma federação as Caixas Rurais dispersas pela região colonial. Para isto propôs-se a supervisionar e assessorar seus membros, canalizando recursos disponíveis para finalidades comuns, como aplicação em novos empreendimentos de colonização ou a construção de obras maiores nos núcleos já estabelecidos. Sobre a participação do

---

<sup>224</sup> PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. *Cooperativas de Crédito*. Op.Cit., p.36.

<sup>225</sup> RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe. J. E. Rick, Sj.* Op.Cit., p.54-55.

<sup>226</sup> Existiam, nessa época, 21 caixas rurais no Rio Grande do Sul.

governo nestas obras, pe. Rick possuía uma opinião bastante peculiar, que apontava para uma espécie de *liberalismo cristão*:

Há uma proximidade muito grande entre a fundação de um Seminário e um Leprosário. No primeiro caso apenas o povo está presente e tudo acontece com presteza e sem tardar: à decisão segue a execução. No segundo, entra o povo e o governo e tudo se arrasta porque o governo participa. Assim acontece em muitas coisas. Onde o aparato do governo entra no jogo, há muitas vezes apenas aparência. Não há vida sem ação (...). Deixem, por favor, o governo fora do jogo! Com ele azeda e estagna qualquer novo empreendimento. “o homem responde por si (selbst ist der mann) e Deus ajuda ao que ousa!” Com isso ele estigmatizou o mal dos males de toda a atividade burocrática, fato que há anos um geógrafo americano que, durante um ano, viajou pelas colônias italianas, expressou com as seguintes palavras: “você brasileiros me parecem as criaturas mais amáveis e mais singulares do mundo. Você esperam tudo do governo. Nós americanos tememos tudo do governo”.<sup>227</sup>

Devemos considerar o contexto da época (as primeiras décadas do século XX), com o país mergulhado quase inteiramente no mundo rural e apenas no início de um processo de urbanização e industrialização que será ampliado após os anos 1930. Nestes meios, a intervenção política dos padres de diversas ordens na organização da vida pública no Brasil da Primeira República desempenhou um papel central na articulação socioeconômica das comunidades. Ou seja, a sociedade civil organizada e assumindo papéis de manifestação nas relações de dominação, e formando “grupos que lutam pela emancipação do poder político, adquirem força os assim chamados contra-poderes”.<sup>228</sup>

Mas esta esfera de poder não era isenta de críticas e oposição. Nos anos 1930, por exemplo, uma publicação anarquista do Estado de São Paulo intitulada “A Lanterna” fez severas críticas ao poder depositado nas mãos destes clérigos, lançando-se como uma proposta de imprensa “anticlericalista” alternativa. A capa da edição nº354, de 13 de julho de 1933 trouxe a seguinte manchete: “Se o Brasil não acabar com a influência do padre, o padre acabará com o Brasil”.

A ideia de constituir uma Central das Caixas Rurais apontava também para a livre-iniciativa de organização de um sistema de crédito agrícola, que de fato inexistia, levando-se em consideração a já mencionada postura do governo em relação ao crédito oficial subsidiado. Para colocar seu projeto em funcionamento, a Central das Caixas solicitava às demais Caixas Rurais o ingresso com uma cota capital inicial na Central,

---

<sup>227</sup> RICK, Johannes. Apud RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe. J. E. Rick, Sj*. Op.Cit., p.54.

<sup>228</sup> BOBBIO. *Estado, governo e sociedade*. Op.Cit., p.35.

no valor de 100 mil réis. Estes recursos formaram um capital que será utilizado na realização de diversas obras cuja importância será justificada pela Sociedade União Popular como de amparo aos colonos do interior do Estado. Uma fato importante foi a criação das colônias de Porto Novo (hoje município de Itapiranga-SC), e Serro Azul (atual município de Cerro Largo-RS), realizadas com recursos financeiros da Central.

Figura 10: A Lanterna, julho/1933: crítica anarquista à influência dos padres no Brasil da Primeira República.



Fonte: A Lanterna, São Paulo, n° 354, 13 de Julho de 1933. In: <http://imagemerevolucao.wordpress.com/2010/04/30/74/> acesso em: 04/nov/2011.

Luz Filho procurou compor um quadro das condições socioeconômicas do Rio Grande do Sul no início do século XX. Chefiando o setor cooperativo do Ministério da Agricultura, teve a possibilidade de viajar pelo interior do Rio Grande do Sul e reunir importantes dados que foram publicados em 1937. Sobre o crédito rural foi categórico:

No Brasil, não ha nem, em rigor, se faz credito agrícola. (...) O lavrador, em geral, nesta região, tem-se servido até hoje do comerciante como banqueiro. Este lhe adianta dinheiro para qualquer imprevisto seu que surge, fornece-lhe mantimentos durante a espera de sua colheita, ajuda-o na compra de animais e de máquinas para a sua lavoura, enfim, é um amigo, muito embora à sua maneira.<sup>229</sup>

<sup>229</sup> LUZ FILHO. *Aspectos agro-economicos do Rio Grande do Sul*. Op.Cit., p.104-106.

No entanto, Luz Filho era otimista. Após 1926 o Rio Grande do Sul entraria num “neo-movimento cooperativista”,<sup>230</sup> considerando-se para isto duas importantes realizações: a primeira delas, em 1925, uma iniciativa que partiu das próprias cooperativas, com a criação da Central das Caixas Rurais do Rio Grande do Sul, que traria novo vigor àquele tipo de cooperativismo “mais antigo e de raízes mais profundas”;<sup>231</sup> a segunda, reflete uma iniciativa pública, com a criação da “Seção de Crédito Agrícola”, que, supõem-se, tenha ocorrido no início dos anos 1930, levando-se em consideração que a obra teve sua primeira edição publicada em 1937:

Há, certo, alguma coisa que corrigir no movimento cooperativista do Rio Grande. Mas, para um trabalho de soerguimento que data de seis anos [na Seção de Crédito Agrícola], o caminho percorrido é, inegavelmente, imenso e promissor, principalmente se levarmos em consideração o ambiente de luta, a falta absoluta de crédito agrícola, a impossibilidade de uma assistência permanente e uma fiscalização pronta da parte dos Governos, o receio e a indecisão naturais em quem palmilha caminhos novos.

Há ainda um certo trabalho de educação que fazer (...)

Neste curto trecho de Luz Filho reencontramo-nos com elementos que remetem a argumentação principal deste trabalho, quais sejam, por um lado, a compreensão comum da necessidade de “educação” dos colonos para integrarem-se no circuito capitalista de produção e mercantilização, com efeitos na produtividade e na renda rural e (principalmente) urbana, e por outro, a relativa ausência do estado na organização de um elemento fundamental desse processo modernizante da sociedade sul-rio-grandense: o crédito, um dos principais instrumentos do capitalismo.

Buscando ampliar a discussão em torno da questão do crédito e, conseqüentemente, da atividade bancária no Brasil, faremos uma rápida revisão histórica desta experiência no Brasil e no Rio Grande do Sul.

### **Os bancos e a usura no Brasil: da punição com fogo à benção com água.**

A atividade bancária é uma das mais antigas atividades realizadas pela humanidade. Seu objetivo maior é apregoado basicamente há uma necessidade de

---

<sup>230</sup> LUZ FILHO. *Aspectos agro-economicos do Rio Grande do Sul*. Op.Cit., p.102.

<sup>231</sup> *Ibidem*.

acumulação crescente de riquezas.<sup>232</sup> Mas para que isto seja possível, ou seja, para que a acumulação tenha o efeito esperado, é necessário um mecanismo que possa quantificá-la, medi-la, segundo Condorcet.<sup>233</sup>

No final da Idade Média, mesmo contra os desígnios da Igreja Católica, a usura desempenhou papel importante, impulsionando a atividade econômica, e financiando as expansões, tanto por terra (durante as cruzadas) quanto pelo mar (a expansão marítima-comercial). Mas foi durante a Idade Moderna que os senhores das finanças conquistaram definitivamente seu espaço entre os figurões da política e da economia, financiando ambos os lados envolvidos nas guerras napoleônicas (que contraíam empréstimos antes, durante e depois do conflito) da virada do século XVIII-XIX. O crescente processo de industrialização e a rápida expansão das estradas de ferro também estiveram relacionados com o crescimento da atividade financeira. Aqui nos voltamos obrigatoriamente a dois famosos articuladores do sistema financeiro mundial: a Casa Rothschild e os Irmãos Péreire.

A primeira surgiu na Alemanha no início do século XVIII, criada por um ourives e agiota de Frankfurt chamado Amshel Moses Bauer (que posteriormente adicionaria “Rothschild”, nome de sua casa de negócios, ao próprio nome), que passou a aplicar o conceito de *fractional reserve lending*, ou “empréstimo baseado em reserva fracional” ou “empréstimo sem cobertura ou lastro”, um conceito tão antigo quanto a criação do primeiro Banco Central, o *England Bank*, em 1694, segundo o qual o sistema financeiro poderia expandir a oferta de crédito imprimindo dinheiro sempre que a economia necessitasse ampliar o consumo e extrapolando os limites outrora determinados pelo antigo conceito do lastro ouro.<sup>234</sup>

O filho mais velho do patriarca Rothschild eternizou em uma frase a forma de atuação dos negócios de sua família: “Deixe-me emitir e controlar o dinheiro de uma

---

<sup>232</sup> Tavares refere-se à expansão comercial babilônica da época de Hamurabi, por volta do século XVIII a.C., que incluiria um complexo sistema bancário com o estabelecimento de taxas de juro oficiais de 33% ao ano para produtos agrícolas e 20% para prata. Cf. TAVARES, Augusto. *Nas Origens da Moeda*. Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias, América do Norte, Dez. 2010. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rhumanidades/article/view/1352/1102>>. Acesso em: 16/10/11.

<sup>233</sup> “*Ne peut s'étendre sans faire sentir la nécessité d'une mesure commune, d'une espèce de monnaie*”. CONDORCET *Apud* LUZ FILHO, *As Cooperativas e os problemas da terra*. Rio de Janeiro, Editora Melso Soc. Anônima, 1964, p.127.

<sup>234</sup> GUEIROS JR, Nehemias. *A Maior Fraude da História*. A verdade sobre os Bancos Centrais. O poder dos 'moneychangers' e a crise econômica mundial de 2008. In: Revista Jus Vigilantibus, 12/10/2008. Disponível em <<http://jusvi.com/artigos/36376>>. Acesso em: 19/01/2012.

nação e não me importarei com quem redige as leis”.<sup>235</sup> O segundo são os irmãos Isaac e Emile Peréire, citados por Hobsbawn como os “grandes aventureiros das finanças industriais depois de 1851” devido ao seu antigo projeto de criação de um *escritório de empréstimos*, “onde a indústria poderá pedir emprestado a todos os capitalistas nos termos mais favoráveis, através do intermédio dos banqueiros mais ricos atuando como fiadores”.<sup>236</sup>

Voltando-se para o Brasil vemos que, do ponto de vista oficial, o *banco* foi uma instituição financeira que teve por atividade primordial a administração, com finalidade comercial, de finanças públicas ou privadas e/ou o crédito. Esta definição pode ser encontrada na criação do Banco do Brasil em 1808, banco particular com participação do Estado, que foi capitalizado com recursos privados e, principalmente, com impostos criados especialmente para esta finalidade. O Banco do Brasil foi o quarto banco a emitir moeda (banco central) do mundo.

Para Langemann, o Banco do Brasil não teve a preocupação de estimular a atividade econômica, mas sim obter fundos para manutenção da família real portuguesa na colônia, emitindo papel moeda para reduzir o déficit do tesouro.<sup>237</sup> Tanto que, poucos anos após o retorno da família real para Portugal (antecedido de um vultoso saque dos cofres do banco), ele faliu, em 1829. Ou seja, não houve qualquer política desenvolvimentista atrelada a sua concepção, tampouco a intenção de disponibilizar fundos capitalizados pelo banco para re-investimento mesmo em atividades econômicas importantes, exceto após sua reabertura em 1851 por Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá), quando houveram investimentos em infraestrutura de transportes.

Langemann procurou definir e compreender os fatores socioeconômicos que condicionaram a atuação dos bancos na economia sul-rio-grandense nas primeiras três décadas do século XX sem relacioná-los aos sujeitos históricos, “seguindo a ideia de que os bancos apropriam, na esfera da circulação, parte do excedente gerado na produção”.<sup>238</sup> Em relação aos bancos em operação na Província do Rio Grande do Sul, Diz que

---

<sup>235</sup> Apud GUEIROS JR, Nehemias. *A Maior Fraude da História*. Op.Cit.

<sup>236</sup> HOBBSAWN. *A Era das revoluções*. Op.Cit., p.193.

<sup>237</sup> LANGEMANN, Eugenio. *O Setor Financeiro: das origens ao drama bancário*. República Velha (1889-1930). Tau Golin e Nelson Boeira (Coord.). Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3 t.1.

<sup>238</sup> \_\_\_\_\_. *O Banco Pelotense: o sistema financeiro regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p.19.

até inícios da década de 1930, momento de reorientação política nacional, operaram, no Rio Grande do Sul, nove bancos gaúchos, sendo oito de capital privado e um estatal: Banco da Província do Rio Grande do Sul [o mais antigo, fundado em 1858], Banco do Comércio de Porto Alegre (Banco Nacional do Comércio), Banco Pelotense, Banco Porto-Alegrense, Banco de Crédito Territorial Sul-Brasileiro, Banco Comercial Franco-Brasileiro, Banco Popular do Rio Grande do Sul, Banco Pfeiffer e Banco do Rio Grande do Sul.

Todos eles, resultado dos desdobramentos da economia regional, dentro da qual surgiram e atuaram, refletindo e reafirmando as características do ambiente econômico em que se formaram, cresceram, vingaram e desapareceram.<sup>239</sup>

Até os anos 1930, verifica-se que os bancos nacionais (em sua maioria) de depósito e desconto que vão sendo implantados possuíam iniciativa privada e local, voltados para atender aos desdobramentos da economia regional aonde surgiram e predominantemente atuaram. À exceção do Banco do Rio Grande do Sul, primeiro banco estatal fundado apenas em 1928. Dessa forma, mesmo nos casos em que filiais ou correspondentes bancários eram abertos em outras localidades, distantes da região de interesses dos investidores, prevaleciam os interesses comerciais do grupo econômico no entorno da matriz. Ali encontrava-se os detentores do capital fundador do banco. Segundo Langemann,

desde o século passado era reconhecida a necessidade da organização do crédito hipotecário. Os governos apoiavam a sua criação pela iniciativa privada [mas] se a iniciativa privada já não obtivera êxito nessa proposta durante as primeiras décadas do século, na década de 1920, quando da acentuação da crise econômico-financeira em âmbito nacional e regional, a hipótese de atuação na área do crédito de longo prazo foi inteiramente afastada. Assim, nada mais restava ao Estado senão instituir, por ação própria, o tão exigido banco de crédito real.<sup>240</sup>

Ao lado dos poucos bancos atuantes no Estado, serviam-se da oportunidade de negócio empreendimentos menores como casas bancárias particulares. Sem dúvida, em situação mais favorável para exercer essa atividade se encontrava o comerciante colonial. Era, pois, muito comum que ele combinasse a atuação comercial com a representação de bancos, dos quais era correspondente (como veremos no exemplo da Casa Dico em Ijuí). Mas também atuava em faixa própria, realizando empréstimos e até aceitando depósitos de colonos. Nesse sentido, entende-se a preocupação do Decreto

---

<sup>239</sup> LANGEMANN, *O Banco Pelotense*. Op.Cit., p.29.

<sup>240</sup> Idem, p.59.

14.728, de 16 de março de 1921, por exemplo, que buscava organizar e fiscalizar essa atividade paralela ao sistema financeiro realizado por particulares.<sup>241</sup>

As comunidades do interior do Estado, focos de colonização por imigrantes (como a região noroeste do RS), quando se deparavam com a necessidade de capitais para investimento na atividade produtiva, buscavam-no junto aos comerciantes locais, igualmente integrados ao funcionamento das instituições bancárias dos grandes centros. Estavam sujeitos aos objetivos dos grandes bancos e ainda aos objetivos do pequeno comerciante local, intermediário do sistema financeiro. Não bastasse a condição de submissão ao capital originado nestas instituições/pessoas, o colono via o resultado de seu trabalho fluir para os cofres localizados à distância da sua realidade.

O contato do “colono” com o mercado ocorria via vendeiro, com o qual estabelecia uma relação comercial em grande parte omitindo a moeda: a monetarização atingia apenas os “saldos” registrados no “caderno de haver/dever”. Desfrutava esse vendeiro, por isso, de situação privilegiada frente aos demais integrantes de uma linha ou picada, refletindo-se a importância de seu papel comercial sobre as demais atividades, política e religiosa, do grupo.<sup>242</sup>

Fazer oposição a esta condição de submissão à usura talvez tenha sido a mais relevante motivação dos colonos ao aderir a forma de organização proposta pela *Bauerverein/Volksverein*, representada pela criação das Caixas Rurais nos núcleos coloniais. A usura prejudicava a atividade de mercantilização da produção e conseqüentemente o pagamento da dívida colonial, que eram condições inevitáveis para a manutenção da atividade produtiva naquele contexto.

A crise verificada nos anos 1920, ainda como reflexo do período de guerra, também apontava para a necessidade de uma maior participação do próprio Estado na organização dos serviços financeiros e na oferta de crédito oficial subsidiado. No setor agropecuário, um grande impulso associativista contou com o apoio de Getúlio Vargas.

Um ensaio de sua concepção de política econômica intervencionista. Entre os efeitos práticos da intervenção, destaca-se a fundação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, criado com o objetivo primeiro de atender à demanda por crédito de longo prazo, de há muito uma solicitação insistente dos pecuaristas (...). A formação de cooperativas, com [este] novo impulso no final da década de 1920,

---

<sup>241</sup> LANGEMANN. *O Setor Financeiro*. Op.Cit., p.234.

<sup>242</sup> \_\_\_\_\_. *O Banco Pelotense*. Op.Cit., p.25-26.



aproximou os detentores do pequeno capital e os produtores primários.  
<sup>243</sup>

Em Ijuí, o Jornal Correio Serrano publicou, em 4 de maio de 1921, uma nota do intendente municipal, Coronel Dico (Antônio Soares de Barros), informando a prorrogação do prazo de pagamento dos impostos municipais, “atendendo a crise financeira que atravessamos”.<sup>244</sup> O intendente referia-se a crise verificada após o final da Primeira Guerra Mundial. É importante considerarmos que o referido coronel, que assumiu a intendência do município após a saída do engenheiro Augusto Pestana em 1912, foi também o primeiro comerciante da colônia Ijuhy, instalando-se em 1891, meses depois da implementação da nova colônia (1890). Nesta condição, atuou também como fornecedor de instrumentos e materiais diversos para a construção da ferrovia Cruz Alta / Ijuí / Rio Branco (Catuípe), enriquecendo ao aproveitar-se do esquema de fornecimento de materiais sem licitação.<sup>245</sup> Tal atividade (participação na construção de ferrovias) pode ser considerada uma das mais comumente realizadas pelos detentores de recursos financeiros no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX. Se pensarmos em exemplos como dos Rothschilds, os Irmãos Peréire ou do Barão de Mauá, que além de financiar a construção da primeira estrada de ferro, também esteve ligado a recriação do Banco do Brasil, o primeiro banco oficial em terras brasileiras, percebemos que a atividade comercial em torno de grandes empreendimentos (como a construção de ferrovias) vincula-se diretamente às atividades de caráter bancário/financista, favorecendo o enriquecimento dos negociantes ligados diretamente a elas.

No município de Ijuí, região onde ocorreu a segunda fase do processo de colonização com imigrantes, encontramos inúmeros casos de comerciantes que atuavam de maneira semelhante ao Coronel Dico. Além de desempenharem uma forma usual de crédito indireto da agricultura, ou seja, acaparando a produção e lucrando, ainda, com a venda de insumos ao produtor, desenvolviam também a prática da agiotagem.

Outros dos maiores e mais antigos comerciantes da antiga Colônia Ijuhy foram mencionados em uma entrevista concedida por Bernardo Gressler (também comerciante na mesma cidade) ao Correio Serrano em 1957: “os maiores comerciantes da praça, naquele tempo [início da colonização], eram os seguintes: Antônio Soares de Barros,

---

<sup>243</sup> LANGEMANN. *O Banco Pelotense*. Op.Cit., p.25-26., p.27.

<sup>244</sup> Correio Serrano, 04/05/1921. Acervo MADP, Coleção CS.

<sup>245</sup> Cf.LAZZAROTTO, Danilo. *História de Ijuí*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002, p.93.

Francisco Berenheuser, Henrique Kopf e Guilherme Scharnberg (...)”.<sup>246</sup> O relatório da Diretoria de Colonização de 1900 (dez anos após o início da colonização) informou que existiam nesta época na Colônia Ijuhy 35 casas de comércio, 22 delas localizadas na sede, 8 na margem esquerda do Rio Ijuí (ao sul) e 5 na margem direita (ao norte). Em relação à sede da colônia, existiam mais 13 casas de negócios.<sup>247</sup>

Em se tratando de bancos ou casas bancárias de atuação especializada, Ijuí possuía, em 1919 (oito anos depois de sua emancipação política), 5 agências. Essa foi a primeira menção oficial do Relatório Municipal, em uma nova seção intitulada “Bancos e Commercio”:

Funcionavam atualmente nesta vila: a Filial do Banco Nacional do Comércio, Agências do Banco Pelotense e Banco da Província do Rio Grande do Sul, Correspondentes do Banque Française et Italienne pour l’Amérique du Sud e Jorge Pfeiffer & Cia, todos com regular movimento, o que atesta o crescente desenvolvimento comercial no município.<sup>248</sup>

Para Langemann, a denominação de *agência* significaria a simples nomeação de um *agente* local que atuasse em nome de um determinado banco. As filiais ou sucursais representariam a presença do aparato logístico e administrativo do banco no local.<sup>249</sup> É significativo o fato de que pouco após a criação oficial do Município de Ijuí já haverem se instalado cinco diferentes bancos.

A chegada da ferrovia na então colônia Ijuhy em 1911 possibilitou uma ampliação considerável da população local nos anos seguintes, resultado do deslocamento do excedente populacional imigrante das colônias velhas observado no capítulo anterior.<sup>250</sup> Conforme o pastor Jacob Sauer, influente personalidade religiosa do meio colonial ijuiense em 1924: “desde que Ijuhy é membro da grande rede ferroviária, o progresso se acelerou, o comércio e a indústria floresceram muitíssimo”.<sup>251</sup> Um ano após a chegada da ferrovia, em 1912, a colônia Ijuhy

---

<sup>246</sup> Cf. Entrevista publicada no Jornal Correio Serrano, em 22 de junho de 1957, p.6.

<sup>247</sup> LAZZAROTTO. *História de Ijuí*. Op.Cit., p.78.

<sup>248</sup> Relatório Municipal de Ijuí em 1919. Arquivo MADP.

<sup>249</sup> LANGEMANN. *O Banco Pelotense*. Op.Cit., p.112.

<sup>250</sup> Roche chamará de “enxamagem” o fluxo de imigrantes das colônias velhas para as colônias novas, dentre as quais “Ijuí, na borda da Serra, [que] foi para os colonos excedentes uma zona de refúgio e à enxamagem dos pioneiros esta Colônia deveu, em grande parte, a rapidez do seu desenvolvimento”. Cf. ROCHE, *A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Op.Cit., p.347.

<sup>251</sup> Embora não tenha sido assinado, atribuiu-se ao pastor Jacob Sauer a autoria da respectiva obra, originalmente publicada em alemão gótico, tendo sido traduzido e reeditado em 1996 servindo como importante registro das comemorações de caráter étnico no interior de Ijuí nos anos 1920. GERHARDT,

emancipou-se de Cruz Alta para constituir o Município de Ijuí. O número de agências bancárias instaladas nos anos seguintes colabora para a compreensão deste dado.

**Tabela 3: População de Ijuí no início do século XX.**

Ano	População absoluta
1895	4.225
1899	8.500
1905	9.500
1911	25.000
1912	28.000

Fonte: Dados levantados nos relatórios da Comissão de Terras e Colonização (1895-1912) e Intendência Municipal (1913-1915). Acervo MADP (Arquivo Ijuí)

Duas das primeiras agências ijuienses eram de capital transnacional: o *Banque Française et Italienne pour l’Amérique du Sud*, banco Italiano-francês, e o alemão *Jorge Pfeiffer & Cia*. O primeiro instalou-se em Porto Alegre em 1917, com filiais em 1918 em Caxias do Sul, e 1919 em Ijuí. Diferencia-se dos demais por ter sido um banco criado no Brasil, com capital nacional, que posteriormente buscou investidores na Europa.<sup>252</sup>

O segundo foi criado pelo então ex-diretor do *Brasilianische Bank für Deutschland*, banco alemão que funcionou em Porto Alegre desde 1903 agenciando os negócios germânicos no Sul do Brasil. O *Brasilianische Bank für Deutschland* também possuía uma filial em Ijuí até 1918, quando encerrou atividades no Brasil, voltando-se para a necessidade de capitais para a reconstrução dos danos causados pela Primeira Guerra Mundial na Europa.<sup>253</sup> A filial ijuiense funcionava junto à Casa Comercial Low & Becker.<sup>254</sup> Um ano após o encerramento do *Brasilianische Bank für Deutschland* no Brasil, o ex-gerente de Porto Alegre, Jorge Pfeiffer, abriu sua própria Casa Bancária no Rio Grande do Sul. No mesmo ano também instalou uma agência no Município de Ijuí, um dos redutos de colonização alemã no estado, que teve como correspondentes locais a Casa Comercial dos “Snrs. Scharnberg Irmãos & Cia”<sup>255</sup>, o mesmo Scharnberg citado por Bernardo Gressler como um dos primeiros e maiores comerciantes locais no início da colonização.

---

Marcos (org.). *Registro da festa do centenário da primeira imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Ijuí: Sedigraf, 1996.

<sup>252</sup> LANGEMANN. *O Banco Pelotense*. Op.Cit., p.68.

<sup>253</sup> Idem, p.67.

<sup>254</sup> Cf. Anúncio publicitário no Jornal Correio Serrano de março de 1918. Acervo MADP, Coleção CS.

<sup>255</sup> Cf. Anúncio do Correio Serrano em 04/08/1919. Acervo MADP, Coleção CS.

Observa-se nos dois casos que a filial ijuicense foi criada em seguida a instalação dos Bancos na capital, o que evidencia a importância econômica que as novas colônias passavam a ter no circuito financeiro estadual, considerando-se ainda o fato de tratar-se das duas etnias que mais deslocaram trabalhadores da Europa para o Brasil no período da colonização (alemães e italianos), sendo também as duas etnias predominantes na colonização de Ijuí.

Os outros três bancos citados pelo Relatório Municipal de 1919 podem ser considerados como genuinamente nacionais. O Banco Pelotense, o Banco do Comércio e o Banco da Província do Rio Grande do Sul, correspondem aos mais antigos bancos atuando no Rio Grande do Sul a partir do final do século XIX e início do século XX.

Figura 11: Centro do Município de Ijuí em 1923 - porção sudeste da Praça da República



1. Casa Scharnberg & Filhos, correspondente da Casa Bancária Jorge Pfiffer.
2. Casa Nelson Lucchese (hoje Edifício Nelson Lucchese).
3. (...)
4. Casa Comercial de Miguel Capssa.
5. Casa Comercial Löw & Becker, correspondente do Brasilianische Bank até seu fechamento em 1918.
6. Cine Serrano de Ijuí (primeiro cinema de Ijuí).

**Fonte: Acervo MADP, Coleção Beck.**

O Banco do Comércio possuía a mais antiga referência cronológica de instalação em Ijuí, em 1915. Banco criado por iniciativa do setor comercial porto-alegrense em 1895, passou “a se favorecer do crescimento econômico das unidades agrícolas de

imigrantes europeus implantadas nos decênios anteriores”.<sup>256</sup> Em Ijuí, a agência do Banco Nacional do Comércio tinha como gerente geral o próprio intendente municipal, antigo comerciante e financiador da ferrovia, coronel Antônio Soares de Barros. Curiosamente, a agência municipal foi erigida defronte ao antigo prédio da intendência municipal.<sup>257</sup>

Figura 12: Centro do Município de Ijuí na década de 1940 - porção noroeste da Praça da República



1. Banco Nacional do Comércio (demolido - atual Restaurante Versatto)
2. Primeira Intendência Municipal (atual Secretaria de Administração Municipal)
3. Nova Prefeitura (atual - reformada)
4. Clube Ijuí (atual - reformado)
5. Prédio da Família Hocevar que a partir de 1953 abrigou uma agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. (atual Edifício Hocevar - Qualicopy)

Fonte: Acervo MADP, Coleção Beck.

O Banco da Província, por sua vez, também possuía uma agência administrada por um comerciante local. Funcionava justamente na Casa Comercial de Bernardo Gressler & Cia., um dos mais antigos e tradicionais comerciantes da região.<sup>258</sup> Em 24 de fevereiro de 1937 o Banco da Província inaugurava em Ijuí sua própria filial, conforme registrou o Correio Serrano nesta data:

Como era esperada, inaugurou seu novo e suntuoso [grifo nosso] edifício á Praça da Republica, a Filial do Banco da Provincia nesta

<sup>256</sup> LANGEMANN. *O Banco Pelotense*. Op.Cit., p.37-39.

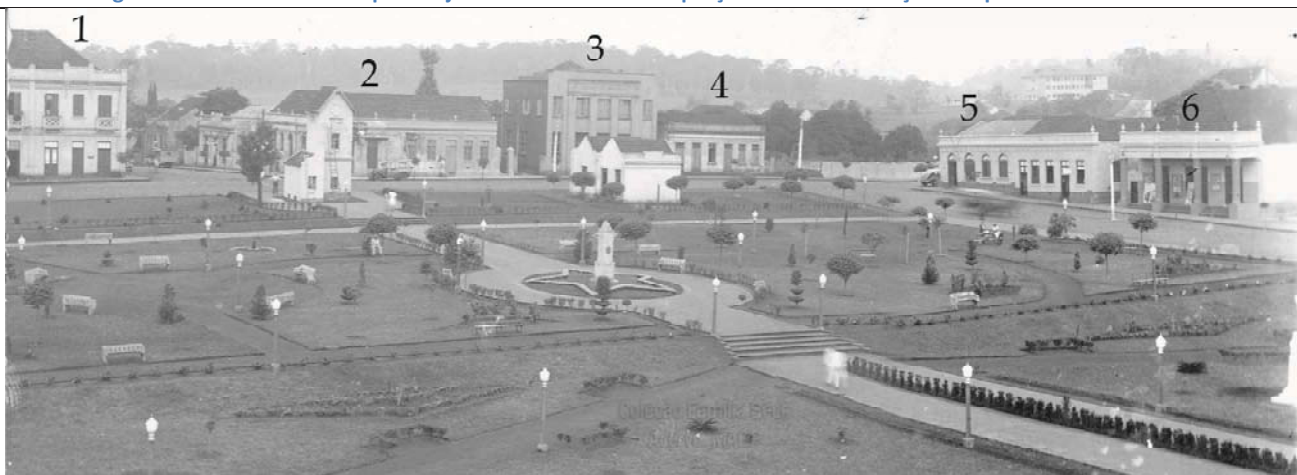
<sup>257</sup> Cf. Publicidade publicada no Jornal Correio Serrano de 17/02/1919. Acervo MADP (Coleção CS).

<sup>258</sup> Bernardo Gressler era neto de um tecelão falido que veio da Alemanha para o Brasil em 1852. Seu pai, Eduardo Gressler, nasceu em Rio Pardo em 1853 e abriu sua primeira casa comercial em Santa Cruz do Sul, em 1912. Transferiu-se para Ijuí em 1914 atraído pela promessa de progresso rápido nas “colônias novas”. Fonte: Jornal Correio Serrano, 22 de junho de 1957.

cidade. Com amplas acomodações, luz direta em todas as dependências, moderno, muito vem a contribuir para o embelezamento de nossas “urbs”. As amplas acomodações virão facilitar aos funcionários o desempenho de sua nobre missão.<sup>259</sup>

Recentemente o antigo prédio do Banco da Província foi adquirido pelo grupo financeiro espanhol Santander. Talvez nos deparemos aqui com uma estratégia comercial dos grandes bancos internacionais, de adquirir os prédios onde tradicionalmente funcionaram os bancos nacionais mais importantes, mantendo uma áurea de tradição e confiança na localidade onde se instalam. Semelhante experiência pode ser verificada na transformação do Banco Nacional do Comércio (e posteriormente Banco Sul-brasileiro) em Porto Alegre em Santander Cultural, convertendo uma das estruturas clássicas da *belle époque* porto-alegrense em uma filial do seu banco. Em 10 de janeiro de 1943, passados poucos anos após a abertura da filial do Banco da Província, o próprio Bernardo Gressler (ex-correspondente bancário local) liquidou sua conta corrente com o Banco, registrando em cartório a quitação total no valor de Rs 98:333\$600, referente à sua dívida.<sup>260</sup>

Figura 13: Centro do Município de Ijuí na década de 1940 - porção sudeste da Praça da República.



1. Casa Scharnberg & Filhos, correspondente da Casa Bancária Jorge Pfiffer (hoje Maffei tecidos).
2. Casa Nelson Lucchese (hoje Edifício Nelson Lucchese).
3. Filial do Banco da Província inaugurada em 1937 (hoje Banco Santander).
4. Casa Comercial de Miguel Capssa.
5. Livraria Löw e Filhos, sede do jornal Correio Serrano e Die Serra Post.
6. Cine Serrano de Ijuí (primeiro cinema de Ijuí).

Fonte: montagem de panorâmica feita por Josei Fernandes Pereira com fotos do Acervo MADP, Coleção Beck.

<sup>259</sup> Correio Serrano, 24/02/1937. Acervo MADP, Coleção CS.

<sup>260</sup> Fonte: Escritura de Quitação Total em nome de Bernardo Gressler, Arquivo MADP, Coleção Arquivo Ijuí - Economia.

Todas essas agências operando num pequeno e novo município do interior do Rio Grande do Sul, certamente eram vistas pelo município como emblemas do desenvolvimento e da modernidade da antiga colônia. Para Minella, esses bancos “se expandem e formam grandes grupos econômicos, dominam espaços urbanos privilegiados com suas *suntuosas* agências”<sup>261</sup>, verdadeiros *alteres* da economia capitalista, símbolos de progresso que serão abençoados até mesmo pela igreja, como na foto da inauguração do novo cofre da CRUPSC (Figura 7), ou mais recentemente, na inauguração da nova agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul em Ijuí, em 1953.<sup>262</sup>

---

<sup>261</sup> MINELLA, Ary Cesar. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988, p.11.

<sup>262</sup> A primeira agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul foi inaugurada em Ijuí em 24/03/1924. Em 1953 inauguração do novo prédio foi abençoada pelo Pe. Busanello. Arquivo MADP, Arquivo Ijuí.

### CAPÍTULO 3: A EXPANSÃO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL.

*“Empréstimos (...) concedidos para certo e determinado fim, julgado útil e reprodutivo”.*

(Estatuto da Central das Caixas Rurais da União Popular do RS)

#### **A Caixa Rural de Serra Cadeado**

Situada na região do Planalto Médio, no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a localidade de Serra Cadeado foi o 2º Distrito de Ijuí até sua emancipação em 1965, com a criação do Município de Augusto Pestana. Integra uma região de relevo ligeiramente acidentado, que originalmente mesclava áreas de pastagem natural com florestas onde abundavam madeiras de lei, como cabriúvas, louros e cedros.

A colonização oficial de Augusto Pestana foi iniciada em 1901, quando o engenheiro homônimo, dirigindo os trabalhos da Diretoria de Terras da Colônia de Ijuhy, iniciou a medição das terras da localidade de Serra Cadeado. A história oral conservou a informação de que quem vinha de Cruz Alta com destino à Ijuhy precisava passar pela fazenda de João Raimundo da Silva, conhecida antigamente como a Fazenda do Cadeado, pois em sua entrada havia uma porteira fechada com um cadeado.<sup>263</sup> Serra (do) *Cadeado* possui a mesma origem nominal que o Município de Boa Vista do *Cadeado*, ponto mais alto do mesmo caminho, onde os viajantes tinham uma boa visão daquela Fazenda do Cadeado, que ficava a meio caminho da viagem até Ijuí.

No dia 29 de setembro de 1901, orientados pelo engenheiro Augusto Pestana chegaram os primeiros imigrantes vindos do distante Município de Cachoeira. Eram Reinhold e Guilherme Schünemann e Guilherme e Augusto Hasse.<sup>264</sup> O fato de estes imigrantes terem vindo das chamadas “colônias velhas” evidencia o objetivo de fomento da policultura de abastecimento comercial, pois eram pessoas com relativa experiência nas lides agrícolas, já adaptados ao trabalho na lavoura nas condições locais, além de inúmeros profissionais liberais com experiência em outras áreas, fator que seria fundamental para a sua plena adaptação na região onde se estabeleceriam.

---

<sup>263</sup> MARQUES, Mario Osório; BRUM, Argemiro J. *Nossas coisas e nossa gente*. Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí: Unijuí, 2004, p.14.

<sup>264</sup> *Ibidem*.



A Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado (CRUPSC) foi fundada em 21 de maio de 1925, pouco mais de 23 anos depois da colonização oficial da Serra do Cadeado, com a finalidade de ser uma instituição creditícia de caráter cooperativo para o amparo dos colonos residentes naquele contexto, além acelerar o desenvolvimento econômico local. A fundação ocorreu na residência do primeiro gerente, José Norbert, de acordo com os moldes do então Sistema Raiffeisen, que já possuía no Brasil uma (única) referência legal: o Decreto nº 1637, de 05 de janeiro de 1907.

A assembleia de fundação foi presidida por José Lange, eleito também como o primeiro presidente da CRUPSC, na qual se associou com a matrícula nº4. A personalidade de José Lange destacava-se no âmbito da vida econômica e social da localidade, sendo percebida ainda hoje na denominação de logradouros e escolas do Município de Augusto Pestana. Lange era filho de imigrantes austríacos, nasceu em 1883 em Santa Cruz. Residindo também em Venâncio Aires e Estrela antes de ir para a nova colônia de Ijuhy, em 1907. Encantou-se com a riqueza das madeiras nobres que viu na nova frente de colonização aberta pelo engenheiro Augusto Pestana em Serra Cadeado.<sup>265</sup>

Figura 14: Vista parcial de Serra Cadeado em 1917



Fonte: Arquivo MADP. 1822-1922: 7 de Setembro, Ijuhy no centenário, Ijuí, 1922.

---

<sup>265</sup> José Lange conhecia bem as madeiras e a sua importância comercial por ter sido por muito tempo aprendiz de serralheiro em Estrela-RS. Fonte: texto manuscrito por José Lange datado de 1958 de posse do autor.

José Lange adquiriu um lote colonial e construiu imediatamente uma serraria, atividade que lhe trouxe rápidos resultados financeiros, aplicados na aquisição de outros lotes próximos, divididos e vendidos como lotes urbanos depois da abertura de algumas ruas. A construção do salão de baile (de propriedade de Carlos Haack) e da primeira escola, em 1908, da igreja de madeira, em 1916, e a doação de parte do terreno da praça central da localidade também tiveram a colaboração de José Lange, que “destacou-se econômica e socialmente, tinha bom relacionamento político com os administradores Augusto Pestana e Antonio Soares de Barros e, na década de 1920, integrou a administração do município de Ijuí.”<sup>266</sup>

Entre os fundadores da CRUPSC encontravam-se trabalhadores dos mais diversos ofícios. A maioria agricultores, mas havia também muitos “homens de negócios”, profissionais de ofício e professores. José Norbert, Theobaldo Weiler e João Kipper Filho figuravam entre os de estudo acima da média. Eram professores e coordenavam diversas funções na comunidade. A primeira diretoria da CRUPSC teve como nominata justamente esses senhores, com a adição de uma figura de representatividade política local e proximidade com a administração municipal, ficando assim constituída: Theobaldo Weiler – secretário, José Norbert – gerente e José Lange – presidente. A foto a seguir ilustra a primeira diretoria da CRUPSC, na ordem descrita acima:

Figura 15: Primeira diretoria da Caixa Rural de Serra Cadeado (entre 1925-1930).



Fonte: Arquivos Sicredi  
Augusto Pestana

<sup>266</sup> GERHARDT, Marcos. *História ambiental da colônia Ijuhy*. Ijuí: Unijuí, 2009, p.104.

José Norbert veio da Áustria para o Brasil no início do século XX, desembarcou em Minas Gerais, mas logo que descobriu que os colonos de origem alemã iam para o sul atrás de melhores terras, viajou para Porto Alegre onde trabalhou algum tempo em olarias. Posteriormente seguiu com as frentes de expansão rumo às terras do norte do estado, com a promessa de serem férteis e baratas.<sup>267</sup> Sendo uma dos primeiros moradores da nova colônia de Serra Cadeado, mesmo com pouco estudo, logo tornou-se professor, e em seguida uma espécie de conselheiro comunitário. Participou do movimento pela fundação da Caixa oferecendo sua própria casa como sede inicial. Sua experiência e sua retidão com os registros da CRUPSC mantiveram-no na função de gerente da Caixa, desde a fundação até o final de sua vida no ano de 1956, completando 31 anos de serviço, tempo em que também desempenhou funções importantes na localidade (inspetor de quarteirão) e no Município, como Conselheiro Municipal em 1920 (cinco anos antes da fundação da CRUPSC) e Vereador pelo PRL entre 1935-1937. Sucederam-lhe na função de gerente seu filho, Henrique Norbert, e anos mais tarde seus netos: Benno van der Sand e Bruno van der Sand, permanecendo sempre algum membro da família na administração da cooperativa.

João Kipper Filho e sua esposa, a também professora Verônica Kipper, eram do Município de Estrela. A trajetória de vida de Verônica Kipper e sua relação com a CRUPSC revelou alguns traços importantes para o entendimento do contexto da época. Verônica Kipper nasceu na Prússia (Alemanha), no dia 2 de janeiro de 1880, e imigrou para o Brasil com um ano e meio de idade. Morou com seus pais em Estrela-RS até os sete anos, quando ambos faleceram. Foi encaminhada para o Colégio das Irmãs Franciscanas, em Santa Cruz do Sul onde estudou música formou-se e atuou como professora. Casou-se aos 21 anos de idade com o fotógrafo e professor João Kipper Filho. Ambos foram para Serra do Cadeado em outubro de 1917. Fizeram parte dos primeiros moradores. João Kipper Filho faleceu em 07 de agosto de 1928, deixando sua esposa, então aos 48 anos, e seus 11 filhos.<sup>268</sup>

Em janeiro de 1930, aos 50 anos de idade, a professora Verônica Kipper tornou-se a matriarca da família, assumindo funções exclusivamente masculinas. Ela associou-se à Caixa Rural, tornando-se a primeira mulher a integrar o quadro associativo da

---

<sup>267</sup> Relato feito por seu neto, Bruno van der Sand, atual presidente da Sicredi Augusto Pestana.

<sup>268</sup> Cf. LAUXEN, Sidéria Maria. *O caminhar de um povo: Augusto Pestana 10 anos*. Ijuí: Empresa Jornalística Ulrich Löw S.A., 1976.

entidade. É importante lembrar que os primeiros movimentos em defesa de direitos femininos no Brasil são de um período histórico aproximado. Em 1922, Berta Lutz fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, cujas principais bandeiras de luta eram o voto feminino, a escolha de domicílio e o trabalho de mulheres sem autorização do marido, direitos que só foram adquiridos, em parte, após a constituição de 1934.<sup>269</sup> Em maio de 1933 o jornal *Correio Serrano* publicou inúmeras notas que motivavam o alistamento eleitoral, inclusive incentivando a participação feminina em comitês formados por esposas de políticos locais e por professoras públicas (como Verônica Kipper). Na eleição para Deputado de 1933, foram computados 198 votos femininos de um total de 2.950.<sup>270</sup>

A necessidade de administração dos negócios da família, após o falecimento de seu marido, em 1928, certamente pesou na decisão de Verônica Kipper de associar-se à Caixa Rural. Ainda assim, sua decisão, tomada em uma remota época, quando ainda existiam normas que restringiam os direitos das mulheres ao âmbito doméstico, demonstra que a Caixa passou a desempenhar um papel central na articulação socioeconômica das famílias residentes no seu entorno.

A grande maioria dos primeiros associados da CRUPSC eram agricultores, líderes comunitários, etc. Muitos deles ligados a outros ramos econômicos além da agricultura. Observa-se que entre os fundadores, não obstante prevalecessem majoritariamente agricultores, havia grande número de profissionais liberais que desempenhavam atividades relacionadas ao domínio urbano. Ou seja, mesmo se tratando de uma caixa de crédito *rural*, a crescente urbanização do contexto colonial já carecia, até mesmo como requisito para o desenvolvimento, de uma oferta de crédito contínua e local. A primeira sede da caixa ficava cerca de 1 km distante da sede da vila, e as sedes posteriores ficavam no entorno da praça central do município.

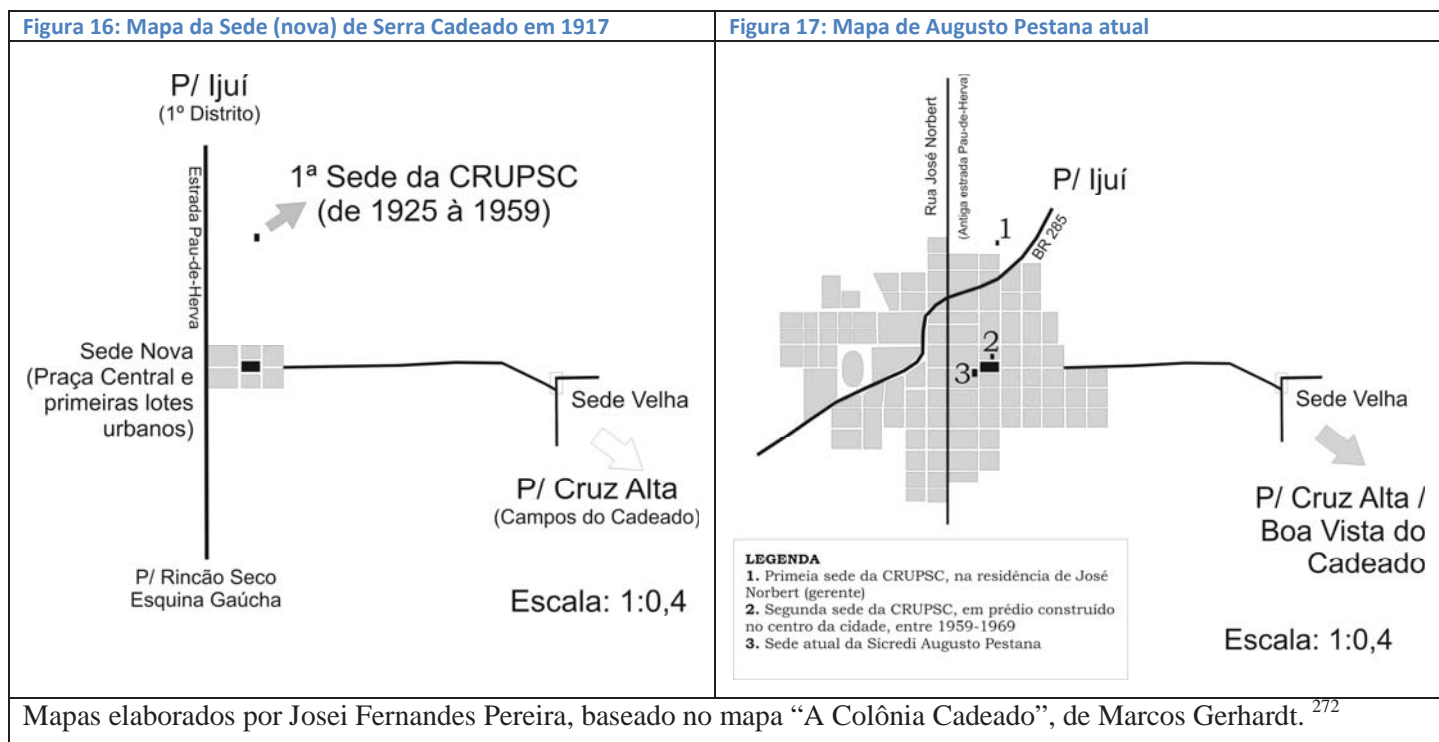
Martins argumenta que a frente de expansão pioneira é decorrente da necessidade de absorção do excedente demográfico incontido na fronteira econômica, mas igualmente da necessidade de produção de excedentes para a economia do mercado capitalista. A diversificação de empreendimentos econômicos é uma de suas

---

<sup>269</sup> O Jornal *Correio Serrano* de Ijuí publicou em 03/12/1924 uma pequena nota que resume as condições enfrentadas pela mulher na sociedade brasileira dos anos 1920. Trata sobre a moça Semiramis Röhrig, que foi vaiada e perseguida por uma pequena multidão nas ruas de Porto Alegre unicamente por estar usando calças compridas, uma vestimenta exclusivamente masculina (como a bombacha...). Arquivo MADP, Coleção CS: 03/12/1924, p.3.

<sup>270</sup> Cf. AMARAL, *Elite política e relações de poder*. Op.Cit., p.71-72.

características principais, pois na medida em que transforma a produção do excedente em mercadoria, comprando, vendendo e financiando a produção e o comércio, amplia a faixa de atuação do capital e formaliza a implantação do novo modo de produção. Nesta categoria de empreendimentos, o autor classifica as empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais e bancárias, necessidades diretas da reprodução da sociedade capitalista.<sup>271</sup>



As imagens abaixo demonstram como evoluiu a concepção de “sede” pelos membros da CRUPSC, desde o atendimento na casa do gerente (ainda num contexto rural) até a modernização das estruturas e ao atendimento urbano:



<sup>271</sup> MARTINS. *Capitalismo e tradicionalismo*. Op.Cit., p.47.

<sup>272</sup> GERHARDT, *História Ambiental da Colônia Ijuí*, Op.Cit., p.60.



**Figura 19: primeira sede própria.**

Já com o nome de CREDIPEL (Cooperativa de Crédito Augusto Pestana Ltda.), a cooperativa inaugurou sua primeira sede própria em 1966, no centro da cidade.

Fonte: Arquivos Sicredi Augusto Pestana.



**Figura 20: Sede atual da Sicredi Augusto Pestana.**

Iniciada em 2002, ano do centenário do cooperativismo de crédito no RS, possui arquitetura moderna situada em frente à praça central do município.

Fonte: Arquivos Sicredi Augusto Pestana.

A tabela a seguir, ilustra a diversificação já existente no momento da fundação da CRUPSC no interior de Ijuí, cuja ordem está de acordo com as assinaturas dos respectivos sócios na ata de fundação:

**Tabela 4: Os fundadores e seus ofícios.**

NOME	OFÍCIO	NATURALIDADE
<b>José Lange</b>	Serralheiro e Empresário	Santa Cruz-RS
<b>José Norbert</b>	Agricultor e Professor	Áustria
<b>Theobaldo Weiler</b>	Professor	Desconhecida
<b>Guilherme Boehm</b>	Agricultor	Desconhecida
<b>Pedro Weinmann</b>	Industrial (cervejeiro)	Desconhecida
<b>Guilherme Feyh</b>	Agricultor	Desconhecida
<b>João Kipper Filho</b>	Professor	Estrela-RS
<b>João Haas Neto</b>	Seleiro e Sapateiro	Desconhecida
<b>Bertholdo H. Kronbauer</b>	Ferreiro	Desconhecida
<b>Luiz F. Kronbauer</b>	Agricultor	Desconhecida
<b>Francisco Lange</b>	Empresário	Estrela-RS
<b>Ferdinando Goergen</b>	Agricultor	Desconhecida
<b>Reinoldo Goergen</b>	Agricultor	Desconhecida
<b>Alberto Arenhardt</b>	Agricultor	Desconhecida

<b>Alberto van der Sand</b>	Construtor	Holanda
<b>Sebastião Bieger</b>	Agricultor	Desconhecida
<b>Nicolau Watthier</b>	Agricultor	Desconhecida
<b>Otto Goergen</b>	Agricultor	Desconhecida
<b>Christovão Lange</b>	Empresário	Estrela-RS
<b>Affonso Bohn</b>	Ferreiro	Desconhecida
<b>Jacó Bruno Arenhardt</b>	Agricultor	Desconhecida
<b>José Watthier</b>	Agricultor	Desconhecida
<b>Henrique Overgoor</b> <sup>273</sup>	Agricultor	Desconhecida

Fonte: Livro de matrículas nº 1 da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado. Acervo Sicredi Augusto Pestana.

Se considerarmos os dados da mesma fonte (cadastro de ofício no livro de registro de sócios) e estendermos a planilha para a primeira década de existência da caixa rural (1925-1935), esta diferença se acentua consideravelmente: dos 447 associados registrados no período, cerca de 85% denominavam-se apenas como agricultores. Os 15% restantes tinham outras profissões, o que justificava a nomenclatura “rural” à denominação da caixa de empréstimos, conforme a tabela a seguir:

**Tabela 5: Profissões dos associados entre 1925-1935.**

**407 agricultores**

7 negociantes	6 industrialistas	5 ferreiros	5 alfaiates
5 hoteleiros	5 marceneiros	4 pedreiros	3 engenheiros
3 moleiros	3 professores	3 funileiros	2 comerciantes
2 oleiros	2 barbeiros	2 serralheiros	2 castradores
1 viajante	1 dentista	1 fotógrafo	1 frentista
1 sacerdote	1 carpinteiro	1 sapateiro	1 carroceiro
1 notário	1 médico	1 serviços domésticos	

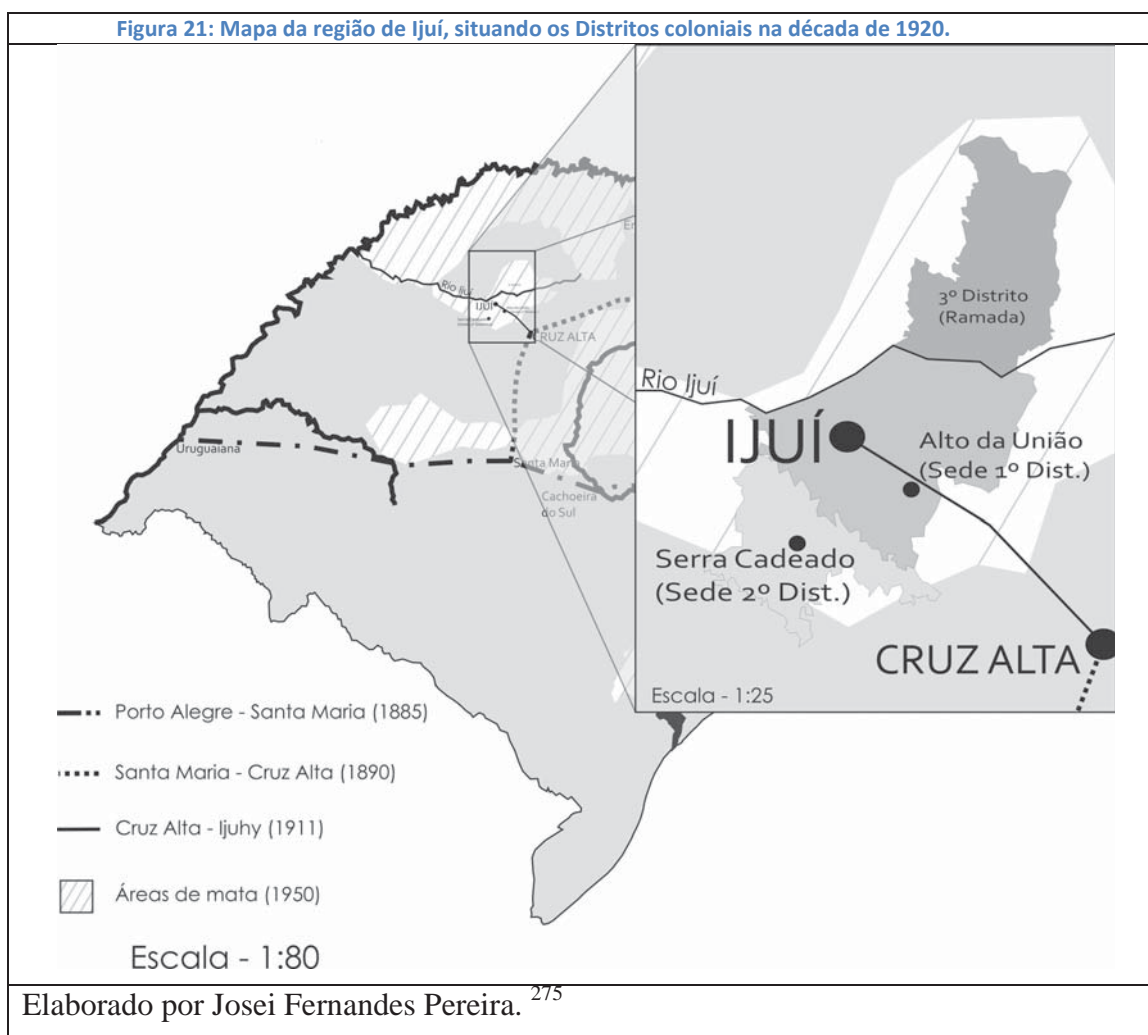
Fonte: Livro de matrículas nº 1 da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado. Acervo Sicredi Augusto Pestana.

Outro dado bastante ilustrativo serve para analisar o perfil socioeconômico dos primeiros membros da CRUPSC. Inúmeros associados residiam no 1º Distrito de Ijuí (Alto da União), no mesmo período de 1925-1935. Estes associados moravam perto da

<sup>273</sup> José Watthier e Henrique Overgoor, embora não tenham assinado a ata de fundação, assinaram o livro de matrículas com data do dia 21 de maio de 1925, e por esse motivo podem ser considerados, igualmente, fundadores da CRUPSC. Possivelmente não estiveram presentes na fundação, pois, conforme consta nos registros da fundação, teria ocorrido numa chuvosa tarde de quinta-feira. As grandes distâncias e as condições das estradas talvez tenham sido a causa do não comparecimento no dia da fundação.

sede do município, mas, mesmo assim, decidiram associar-se a Caixa Rural de Serra Cadeado, distante cerca de um dia a cavalo de sua localidade. Representavam cerca de 10% do total de associados da CRUPSC no primeiro decênio de existência.<sup>274</sup>

Ou seja, a existência de uma Caixa Rural com baixos juros na região atraiu a atenção de moradores de localidades distantes, e até mesmo do entorno da sede do município, que já possuía numerosa população urbana e uma desenvolvida rede bancária atendendo ao comércio e indústrias locais. Por que então estariam depositando suas economias numa Caixa Rural distante, no interior da colônia, se moravam perto do centro do município, com inúmeras agências e correspondentes bancários atuando? Provavelmente a facilidade de obtenção de crédito nos bancos do centro do município eventualmente não compensasse juros mais altos, optando por dirigir-se até a caixa do interior em busca de juros fixos e baixos (8% ao ano para empréstimos).



<sup>274</sup> Eram 40 associados, sendo 30 agricultores e 10 profissionais liberais, do total de 451 associados até o ano 1935.



De fato, como resultado direto dessa procura, a sede do Município de Ijuí também irá organizar-se na criação de uma cooperativa de crédito própria, a Caixa Rural União Popular de Ijuí (CRUPI), fundada em 1931. Por volta dos anos 1930, também a CRUPSC denominou um agente bancário junto à sede do município. Segundo entrevista concedida por Alberto Hoffmann, seu pai, Henrique Hoffmann, era muito amigo do gerente da CRUPSC José Norbert. Em 1920 ele iniciou seu negócio em Ijuí, a Fruticultura Hoffmann, hoje floricultura de mesmo nome. Associou-se em 26 de novembro de 1936, sob a matrícula 498, e foi

um representante, por assim dizer, da Caixa União Popular de Serra Cadeado, que, embora estando no segundo distrito, tinha atividades em quase todo o município, principalmente no primeiro distrito. Serra Cadeado era o segundo distrito e Ijuí era o primeiro distrito. No primeiro distrito, existia então uma dependência que era dirigida pelo meu falecido pai. O pai tinha que dar opinião sobre os fiadores e depois, se era aprovado, nós fazíamos o contrato. Ele não tinha tanto estudo quanto o Norbert, mas se correspondia muito bem em português e alemão. O trabalho para a Caixa não era tão intenso, era uma atividade esporádica, o trabalho do pai era na fruticultura.<sup>276</sup>

Alberto Hoffmann foi nesta época estudante de contabilidade (guarda-livros). Em seu relato, lembrou-se de duas ocasiões em que auxiliou o gerente da caixa (José Norbert) a organizar as contas dos associados, no final do ano 1936 e 1937. Além disto, cita um caso de empréstimo a um comerciante ijuicense, morador da sede do município, para abertura do sua própria funilaria:

Dois fins de ano eu ajudei ele no cálculo de juros dos associados (1936 e 1937). Nas férias eu vinha para casa. Não tinha gente, tem que ver o quadro de Ijuí naquela época, nós tínhamos apenas quatorze estudantes fazendo ginásio fora de Ijuí. Não havia pessoal habilitado para fazer estas operações bancárias. O sistema era completamente manual, cada correntista tinha anotado seus depósitos, suas retiradas. E o saldo sempre era multiplicado por um número, e o número era dividido no fim de ano por um cociente, não me lembro exatamente qual era. Naquele tempo pagava-se 6% de juros ao ano para o depositante e emprestava a 8%. Como era módico o juro. (...)  
Willy Rieger era meu cunhado. Ele e o Leopoldo [Rieger] eram irmãos da minha esposa, e foram empregados da funilaria do Arthur Fuchs (hoje Imasa) e resolveram botar uma funilaria própria, e

---

<sup>275</sup> Baseado nos mapas de BERNARDES, *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Op.Cit.; e GERHARDT. *História ambiental da colônia Ijuhy*. Op.Cit., p.41.

<sup>276</sup> Entrevista com Alberto Hoffmann, em 15/12/2009.

pediram o empréstimo pra comprar os equipamentos da sua empresa na Caixa Rural.<sup>277</sup>

Estes dados são significativos pois expressam a importância que a CRUPSC passou a desempenhar na região de Ijuí por volta dos anos 1930. Willibaldo Rieger (Willy Rieger) residia em Ijuí, era funileiro de uma importante indústria metal mecânica local daquela época (a Indústria de Máquinas Fuchs Ltda.). Deixou o emprego para constituir com seu irmão sua própria funilaria. Associou-se na Caixa de Serra Cadeado em 18 de fevereiro de 1935 e conseguiu empréstimo para constituir sua própria empresa, que continua em operação até os dias atuais.

A caixa rural criada em Ijuí-sede em 1931 provavelmente tenha sido fomentada pela existência da CRUPSC no segundo distrito, que atraía moradores do centro da cidade pela facilidade de empréstimos e pelos juros baixos. Esta, no entanto, mesmo tendo-se filiado à Central das Caixas Rurais de Porto Alegre, não resistiu à pressão exercida pelos grandes bancos localizados do centro do município, e as transformações econômicas promovidas pelo governo nos anos 1950 e 1960, que deram fôlego extra para os grandes operadores de crédito em detrimento das pequenas caixas de empréstimo comunitárias. Por estar localizada na zona urbana de Ijuí, concorrendo assim com os bancos tradicionais e fortes, a CRUPI encerrou atividades em 1969, seguindo uma tendência que se repetia na maioria das outrora conhecidas Caixas Rurais do Estado do RS nesta época.

No entanto, se determos nossa atenção na experiência de caixas rurais localizadas em municípios menores, ou em comunidades igualmente pequenas, como no caso de Serra Cadeado (Augusto Pestana), ou Cerro Azul (Cerro Largo) e Neu Wuerttemberg (Panambi), percebemos que, embora tenham diminuído enormemente seu tamanho e movimentação financeira após os anos 1950, atravessaram a fase conturbada dos anos 1960 e 1970 e se reorganizaram novamente em uma espécie de “Banco Central” na metade dos anos 1980, constituindo o então chamado Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi). De maneira que estes modelos de empreendimentos financeiros de abrangência comunitária somente sobreviveram as crises devido ao isolamento de sua área de atuação e a suas características de banco local de pequeno porte.

---

<sup>277</sup> Entrevista com Alberto Hoffmann. Op.Cit..

Nos estatutos da CRUPSC existem informações que auxiliam a compreender esta dinâmica. A criação de caixas de crédito rural tratou-se de uma política progressista-liberal promovida pela doutrina social da *igreja da colonização*<sup>278</sup>. Desejava atender às necessidades materiais e financeiras dos moradores da localidade, intermediando a sua inclusão no mercado de excedentes, numa tentativa de minimizar os impactos negativos da economia capitalista. Primeiramente, a acumulação de recursos comunitários necessários para a manutenção da atividade produtiva e para o investimento em melhorias na propriedade. Posteriormente, a aplicação de parte das sobras verificadas no exercício anual em obras de caráter comunitário, como as mencionadas anteriormente. A ata de fundação da CRUPSC assim se apresenta:

Combater a usura, fornecendo a juros módicos, a seus sócios e somente a eles, os capitais necessários à exploração de seu pequeno trabalho, facilitando-lhe o exercício de sua profissão; Fazer empréstimos a curto e a longo prazo, reembolsáveis por amortização periódica, mediante garantia e de acordo com as regras estabelecidas pela direção; Os empréstimos deveriam ter lugar para certo e determinado fim, julgado útil e reprodutivo [grifo nosso] pela direção; Os juros seriam calculados pelo saldo efetivamente devido; A sociedade poderia também receber, em depósito a prazo fixo ou em conta-corrente limitada ou de movimento dinheiro a juros não só de sócios como de pessoas não pertencentes à sociedade; Os valores máximos de empréstimos e a soma total dos encargos da sociedade seriam fixados anualmente pela Assembleia Geral.<sup>279</sup>

Assim, a forma de crédito colocada em prática entre os cooperadores da Sociedade União Popular, coincidia com a ideia pregada por Raiffeisen no século anterior, como “uma recompensa de uma conduta laboriosa e moral”.<sup>280</sup> Devido a isso, somente seria liberado pela diretoria se destinasse para uma finalidade julgada útil para a comunidade. A “usura” à que se refere o texto da ata de fundação, refere-se a mesma atividade (de crédito) que era realizada por comerciantes instalados na (ou próximo a) linha colonial que, direta ou indiretamente, atuavam como financiadores dos colonos, conforme verificamos em Maestri:

eram pequenos, médios e grandes comerciantes que acaparavam a maior parte da riqueza produzida na colônia, ao comprarem a produção colonial por baixo preço e ao venderem o que o colono necessitava por alto valor (...). O comerciante pagava ao colono

---

<sup>278</sup> Cf. SCHALEMBERGER, *Cooperativismo e política*: Op.Cit..

<sup>279</sup> Ata de Fundação da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado. Acervo Sicredi Augusto Pestana

<sup>280</sup> *Apud* LUZ FILHO, Fábio. *Cooperativismo e Crédito Agrícola*. Op.Cit., p.34.

apenas vender seus produtos e servia-lhe de banco, emprestando-lhe dinheiro a juros e guardando suas economias sem remuneração. Portanto, financiava com os recursos do colono os produtos que lhe vendia. Era forte a dependência cultural, ideológica e política do colono ao vendeiro. Ele aconselhava-o nas iniciativas econômicas, na introdução de novas plantas, representava-o em algumas ocasiões, etc..<sup>281</sup>

Fazer oposição a esta condição de submissão a usura, promovida pelos estabelecimentos financeiros tradicionais, talvez tenha sido a mais relevante motivação para instalação das caixas rurais e para os indivíduos que a ela se associavam, pois a cobrança abusiva de juros certamente prejudicaria a mercantilização da produção e conseqüentemente o próprio pagamento da dívida colonial, condição para a manutenção da atividade produtiva. Do ponto de vista urbano, pequenos negócios encontrariam na caixa rural condições de empréstimo melhores do que naqueles bancos maiores, instalados na sede do município, o que se constituiu em fator de atração de associados da sede para o interior. A própria criação da CRUPSC, por exemplo, deu-se pelo trabalho de conscientização da realidade socioeconômica de agricultores, comerciantes e demais profissionais da colônia, feito pelos padres da Sociedade União Popular – Volksverein.

Em entrevista, Bruno van der Sand, ex-membro da CRUPSC, filho de um dos fundadores, e o atual diretor-presidente da Sicredi Pestanense<sup>282</sup>, destacou a relação existente entre a atividade agrícola e os demais serviços prestados na comunidade; pequenas indústrias, comércio, todos tinham na agricultura o seu principal impulso. Se ela ia mal, toda a economia acompanhava:

Se nós olharmos a história, a Caixa Rural não era só rural. Eram médicos, meu pai era pedreiro, tinham ferreiros, sapateiros, industriais, tinha dois ferreiros, o Bohn e outro era o Kronbauer. Até hoje o Ademar Kronbauer é nosso associado, e o avô dele foi fundador. Ele é empresário e seguiu na mesma linha, hoje tem comércio de ferragens. Então, naquela vez a comunidade se uniu, não foi somente os agricultores, mas foi com a intenção de ajudar os agricultores, porque a agricultura já na época que necessitava mais de um impulso. A pequena indústria até que vivia bem, tinha alambique e uma série de pequenas agroindústrias, mas o que precisava mais de impulso era o pequeno agricultor, que precisava comprar uma junta de boi, um arado.<sup>283</sup>

---

<sup>281</sup> MAESTRI. *Os senhores da serra*. Op.Cit., p.83.

<sup>282</sup> A Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado foi convertida, já nos anos 1980, em cooperativa de crédito do sistema Sicredi, passando a denominar-se Sicredi Augusto Pestana ou Sicredi Pestanense.

<sup>283</sup> Entrevista com Bruno van der Sand, em 15 de agosto de 2009.

Do ponto de vista da realidade local, devemos considerar também que a população de Serra Cadeado também estava aumentando com a chegada de mais imigrantes. Este aumento populacional devia-se, por sua vez, a chegada da ferrovia à Colônia Ijuhy, em 1911, e gerou uma preocupação na comunidade com a produção de gêneros alimentícios e artigos de uso diário, que, escasseavam pela grande distância dos centros urbanizados e pela situação financeira dos agricultores. Neste sentido, também a falta de estradas era considerado um problema sério. A única que comunicava a localidade com a sede do Município de Ijuí levava um dia (ou mais, dependendo do transporte) de viagem. A estrada “Pau-de-Herva” ligava o final da Picada Conceição, em direção ao sul, até Rincão Seco, que ainda estava sendo aberta em 1907. Em 1912 foi concluída a “Estrada do Cadeado”. Conectava as localidades de Esquina Gaúcha e Estação Faxinal (Cruz Alta). Apenas em 1916/17 foi construída uma ponte suficientemente resistente sobre o Rio Conceição facilitando o deslocamento para a sede municipal, substituindo a travessia de balsa.<sup>284</sup>

### **Os primeiros passos da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado**

Os primeiros passos da recém-constituída Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado foram dados no interior da residência do seu fundador e primeiro gerente, José Norbert. De origem austríaca, ele dividia-se entre a administração das contas dos associados da Caixa e a dedicação às atividades agrícolas na sua propriedade, situada nos arredores da nova sede da vila<sup>285</sup>, próxima à estrada em direção a Ijuí. Nos primeiros anos de funcionamento, a Caixa só era aberta quando algum associado chegava para ser atendido. Em uma entrevista ao Cotrijornal, em 1988, o associado-fundador Alberto van der Sand deu uma visão geral sobre os primeiros anos da CRUPSC, e o apelido dado por um grupo de agricultores locais contrários à ideia:

Os primeiros anos foram difíceis para a Caixa Rural, que teve que conviver com um apelido dado por um grupo de agricultores contrário

---

<sup>284</sup> GERHARDT. *História ambiental da colônia Ijuhy*. Op.Cit., p.103.

<sup>285</sup> A nova vila foi iniciada em 1908, intencionalmente criada em local mais próximo a estrada Pau-de-Herva, por sua vez mais próxima à Ijuhy. A sede anterior, primeiro núcleo de colonização, passaria a ser chamada, nos anos seguintes, de “Sede Velha”. Cf. GERHARDT. *História ambiental da colônia Ijuhy*. Op. Cit..

a ideia: a caixa da miséria [grifo nosso]. Era uma época que não existia dinheiro sobrando na colônia e o produtor não tinha financiamento para fazer suas lavouras. Então muito pouco dinheiro sobrava para a Caixa. A situação era tão ruim que o próprio gerente se desdobrava entre o serviço da Caixa e o da lavoura. Quando aparecia algum colono na Caixa, o gerente era chamado com um assovio de chifre de boi.<sup>286</sup>

O apelido desdenhoso dado a CRUPSC pelos indivíduos contrários a ideia, nos seus primeiros anos, compara-se ao semelhante estigma que Holyoake cita como tendo sido dados aos “pioneiros de rochdale”; de “capitalistas liliputenses” e “rotschids caricaturas”<sup>287</sup>, além do deboche comum remetido a cultura camponesa em geral, conforme verificamos em Martins.<sup>288</sup> Essas opiniões em geral remetem ao posicionamento contrário, provavelmente oriundo de sujeitos ligados às atividades que, eventualmente, perderiam parte vantagens no circuito econômico colonial, como comerciantes, financistas locais e correspondentes bancários. O que também pode significar que aos poucos a própria CRUPSC passou a atender a totalidade destes serviços, substituindo negócios até então desempenhados apenas pelos tradicionais “homens de negócio”.

No caso da Sociedade União Popular, também as ideias progressistas dos jesuítas foram consideradas prematuras mesmo por padres da própria ordem. Luz Filho também descreveu uma situação semelhante com a descrita pelo fundador Alberto van der Sand, em praticamente todas as Caixas Rurais existentes no RS. Dizia ele: “de todas as caixas rurais teutas, apenas umas quatro possuem edifícios próprios. As demais funcionam nas casas dos presidentes, gerentes, associados, ou em salas cedidas por párocos, como as de Parecy Novo, Neu Wuerttemberg, Dois Irmãos, etc.. É um traço típico, interessante e bastante expressivo”.<sup>289</sup>

Sobre suas lembranças dos primeiros tempos da CRUPSC, destacou Bruno van der Sand:

A Caixa Rural na época funcionava dentro da casa do meu avô, lá por 1925. O meu avô veio da Áustria e tinha um pouco de estudo, mas o suficiente para torná-lo professor lá na comunidade. Depois veio o padre João Evangelista Rick e viu que ele tinha conhecimento, e como ele também colocou a casa à disposição, logo foi eleito gerente. Nós morávamos perto e, quando íamos visitar o vovô, ficava observando

---

<sup>286</sup> Entrevista de Alberto van der Sand para o Cotrijornal, edição dezembro 1987/janeiro 1988, p.14.

<sup>287</sup> HOLYOAKE. *Os 28 Tecelões de Rochdale*. Op.Cit., p.20-24.

<sup>288</sup> Cf. MARTINS. *Capitalismo e tradicionalismo*. Op.Cit..

<sup>289</sup> LUZ FILHO. *Aspectos agro-economicos do Rio Grande do Sul*. Op.Cit., p.91.

ele sentado em uma cadeira com uma mesinha e, no canto da parede, ficava um banco de madeira bem rústico onde sentavam-se os associados. Nós ainda éramos ‘piazedinho’, e pedíamos para a vovó para entrar lá para ver, e a vovó dizia: “pode entrar, mas tem que ficar bem comportado, não pode atrapalhar, não pode mexer em nada”. Então desde pequeno a gente conheceu a Caixa Rural, dentro da casa do vovô.<sup>290</sup>

Característica comum nas primeiras Caixas Rurais fundadas no sul do Brasil, no início do século XX, as sociedades não possuíam capital inicial, pois os associados não eram obrigados a fazer nenhum depósito na sua admissão. Tampouco podiam contar com uma estrutura própria e adequada ao atendimento aos sócios e a contabilidade. Os administradores faziam o que estava ao seu alcance, com os recursos disponíveis, utilizando as próprias residências e anotações manuais.

Antigo morador da região e ex-funcionário da CRUPSC, Alberto Hoffmann relembrou os tempos de estudante do ginásio, em cujas férias aproveitava para auxiliar seu pai (Henrique Hoffmann) e também o gerente da caixa (José Norbert) nos cálculos das contas dos associados:

Eu ajudava o pai nas férias. No final do ano, o José Norbert se apertava com o cálculo de juros. Naquela época não tinha computador, nem tinha máquinas maiores, tinha apenas uma velha máquina *Brunsviga*. A gente tinha que puxar um gancho três, quatro, cinco vezes, e daí multiplicava tantas vezes quanto fosse necessário. Nessa velha máquina eu ajudei o Norbert a calcular os juros no final do ano. Eu era estudante de contabilidade, me formei em 12 de dezembro de 1938, na Escola Técnica de Comércio São José em Lajeado, como guarda-livros, cargo que depois foi equiparado em lei ao contador tradicional.<sup>291</sup>

Em seus primeiros anos de funcionamento, o Livro Caixa menciona, por duas vezes, pequenas despesas com viagens do gerente à capital do Estado, para tratar de assuntos relacionados à validação do registro da Caixa Rural de Serra Cadeado junto à Central das Caixas, mas principalmente para a realização de pequenos treinamentos para aprimorar-se na atividade que viria a desempenhar durante 31 anos de sua vida.<sup>292</sup> Alberto van der Sand também relatou uma viagem feita pelo gerente José Norbert a Cerro Largo: “Para gerenciar a Caixa, seu Norbert foi a Cerro Largo, para fazer um

---

<sup>290</sup> Entrevista com Bruno van der Sand, Op.Cit..

<sup>291</sup> Entrevista com Alberto Hoffmann, Op.Cit..

<sup>292</sup> Livro Caixa nº 1, pg. 23 e 47, fevereiro de 1929. Acervo Sicredi Augusto Pestana.

estágio. A Caixa Rural de Cerro Largo naquela época era uma das mais fortes do interior do Estado”.<sup>293</sup>

Nos primeiros anos, o gerente cedeu sem custos sua casa e ainda trabalhou sem receber renda, dividindo-se entre os seus serviços agrícolas, outras atividades na comunidade (como o ofício de professor e a designação pelo subprefeito para a função de guarda de quarteirão) e o trabalho como gerente da caixa, adquirindo assim relativa confiança dos associados.

Os associados compreendiam o funcionamento da Caixa, mas a segurança estava mesmo na confiança que depositavam no gerente, no conceito do gerente. Como ele era uma pessoa séria, competente, a confiança era total. Então, em vez de guardar o dinheiro em casa, embaixo do colchão, levavam pra Caixa. Vendiam a sua produção e os seus animais e levava o dinheiro para a Caixa, porque confiavam na figura do gerente.<sup>294</sup>

Durante dois anos (1936 e 1937), Alberto Hoffmann auxiliou o gerente José Norbert nas contas da Caixa, pouco antes de sua formatura como guarda-livros (em 12 de dezembro de 1938). Nesta época, na região de Ijuí quase inexistiam pessoas capacitadas para realizar trabalhos técnicos como esses (operações bancárias, por exemplo). Além disto, o sistema de controle das contas, juros, empréstimos e depósitos era completamente manual, exigindo ainda mais perícia do seu operador. Prova disto é que dias depois de formado na Escola Técnica de Comércio São José em Lajeado, Alberto Hoffmann e seu colega Ivo Weiller (filho do fundador e secretário geral da CRUPSC, Theobaldo Weiller) já estavam empregados na filial ijuicense da Casa Bancária Jorge Pffifer & Cia. Ltda.

Além do controle nos livros de contas-correntes, cada depositante possuía uma caderneta na qual eram anotados os depósitos, retiradas e o saldo de sua conta. Era uma cópia manuscrita do controle da conta-corrente do associado, uma espécie de “extrato” de sua conta na caixa rural. Como era feito à mão, quem manuseava os livros e as cadernetas das contas precisava ter uma boa caligrafia, transcrevendo todas as informações com clareza. As cadernetas e outros materiais de expediente utilizados pela CRUPSC nos seus primeiros anos em geral eram remetidos de Porto Alegre pela

---

<sup>293</sup> Entrevista com Alberto van der Sand. Op.Cit..

<sup>294</sup> Entrevista com Alberto Hoffmann, Op.Cit..



Central das Caixas. Eram documentos padronizados, com o timbre da União Popular, fundadora das caixas tipo Raiffeisen no Brasil.

Um dos primeiros contatos da CRUPSC com a Central das Caixas em Porto Alegre ocorreu no dia 23 de fevereiro de 1926, quando foi solicitado o seu registro, bem como o envio de materiais de expediente para o trabalho de administração das contas dos associados. Em 4 de junho do mesmo ano veio o retorno da Central das Caixas, em uma carta datilografada inteiramente em alemão.

Este documento foi o único em idioma alemão remanescente nos arquivos da Sicredi Augusto Pestana, devido à proibição de falar alemão em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial. O gerente da caixa chegou a ser preso em certa ocasião, causando surpresa ao delegado de Ijuí, que o conhecia como ex-Conselheiro Municipal e ex-vereador pelo PRL, tendo sido liberado tão logo chegou à delegacia. Entretanto, durante seu trajeto para Ijuí, a quase totalidade dos documentos em alemão foi queimada para se evitar outro incidente daquele tipo, conforme relatou Bruno van der Sand:

Tem uma história curiosa do meu avô (José Norbert). Ele foi um conselheiro na comunidade, Ijuí já era um pouco maior, mas, mesmo em Ijuí, as pessoas, as autoridades, conheciam o vovô. Em 1942, quando foi proibido falar alemão, tinha um subdelegado que queria um empréstimo. E o meu avô conhecia a má fama do subdelegado, e pelo seu comportamento não poderia dar o empréstimo, e não deu, e ele começou a se vingar. Quando começaram a proibir a falar em alemão ele foi lá e prendeu meu avô, e trouxe pra Ijuí. Quando chegou em Ijuí, o inspetor estranhou, uma pessoa conhecida como o Norbert, que fazia ali: ‘- estou preso’, respondeu o meu avô. Aí o inspetor disse: ‘- não, você não vai preso’, e soltou ele na mesma hora. Ele não voltou no mesmo dia, porque a viagem levava quase um dia. Mas durante aquele dia, o meu pai (Alberto van der Sand), lá em Augusto Pestana, queimou uma porção de documentos em alemão com medo do que pudesse acontecer. Isso são coisas que marca a gente.<sup>295</sup>

Na mesma época, o administrador do Seminário Palotino local (Colégio Santo Alberto) também foi preso. O Colégio Santo Alberto, que foi construído com apoio financeiro da CRUPSC, teve sua biblioteca em alemão confiscada e o pe. Burmann foi preso, como relembrou Alberto Hoffmann:

O pessoal não tem ideia do que foi o Estado Novo nesse ponto. Na ditadura o problema não era o ditador, não era o Getúlio, o problema era o míni-ditador que surge nas comunidades. Então o delegado de

---

<sup>295</sup> Entrevista com Bruno van der Sand. Op.Cit..

polícia era o super-dono de Ijuí (...). A polícia bateu no Colégio Santo Alberto à noite, recolheram livros de botânica em alemão e prenderam o Pe. Burmann, já em idade avançada. O negócio era bárbaro.<sup>296</sup>

O primeiro exemplo ilustra o doutrinamento moral exigido pela Igreja Católica nas próprias regras estatutárias das caixas rurais. Conforme a orientação, o crédito da Caixa Rural deveria ser dado somente para fins considerados justos e corretos, que trouxessem benefícios para a comunidade e para os associados. Consequentemente, o gerente recusou o crédito ao subdelegado (que nesta época possuía má fama entre os moradores das comunidades coloniais). Nos registros da CRUPSC consta que José Norbert passou por inúmeros treinamentos para exercer a função principal da instituição.

A Central das Caixas Coloniais do Rio Grande do Sul foi fundada, em setembro de 1925, com o propósito de uma formação mais rígida dos administradores das caixas coloniais, além de tentar reunir em uma federação as Caixas Rurais dispersas pela região colonial, dentre elas a Caixa Rural de Serra Cadeado, fundada poucos meses antes da Central. Para isto propunha-se a supervisionar e assessorar seus membros, canalizando recursos disponíveis para finalidades comuns.

Para colocar seu projeto em funcionamento, a Central das Caixas solicitava às demais Caixas Rurais o ingresso com uma cota capital no valor de 100 mil réis. Evidência da boa situação financeira da CRUPSC no decorrer dos anos 1930 e 1940, esta adquiriu diversas destas cotas capitais da central, conforme os documentos oficiais arquivados na atual sede da Sicredi Augusto Pestana. Estes recursos formaram um capital que colaborou para a realização de diversos empreendimentos privados pela Sociedade União Popular. Dois fatos importantes que resultaram do acúmulo de capital na Central das Caixas foram as já mencionadas colonizações de Porto Novo (atual município de Itapiranga-SC) e de Cerro Azul (atual município de Cerro Largo).

### **A estrutura social Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado: análise dos Estatutos**

Fundada no dia 21 de maio de 1925, a CRUPSC tinha sua designação e foro orientados pelo sistema Raiffeisen, cuja norma disciplinar regulatória era o Decreto do

---

<sup>296</sup> Entrevista com Alberto Hoffmann, Op.Cit..

Poder Legislativo nº 1.637, de 05 de janeiro de 1907. As cooperativas estavam liberadas a se organizar como sociedades anônimas, em nome coletivo ou comanditas, podendo receber dinheiro a juros de sócios ou pessoas estranhas à sociedade. Os Estatutos da Caixa Rural de Serra Cadeado foram transcritos no ato da sua fundação, com 10 capítulos. Tinha como referência o conteúdo do Decreto Federal regulador e as orientações concedidas anteriormente pelo pe. Rick, então secretário da Sociedade União Popular. O artigo 23 do referido decreto disciplinava que

as cooperativas de crédito agrícola que se organizarem em pequenas circunscrições rurais, com ou sem capital social, sob a responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada dos associados, para o fim de emprestar dinheiro aos sócios e receber em depósito suas economias, gozarão de isenção de selo para operações e transações de valor não excedente a 1:000\$ (um conto de réis) e para os seus depósitos.<sup>297</sup>

Dessa maneira, a legislação permitia às cooperativas de crédito receberem dinheiro a juros, não só dos associados, como de pessoas de fora da sociedade, ampliando as possibilidades de prestação de serviços e convidando mais pessoas a integrar a cooperativa. Os empréstimos, por sua vez, eram disponibilizados somente aos associados, a juros módicos, como um meio de proporcionar-lhes condições de explorar seu trabalho.<sup>298</sup> Esta condição foi importante definidora da “missão” original da CRUPSC: dar condições aos associados de exercer seus ofícios, investir em melhorias e ampliar regularmente seus negócios, promovendo, assim, o desenvolvimento local numa perspectiva progressista.

O Capítulo III, do primeiro Estatuto da CRUPSC, previu a criação do “fundo de reserva”. A sua constituição estava destinada a reparar eventuais prejuízos da Caixa, não podendo ser partilhado ou distribuído entre os sócios no final do exercício. A ele eram destinados quaisquer donativos ou contribuição espontânea feita por sócios ou terceiros, bem como 80% dos lucros verificados anualmente pelo Balanço contábil. Os 20% restantes eram destinados para fins beneficentes e despesas gerais da Caixa, como investimentos em estruturas físicas, equipamentos e materiais de expediente.

A Caixa Rural foi criada para atender às necessidades inicialmente de um pequeno grupo de pessoas. Acumulou recursos financeiros por meio do princípio da

---

<sup>297</sup> PINHEIRO. *Cooperativas de Crédito*. Op.Cit. p.30.

<sup>298</sup> Estatuto da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado, Cap. II, Arts. 4 e 5. Acervo Sicredi Augusto Pestana.

*auto-ajuda* e reemprestou-os aos associados que o empregassem em atividades julgadas úteis para a comunidade, mediante pagamento de juros módicos. Ou seja, a poupança de um segmento da sociedade organizada (na cooperativa), revertia-se para a própria sociedade na forma de crédito. Assim, ficava evidenciada uma das principais intenções da CRUPSC no momento da elaboração do primeiro Estatuto: “promover o desenvolvimento da comunidade local por meio da oferta de recursos financeiros a juros módicos”.<sup>299</sup> Afinal, seus sócios eram os moradores, agricultores e profissionais liberais do espaço comunitário que desejavam crescer e prosperar economicamente, conquistando melhorias na qualidade de vida.

Se por um lado o fundo de reserva foi instituído para dar segurança aos investimentos feitos na Caixa Rural, por outro servia para reinvestir parte das sobras diretamente em obras que se destinavam ao bem-estar da comunidade. Assumia assim, a Caixa Rural, parte das funções inerentes ao próprio Estado.

Em Serra Cadeado verificou-se a aplicação de parcelas significativas do fundo de reserva em inúmeras obras de caráter comunitário, como a construção do primeiro hospital, da primeira escola pública, do salão comunitário, do colégio interno e das duas igrejas (católica e evangélica).<sup>300</sup> Idealizador da Caixa Rural de Serra Cadeado, pe. Rick compreendia que “pelos excedentes do fundo de reservas puderam apoiar-se obras de utilidade comum”.<sup>301</sup>

O trabalho das caixas rurais no âmbito da formação e desenvolvimento das colônias de imigrantes do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX, estabeleceu uma relação de proximidade com os anseios comunitários. Ofereceu recursos para a especialização da produção e também reinvestiu as sobras da atividade financeira na própria comunidade, em obras de infraestrutura que não eram disponibilizadas pelos eventualmente inexistentes serviços públicos. Essas iniciativas podem ser percebidas desde os seus primeiros anos. Em 1933 (oito anos após sua fundação), a Assembleia Geral destinou parte do fundo de reserva para construção do Colégio Santo Alberto.

---

<sup>299</sup> Ata de Fundação da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado. Acervo Sicredi Augusto Pestana

<sup>300</sup> Todas as instituições citadas permanecem em funcionamento até os dias atuais, com exceção do colégio interno (Colégio Santo Alberto), que foi desativado na década de 1950; permaneceu abandonado até sua completa demolição em 2009.

<sup>301</sup> RICK, Johannes. *Apud* RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe. J. E. Rick*, S.J. Op.Cit..

Sua construção foi organizada pelo pe. Francisco Burmann, primeiro vigário da comunidade católica e associado da Caixa Rural de Serra Cadeado desde 20 de março de 1932. O Colégio foi erigido em alvenaria e ficava perto da Igreja da Matriz, erguida também sob a liderança do mesmo padre e do construtor Alberto van der Sand, um dos fundadores da CRUPSC. Funcionou nesse espaço o pré-seminário, o colégio das irmãs e, posteriormente, o noviciado dos padres palotinos, além de um curso de filosofia. Seus estudantes vinham de diversos lugares do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além de países vizinhos, como Argentina, Chile e Uruguai. Devido a vários fatores, o Colégio deixou de funcionar nas décadas seguintes, ficando abandonado durante vários anos; e demolido em 2009.<sup>302</sup>

Figura 22: Colégio Santo Alberto



Fonte: ATHAYDE. *Album Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana*. Op.Cit..

Alguns anos mais tarde, em abril de 1938, a Assembleia Geral autorizou a doação de parte do fundo de reserva, desta vez para a Comunidade Evangélica. “Visto que muitos dos sócios são protestantes, a Assembleia Geral ofereceu à Comunidade Evangélica uma dádiva de 500\$00 quinhentos mil réis dos 20% do fundo de reserva da

---

<sup>302</sup> Em 1942, no auge da Segunda Guerra Mundial, o idioma alemão foi proibido no Brasil. O diretor do Colégio, pe. Francisco Burmann, mesmo em idade avançada, foi preso durante vários dias. A biblioteca do Colégio foi confiscada e seu diretor, depois de solto, faleceu por complicações do seu estado de saúde.

Caixa”.<sup>303</sup> O investimento da Caixa Rural também auxiliou na construção da nova casa paroquial. “A união de todos os evangélicos e seu espírito de sacrifício, ficou mais uma vez demonstrado, com a construção da nova e moderna casa paroquial, inaugurada em 1940”.<sup>304</sup>

Em 11 de fevereiro de 1941, o setor de saúde recebeu o investimento do fundo de reserva da CRUPSC. Durante a Assembleia Geral, o inspetor da Central das Caixas Rurais do Estado “propôs, para que haja à zona de circulação de nossa Caixa, que seja dado o saldo do fundo de reserva Especial para o Hospital São Francisco desta vila Dr. Pestana, afim de que seja aproveitado na construção do mesmo”.<sup>305</sup> A proposta foi aceita por unanimidade. Em seguida, Orlando Dias Athayde, médico substituto do Dr. Orozimbro Sampaio<sup>306</sup>, falecido em 28/03/1940, no atendimento aos moradores de Serra Cadeado, agradeceu em nome do Hospital as palavras do inspetor e a decisão da assembleia, prometendo “também a sua colaboração, tanto como sócio desta cooperativa como também na qualidade de médico e futuro diretor do referido hospital”.<sup>307</sup>

Figura 23: Inauguração do primeiro pavimento do Hospital São Francisco em 1943.



Fonte: Acervo MADP (Coleção Arquivo Regional).

<sup>303</sup> Ata da Assembleia Geral da CRUPSC de 10/04/1938.

<sup>304</sup> ATHAYDE, Orlando Dias (Org.). *Álbum Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana: 2º Distrito de Ijuí*. Ijuí: Gráfica Michaelsen & Cia Ltda., 1951, p.23.

<sup>305</sup> Cf. Livro de Atas da Caixa Rural de Serra Cadeado em 11/02/1941.

<sup>306</sup> Orozimbro Sampaio e Orlando Dias Athayde atuaram como médicos em Augusto Pestana. O primeiro foi associado da Caixa Rural desde 10/11/1936, e o segundo desde 1940.

<sup>307</sup> Cf. Livro de Atas da Caixa Rural de Serra Cadeado em 11/02/1941.

A diretoria da Associação Protetora do Hospital São Francisco organizou uma grande campanha na comunidade para a edificação do novo hospital, que funcionava na casa de Reinaldo e Augusta Kronbauer. Com o apoio dos moradores da Vila Dr. Pestana (forma como então era chamada a antiga localidade de Serra Cadeado), e o auxílio financeiro da Caixa Rural Serra Cadeado, no dia 24 de novembro de 1943 foi inaugurado o primeiro pavimento do Hospital São Francisco.

O Hospital São Francisco é, hoje, uma realidade e constitui motivo de orgulho dos agricultores de Dr. Pestana que vêm com satisfação e entusiasmo, naquele nosocomio, a concretização de seus esforços e o fruto de sua abnegação.<sup>308</sup>

A ação da CRUPSC na comunidade local desempenhou um papel central de organização econômica e desenvolvimento social, pela sua atividade de poupança e empréstimos para fins ligados a produção agrícola e/ou industrial e pela doação para obras. Analisando as suas ações no decorrer dos anos 1930 e 1940, sua existência possibilitou o oferecimento e a ampliação de inúmeros serviços, tanto na área rural quanto na área urbana. Situações semelhantes poderão ser encontradas observando o desenvolvimento de outras Caixas Rurais criadas nesse contexto. Faziam parte de um projeto de desenvolvimento das regiões coloniais, promovido pela Sociedade União Popular, e cujas raízes encontravam-se na antiga associação de agricultores do Rio Grande do Sul, que tinha como meta justamente

buscar soluções para as famílias e para as comunidades e valorizar o espaço econômico agrícola no mercado local e internacional. O apelo ao cooperativismo e a responsabilidade das cooperativas de buscar soluções para as comunidades estiveram, de certa forma, relacionados à ineficiência do Estado e à impotência do poder político em atender tais necessidades.<sup>309</sup>

Bobbio explica que após a emancipação da sociedade civil-burguesa do Estado, a relação entre instituições políticas e a sociedade se inverte, sendo que a sociedade civil, nas suas várias articulações, aos poucos vai tornando-se o todo, do qual o Estado, considerado como o instrumento de coação de um setor da sociedade sobre os outros, tem parte de seu poder de atuação reduzido.

---

<sup>308</sup> ATHAYDE. *Álbum Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana*. Op.Cit., p.27.

<sup>309</sup> SCHALEMBERGER, *Cooperativismo e política*: Op.Cit., 2004.

Se o curso da humanidade desenrolou-se até então das sociedades menores ao Estado, agora finalmente passará a se desenrolar através de um processo inverso que vai do Estado opressivo à sociedade libertada. Desta inversão nasce uma das idéias dominantes do século XIX: a idéia da inevitável extinção do Estado ou ao menos da sua redução aos mínimos termos.<sup>310</sup>

Da condição de liberdade comercial constituída pela sociedade civil-burguesa, resultante, por sua vez, do processo de exploração da força de trabalho dos não-proprietários e pequenos proprietários, surgiu e se consolidou ao longo dos anos o conceito de cooperativismo de crédito, visando reduzir a pressão econômica estabelecida sobre os pequenos agricultores estabelecidos em pequenas comunidades, como no caso das Caixas Rurais nas regiões coloniais. Através da organização em sociedades cooperativas, as comunidades destas regiões coloniais buscaram formas de influir nas relações de mercados, procurando opor-se ao controle exercido pelos comerciantes e intermediários locais sobre preços, comunicação e circulação de mercadorias e serviços. As dificuldades podem ser encontradas tanto na demanda de recursos para a produção, quanto na estrutura de comercialização disponível nestes espaços coloniais.

Retomando o conceito de *economia moral* de Thompson, a partir da compreensão de como “muitas relações “econômicas” são reguladas segundo normas não monetárias nas comunidades industriais e camponesas”,<sup>311</sup> verificamos semelhanças com a experiência de criação e expansão dos ideais cooperativistas no interior das comunidades coloniais o Rio Grande do Sul do início do século XX, no sentido de terem sido propostas como alternativas para adaptação e desenvolvimento local a partir da tomada de consciência e controle de determinados instrumentos com peso na organização econômica local.

Pe. Rick e os fundadores deixaram clara uma das maiores intenções da CRUPSC, no momento da elaboração do primeiro Estatuto: promover o desenvolvimento da comunidade local por meio da oferta de recursos financeiros a juros módicos. Afinal, seus sócios eram os moradores, produtores, professores, construtores e trabalhadores em geral, pessoas da comunidade e, como tal, desejavam o seu

---

<sup>310</sup> BOBBIO. *Estado, governo e sociedade*. Op.Cit., p.61-62.

<sup>311</sup> THOMPSON, *Costumes em comum*. Op.Cit., p. 258.



crescimento e a melhoria da qualidade de vida. Assim, o fundo de reserva foi instituído, por um lado, para dar segurança aos investimentos feitos na Caixa e, por outro, para re-investir parte das sobras diretamente em obras que se destinavam ao desenvolvimento da comunidade.

### **Da ausência ao intervencionismo: o impacto das transformações da década de 1930 nas Caixas Rurais.**

Poucos meses após sua fundação, em maio 1925, a CRUPSC estabeleceu um contato com a recém fundada Central das Caixas Rurais do RS. Esta instituição foi criada em setembro do mesmo ano, com a finalidade de proporcionar uma formação mais rígida aos administradores das caixas coloniais, tentando reunir em uma federação as Caixas Rurais dispersas pela região colonial. Para isto propunha-se a supervisionar e assessorar seus membros, canalizando recursos disponíveis para finalidades comuns e monitorando o funcionamento de suas filiadas.

A primeira visita do inspetor da Central das Caixas à CRUPSC deu-se no ano de 1937. A visita foi registrada em ata da reunião de diretoria (Livro de Atas, 09/05/37), sem apontar quaisquer impressões ou comentários do referido inspetor. A partir do ano de 1939, além de receber o inspetor e garantir-lhe acesso a documentação, a diretoria da caixa abriu espaço para que o mesmo participasse da Assembleia Geral, expondo aos associados suas impressões sobre as atividades desempenhadas na cooperativa, bem como trazer informações sobre os acontecimentos nas demais localidades no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Naquele ano, foram registradas no Livro de Atas as primeiras observações do inspetor, apresentando suas considerações sobre o trabalho desenvolvido pela Caixa Rural de Serra Cadeado. A ata da reunião da diretoria registra que o inspetor

relatou longamente sobre sua impressão para com o estado da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado. Leu seu relatório antecedendo esta ata, explicando título por título. A Diretoria e o Conselho Fiscal concordando com as propostas feitas pelo senhor Häfner deixa nesta ata um voto de louvor a este homem agradecendo deste modo o serviço prestado a nossa Caixa pela vossa minuciosa inspeção recém

realizada. Em seguida foram tratados diversos interesses da Caixa e explicados diversos artigos da lei em vigor.<sup>312</sup>

A lei à que se refere a Ata é o Decreto 22.239, de 19 de dezembro de 1932, que determinou regras a serem observadas pelas cooperativas do tipo Raiffeisen no Brasil. Antes deste decreto, vários outros ditaram instruções para adequar as Caixas Raiffeisen ao sistema financeiro nacional, sem, no entanto, estabelecer um mecanismo legal que abrangesse todas as características singulares das cooperativas então existentes no país e coordenasse suas ações para um objetivo comum. Entre eles, o Decreto Federal 17.339, de 2 de junho de 1926, expedido pelo Ministério de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, aprovando “o regulamento destinado a reger a fiscalização gratuita da organização e funcionamento das caixas rurais raiffeisen e luzzatti.”<sup>313</sup> Coube então ao Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, órgão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a tarefa de fiscalizar as cooperativas de crédito”.<sup>314</sup>

Em 1929, novas instruções complementaram o conteúdo do Decreto 17.339, estabelecendo, dentre outras coisas, que a fiscalização das Caixas Rurais seria regida pelas Federações, iniciando, alguns anos depois, as citadas visitas do inspetor da Central das Caixas em Serra Cadeado. Entretanto, antes de 1937, não há qualquer evidência que comprove uma efetiva atividade de fiscalização destas instituições.

Os decretos posteriores ampliaram as referências e a abrangência da constituição sobre as ações desempenhadas pelas caixas rurais. A promulgação da Constituição do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, promoveu grandes mudanças nos movimentos sociais, especialmente no associativismo, que vinha ampliando as suas formas de organização, como o cooperativismo. O jornal *Noticiário*, de fevereiro de 1938, informava que

as regulamentações e os decretos impostos ao setor agrícola engessavam, cada vez mais, a atividade produtiva e a organização dos agricultores. O Regulamento da Carteira Agrícola e Industrial, que

---

<sup>312</sup> Ata da reunião de Diretoria da Caixa Rural de Serra Cadeado, em 19 de julho de 1939.

<sup>313</sup> Inspirado nos pioneiros alemães, o italiano Luigi Luzzati organizou o primeiro banco cooperativo em 1865, na cidade de Milão, Itália. Este tipo de cooperativa, bastante popular no Brasil das décadas de 40 a 60, tinha como características a não-exigência do vínculo para a associação, exceto algum limite geográfico (bairro, município, etc.), cotas de capital de pequeno valor, concessão de crédito de pequeno valor sem garantias reais, não-remuneração dos dirigentes e responsabilidade limitada ao valor do capital subscrito. Cf. PINHEIRO. *Cooperativas de Crédito*. Op.Cit., p. 25.

<sup>314</sup> Idem, p.53.

vinculava a aquisição de insumos, de sementes, de animais de criação, de máquinas e equipamentos ao crédito oficial, atingiu fortemente o sistema de crédito e de poupança desenvolvido pela Sociedade União Popular, através das caixas rurais ou cooperativas de crédito.<sup>315</sup>

A mudança da tradicional economia liberal, praticada durante a República Velha, para um intervencionismo estatal, a partir da chegada de Vargas ao poder, teve um caráter modernizante relacionado a uma ideologia de desenvolvimento nacional. A crise de 1929 era sinal de que a economia nacional precisava de alternativas que suprissem a ausência de exportações de produtos agrícolas. A pequena e incipiente produção agrícola, antes ligada a segurança e a subsistência das famílias e em um comércio de pequena escala circuito regional, passou a ter vinculação maior ao Estado, dada a necessidade de suprimento da nascente industrialização nacional. Para Schalemburger, esse enquadramento institucional dos núcleos familiares e comunitários no mercado jogou os indivíduos na direção do progresso, enfraquecendo o antigo vínculo de solidariedade e cooperação. O jornal ijuiense *Die Serra Post*, de 18 de janeiro de 1938, registrou esta impressão:

As cooperativas que não atendessem a estas exigências seriam aplicadas multas e outras penalidades. Com uma legislação repressiva e o controle do associado e das sociedades cooperativas, o associativismo pensado e articulado pelas lideranças da Igreja da Imigração entrou em outra dimensão. Apagou-se a sensibilidade social e os problemas locais foram sufocados pelo plano nacional de desenvolvimento social, cultural e econômico.<sup>316</sup>

A crise de 1929 ofereceu duro golpe às exportações de café, principal produto agrícola nacional durante a República Velha. A política centralizadora de Vargas teve início atuando nesta esfera, intervindo diretamente no controle dos preços e da produção, estocando e, até mesmo, incinerando estoques para manter a economia estável. No Rio Grande do Sul, a fase conhecida pela historiografia como “drama bancário”, entre 1929 e 1931, resultou da ação conjunta da quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, e a repercussão de uma crise econômica mundial, e levou à bancarrota importantes e tradicionais instituições bancárias, como o Banco Pelotense e o Banco Popular. Em Serra Cadeado, a Caixa Rural teve a entrada de novos associados reduzida em 30%, enquanto a saída de associados subiu em 50%, praticamente zerando o

---

<sup>315</sup> Apud SCHALEMBERGER. *Cooperativismo e política*. Op.Cit., p.7.

<sup>316</sup> Ibidem.

crescimento do quadro social, e por sua vez, do capital social (conforme os gráficos 1 e 2).

Para Langemann,

foram efetivamente os bancos gaúchos que mais sentiram a crise que se generalizou na economia regional, nacional e mundial. Além das suspensões dos Bancos Pelotense e Popular (...), todos os demais bancos viram reduzidos os seus depósitos, inclusive o banco oficial do estado.<sup>317</sup>

Gráfico 1: Entradas e saídas de associados – nº associados anual (1925-1940)

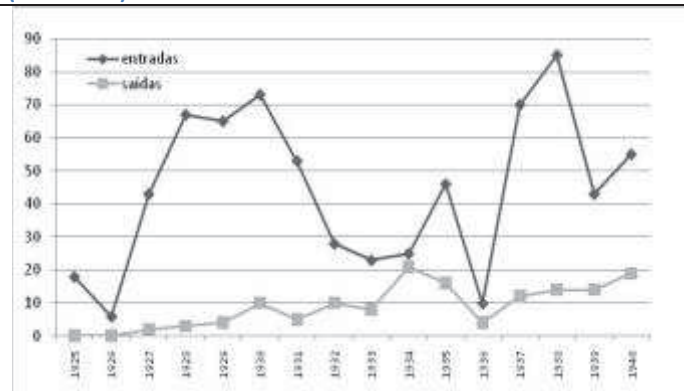
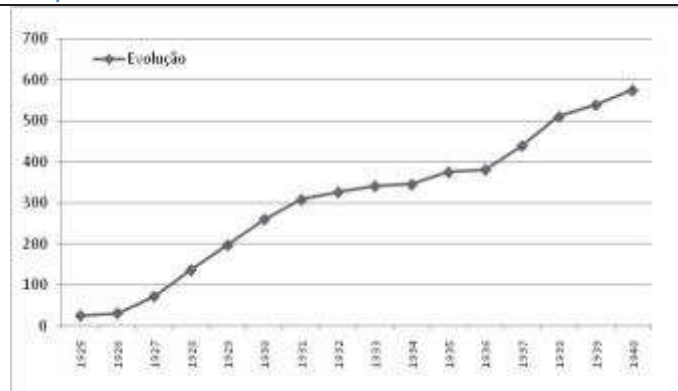


Gráfico 2: Evolução do quadro social - nº associados anual (1925-1940)



Fonte: Livro de matrículas nº 1 da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado.

O cooperativismo de crédito passou a vivenciar um dilema, pois de um lado as políticas públicas limitavam sua autonomia, forçando a adequação legal por meio de decretos cada vez mais restritivos da atividade financeira cooperativa, visando ampliar a participação dos agricultores no mercado nacional através do oferecimento de matérias-primas para a indústria nascente. Por outro lado, a Sociedade União Popular percebia a necessidade de ampliar sua atividade no meio agrícola, através das cooperativas de crédito, mas também organizando cooperativas de produção para coordenar as atividades econômicas dos seus associados:

A Sociedade União Popular manteve a convicção de que a única forma de fomentar o desenvolvimento do setor agrícola era a organização de cooperativas de produção, estreitamente vinculadas a um sólido sistema autônomo de crédito. Buscar o crédito em instituições financeiras não identificadas com os agricultores significaria tornar-se refém dos interesses delas.<sup>318</sup>

<sup>317</sup> LANGEMANN. *O Setor Financeiro*. Op.Cit., p.246.

<sup>318</sup> SCHALEMBERGER. *Cooperativismo e política*. Op.Cit..

O projeto de colonização com mão-de-obra imigrante havia surgido como uma política oficial de ocupação do espaço e criação de uma classe de produtores pequenos proprietários foi, no entanto, submetida a um estado de relativo abandono. Nesta conjuntura, a colonização se auto-ordenou em inúmeras formas de organização social e econômica, muitas vezes sob orientação da chamada *igreja da imigração*<sup>319</sup>, dentre as quais procuramos refletir sobre cooperativismo de crédito. Estas cooperativas interferiram diretamente na vida pública das comunidades onde foram criadas, financiando a atividade agrícola e conseqüentemente a mercantilização necessária para o sucesso do empreendimento colonial. Mas também empreenderam inúmeras obras de infraestrutura, no que justificavam como a defesa dos interesses dos colonos associados. Este caráter empreendedorista-desenvolvimentista, verificado na CRUPSC, corresponde aos princípios e objetivos existentes nas origens do próprio movimento cooperativista do século XIX.

Estas cooperativas de crédito se multiplicaram e cresceram individualmente, até juntarem forças na criação de uma federação, a União das Caixas Coloniais do RS, em 1925. Seguindo o modelo das cooperativas de crédito na Europa pós-revolução industrial, as colônias de imigrantes no sul do Brasil buscaram no cooperativismo uma alternativa para atender as suas necessidades imediatas de crédito, necessário para quitação dos encargos coloniais, melhorias na sua propriedade e, posteriormente, re-investimento em melhorias na comunidade, como percebemos nas ações da Sociedade União Popular e nas aplicações periódicas do fundo de reserva da CRUPSC. Estava o cooperativismo, portanto, desde sua implantação no RS, servindo como um instrumento de incorporação e adaptação do modo capitalista de produção.

A crise verificada no início da década de 1930 evidenciou a falência do modelo econômico liberal brasileiro. De ausente, o Estado passou a intervir na economia, centralizando a organização dos diversos setores produtivos da sociedade e colocando em prática um plano político com a finalidade de desenvolver a economia nacional. A Era Vargas é conhecida principalmente pelas políticas desenvolvimentistas que rompiam com o *laissez faire* e com a antiga República oligárquica, entendendo a centralização estatal como o esforço necessário para coordenar o processo de industrialização e desenvolvimento da economia nacional, influenciando diretamente na

---

<sup>319</sup> SCHALEMBERGER. *Cooperativismo e política*. Op.Cit..

atividade financeira, oferecimento de crédito agrícola em quantidade e volume suficiente para atingir o estágio de modernidade requerido pelo projeto nacional.

Aproximava-se o fim daquele contexto de relativa liberdade em que inicialmente atuaram as caixas de crédito, desvinculadas, até então, de qualquer instância governamental que impusesse condições à sua atuação. Da mesma forma, entidades de caráter associativo ou sindical também foram articuladas a partir do governo, centralizando as decisões políticas em um esforço de coordenar o desenvolvimento econômico.

A industrialização em substituição às importações (ISI) desagudizou a crise agrária verificada nos anos 1930. Porém, terminado o ciclo inicial de industrialização substitutiva, a perda de sua eficácia marginal evidenciou novamente a crise da produção agrícola nacional. Em 1945 o Governo Federal ampliaria ainda mais sua ação sobre as caixas rurais com a criação do SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), cuja principal atribuição era “proceder à fiscalização de Bancos, Casas Bancárias, sociedades de crédito, financiamento e investimento, e cooperativas de crédito [grifo nosso], processando os pedidos de autorização para funcionamento, reforma de estatutos, aumento de capital, abertura de agências, etc.”.<sup>320</sup>

Mas para resolver o problema da indústria de base seria necessário industrializar a agricultura, inserindo tratores, equipamentos, fertilizantes, rações e medicamentos veterinários, todos industrializados. Com a proposição nacionalista de desenvolvimento econômico autônomo do mandato de Vargas (1950-1954) e, posteriormente, JK e o seu plano de metas, o Estado passou a criar políticas agrícolas para incentivar a aquisição destes novos produtos, acelerando a incorporação de tecnologias pelos produtores (convertidos, por sua vez, em um novo mercado consumidor). O crédito agrícola passou a ser o ponto-chave deste processo modernizante, e como tal, a receber um cuidado especial do governo. A ampliação dos bancos nacionais privados e estatais, bem como de linhas de crédito fácil e irrestrito nas décadas seguintes fizeram com que as antigas caixas rurais perdessem sua efetiva participação na rotina econômica da comunidade, abrindo espaço para a dominação dos grandes bancos de capital transnacional.

Por fim, após a centralização destas entidades nas novas instituições e legislações do Estado Novo, e posteriormente as políticas nacionalistas-desenvolvimentistas dos anos 1950 e a ditadura militar entre os anos 1960-80,

---

<sup>320</sup> Decreto-Lei 7.293, 02/02/1945, art. 3º.

gradativamente desarticularam o movimento associativo nascido no Rio Grande do Sul que, desde o início do século XX, vinha se constituindo como uma forma de organização político-administrativa singular, atuando nas economias locais mediante o trabalho de captação das economias coloniais. Como resultado, teremos um processo de unificação dos remanescentes dos bancos comunitários, alterando os princípios e a pauta de atuação para fortalecer os laços federativos e incorporar um discurso desenvolvimentista que encontrará eco na política e economia neoliberais dos anos 1990.

As cooperativas transformaram-se, então, em grandes corporações capitalistas, à semelhança do modelo raiffeiseniano alemão, unificado na década de 1980, junto do igualmente antigo sistema Schulze-Delitzsch, e transformando-se num dos maiores capitais da Alemanha atual. Assim, a Sicredi Central passou a ser um equivalente brasileiro, em termos de organização e princípios, ao DGRV alemão, cuja tradição remete as primeiras cooperativas fundadas ainda no século XIX.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do movimento histórico do cooperativismo oferece um importante olhar sobre o desenvolvimento do sistema capitalista. Embora tenha se detido sobre a análise de uma determinada experiência situada em um contexto regional, este trabalho procurou manter uma linha de argumentação que aproximasse tal contexto com um conjunto de transformações que se espalhavam pelo mundo a partir do século XIX.

A expansão da economia liberal de mercado, promovida pelas grandes potências a partir do século XIX, disseminou os ideais de um sistema econômico que, desde o princípio, já dava mostras de desequilíbrio, além de uma série de contradições internas impossíveis de serem corrigidas.

Para Rosa Luxemburgo, “quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”. O movimento cooperativista nasceu em meados do século XIX, em meio a este complexo de transformações oriundas da mudança do modo de produção e acumulação capitalista, que impingia severas condições de labuta aos indivíduos que representavam a força de trabalho do sistema industrial. Foram tecelões falidos, camponeses sem terra e profissionais desempregados, os sujeitos que decidiram juntar forças, sob a alcunha de “cooperativismo”, para serem coadjuvantes das transformações.

Uma análise rápida da experiência cooperativista, e mesmo da bibliografia atual que busca nela (novamente) uma alternativa de desenvolvimento econômico e social, sugere que ele tenha nascido como uma alternativa de socialização do trabalho e da geração de renda da época; como uma forma utópica de resistência às transformações inerentes ao contexto da época, numa tentativa de materialização de alguns dos ideais do socialismo utópico. De fato, o cooperativismo surgiu como um instrumento alternativo, no entanto, sua experiência revelou-se como uma alternativa mais de adaptação do que de resistência ao capitalismo, buscando dar condições aos trabalhadores de incorporarem as ideologias burguesas de trabalho e poupança e assim obter meios de competir na economia liberal mercado. Ou seja, o movimento gerado foi no sentido de criar meios para acorrentar outros sujeitos, numa alusão a máxima de Rosa Luxemburgo.

O gérmen do cooperativismo surgiu nesse ambiente de contradições, obra das ideias de pensadores utópicos que entendiam a *mudança das práticas* como alternativa ao *sistema* que promovia as contradições daquela época. Foi posto em prática em ações



de pequenas comunidades que resistiam do seu modo tradicional e costumeiro às conseqüências destas transformações. Sua experiência ajudou a cunhar o conceito de economia moral como uma economia que resistisse ao avanço da economia liberal de mercado. No entanto, o próprio cooperativismo também cresceu enraizado no interior destas contradições, mesclando ideologias socialistas e liberais em um único conceito, e criando o que alguns autores chegaram a chamar de “caminho do meio”.

Criador de uma das mais antigas e famosas experiências cooperativistas de crédito do mundo, Friedrich Wilhelm Raiffeisen acreditava que “aquilo que ao indivíduo não é possível, muitos podem...”. Entendendo que até mesmo as grandes transformações, ocorridas em épocas e contextos históricos específicos (como a revolução industrial), originam-se nas estruturas surgidas das relações entre muitos indivíduos vivendo juntos, ligados e movidos por impulsos de acumulação de capitais, percebemos que as pessoas são como os *elos* da cadeia social, presas direta ou indiretamente em estruturas dentro do que chamamos *sociedade*. Dessa forma, o cooperativismo sugere uma compreensão desta dinâmica e precisa ser pensado do ponto de vista dos indivíduos localizados no interior deste complexo de relações sociais e econômicas.

A própria justificativa tradicional do movimento cooperativista alude essa dimensão, quando acorrenta em uma instituição de caráter privado as individualidades dos trabalhadores (elos), com a intenção de criar forças para existir e atuar dentro da lógica de mercado dominada pelas grandes corporações capitalistas. Ou seja, no cooperativismo percebemos esse conjunto de relações invisíveis entre os sujeitos criando corpo e se solidificando como atividades econômicas.

No Rio Grande do Sul, uma frase proferida pelo pe. João Evangelista Rick nos dá a possibilidade de entender que o cooperativismo, em sua visão, funcionava dentro do paradigma do liberalismo clássico: “o homem responde por si” (*selbst ist der mann*). Esta simples expressão também implica na compreensão de parte do complexo de ideologias que permearam o movimento cooperativista. Ao mesmo tempo em que justificava-se uma atividade econômica e social, buscando um equilíbrio maior na distribuição da renda, também constituía-se uma entidade de forte cunho liberal, atuando dentro dos interesses dos seus membros (associados), em oposição aos interesses de outros segmentos da sociedade que eventualmente oferecessem empecilhos ao desenvolvimento da cooperativa.

A própria perda dos laços comunitários é evidência desta dimensão, e deveu-se a desorganização dos costumes e dos hábitos sociais causada pela ascensão da economia liberal. A constituição de cooperativas representou uma tentativa de preservar antigos costumes da comunidade no interior das contradições da sociedade capitalista, transformando-se na *comunidade societária* (cooperativa), socialmente organizada e articulada com os desdobramentos da economia liberal de mercado. Assim, as cooperativas em geral trariam em sua origem, uma formação ideológica onde predomina o desejo de prosperar e se desenvolver atuando numa condição de competição em livre mercado.

O conceito utilizado para se referir às ações dos trabalhadores cooperados foi o *self-help*, ou seja, auto-ajudar-se. Posteriormente acrescentou-se o termo “mútuo”, passando a *auto-ajuda-mútua*. Mas este conceito de origem inglesa bem pode ter sido influenciado por um conceito anterior, relacionado ao liberalismo clássico inglês, em cujo qual o homem que se faz por si próprio, livre para ajudar a si próprio: o *self-made-man*. Assim, originalmente, o cooperativismo também trata-se de uma doutrina econômica liberal, e como tal, atuou desde o seu princípio num contexto de livre competição de mercado.

Procuramos analisar conjuntamente o cooperativismo e a imigração europeia para América a partir do século XIX a partir de um contexto histórico específico, que foi a criação e a disseminação de cooperativas de crédito durante a nova etapa de colonização do Rio Grande do Sul. Encontramos nesta experiência regional uma série de elementos que interligam-na às transformações percebidas numa escala macro, estabelecendo nosso embasamento teórico sobre a argumentação de que o cooperativismo, nessas comunidades, surgiu como uma forma de resistência alienada às contradições do capitalismo. No entanto, a ação de ambos os processos (imigração e cooperativismo) resultaram em um ajustamento aos mecanismos do mercado liberal, reproduzindo as mesmas contradições numa esfera hierarquizada de relações de capital, ou seja, resistindo apenas aos efeitos visíveis dessas contradições. A imigração como a transposição do excesso de mão-de-obra de um espaço para outro, constituindo no novo espaço um exército de mão-de-obra de reserva; e o cooperativismo como um meio pelo qual os trabalhadores teriam a chance de estabelecer-se na economia liberal de mercado e desenvolverem-se, junto de seus co-irmãos cooperados, frente às dificuldades

No final do ano de 2011, a Assembléia Geral da ONU proclamou que 2012 é o Ano Internacional do Cooperativismo, dando ênfase ao que considera a contribuição das

cooperativas para o desenvolvimento socioeconômico. Para o Secretário Geral das Nações Unidas, as cooperativas são “um lembrete para a comunidade internacional de que é possível perseguir tanto a viabilidade econômica quanto a responsabilidade social”.<sup>321</sup> Este argumento aparece também em dois textos recentemente publicados no site *OutrasPalavras*. Neles sugere-se que o cooperativismo poderia representar um caminho para a superação da crise do sistema capitalista. No primeiro, o economista Ladislau Dowbor assinala que as visões de Adams Smith sobre o individualismo e de Stuart Mill sobre o utilitarismo, somadas a teoria da sobrevivência do mais “forte” de Charles Darwin, produziram um “tipo de guerra de todos contra todos”.<sup>322</sup> Para o autor, o crescimento dessas novas formas econômicas (como o cooperativismo) poderiam vir a substituir o individualismo e a competição, bases do capitalismo, pelo *paradigma da colaboração*, considerando a chamada pós-modernidade, também, o tempo do pós-capitalismo.

Já o segundo texto, do filósofo francês Patrick Viveret, debruça-se sobre outro conceito, o de economia solidária. Para ele o desafio é estendê-la para um nível maior, chegando a uma forma de mercado socialmente organizado. Este será o grande desafio do século XXI, e neste desafio, os modelos cooperativos poderiam ser uma alternativa a ser seguida, pensando em novas configurações de democracia, moeda e crédito, já testadas em âmbito local, e que poderiam ser resposta global ao vendaval financeiro.<sup>323</sup>

Entretanto, um dos questionamentos iniciais deste trabalho persiste até o final (e que poderá balizar a continuidade e o aprofundamento deste estudo, sobretudo ampliando os objetos de pesquisa, buscando uma interligação com outras cooperativas e regiões que apresentaram um desenvolvimento contínuo de seus mecanismos econômicos e sociais, até os dias atuais): como o cooperativismo pode tornar-se capitalista e eliminar a competição, se ele atua dentro de uma condição de livre mercado? Se ao adotar o crédito como uma forma de atuação neste livre mercado, o cooperativismo mostrou-se competitivo e igualmente individualista, então podemos pensar no surgimento de novas formas de exploração do capital, baseadas em uma forma igualmente nova de egoísmo grupal, já proposta por outros autores. Se pensarmos

---

<sup>321</sup> KI-MOON, Ban. (traduzido do inglês) In: <http://social.un.org/coopsyear/> acesso em 16/02/2012.

<sup>322</sup> DOWBOR, Ladislau. *Democracia Econômica: Um passeio pelas teorias*. 2006, p.84. In: <http://www.dowbor.org/> acesso em 18/01/2012.

<sup>323</sup> VIVERET, Patrick. *Para salvar a Europa e o planeta*. In: <http://www.outraspalavras.net> acesso em 18/01/2012.

metaforicamente no capitalismo como um navio naufragando com pouquíssimos botes salva-vidas, podemos dizer que o individualismo leva as pessoas a buscarem sua salvação a qualquer custo, passando por sobre as outras em busca de “seu lugar ao sol” (ou “ao bote”). Na mesma metáfora, o cooperativismo encaixa-se como o coletivo de pessoas sabedoras de que “a união faz a força”, e que lutarão mais eficazmente para conquistar seu próprio bote para o grupo, não obstante sem colaborar com a eliminação do mecanismo de livre competição que produz a desigualdade. Em síntese, os *elos* que unem, são os mesmos *elos* que *acorrentam*.

## REFERÊNCIAS

- ALPERT, Michael. Actitudes sefardíes del siglo XIX y pensamiento sansimoniano reflejados en las carreras de Emile e Isaac Péreire, fundadores del Crédit Mobilier. In: Sefarad [Online], Volumen 61 Número 2 (30 December 2001) doi: 10.3989/sefarad.2001.v61.i2.583.
- AMARAL, Sandra Maria do. Elite política e relações de poder: o caso de Ijuí - 1938-1945. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2003.
- ATHAYDE, Orlando Dias (Org.). Álbum Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana: 2º Distrito de Ijuí. Ijuí: Gráfica Michaelson & Cia Ltda, 1951.
- AVANCINI, Elsa Gonçalves. O mandonismo local em Ijuí: 1912-1937. Cópia datilografada no MADP, Arquivo Ijuí, s/d.
- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BENECKE, Dieter W. Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas do processo de desenvolvimento nos países do terceiro mund. Porto Alegre, Coojornal; Recife, Assocene; 1980.
- BERNARDES, Nilo. Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.
- BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CESAR, Guilherme. Ocupação e diferenciação do espaço. In: RS: Economia e política. Org. José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
- COOPERURAL: 75 anos, COAPEL: 10 anos. Folheto comemorativo do aniversário das cooperativas de Nova Petrópolis, 1977.
- DOMINGUES, Ivan. O fio e a trama: reflexões sobre o tempo e a história. Belo Horizonte: Ed. Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.
- DOWBOR, Ladislau. Democracia Econômica: Um passeio pelas teorias. 2006. In: <http://www.dowbor.org/> acesso em 18/01/2012.
- DUARTE, Laura Maria Goulart. Capitalismo & Cooperativismo no R.G.S. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- DUPAS, Gilberto. O mito do progresso; ou progresso como ideologia. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

- ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- ENGELS, Friedrich. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. Ed. Centauro: São Paulo, 2005.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. RS: Economia & conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- FRANTZ, Walter. Caminhos para o Desenvolvimento pelo Cooperativismo (Cadernos Unijuí). Ijuí: Editora Unijuí, 2003.
- \_\_\_\_\_; HILGERT, Vagner; CORRÊA, Ricardo. A história do cooperativismo de crédito em Panambi: uma trajetória de 75 anos. Ijuí: Unijuí, 2006.
- GERHARDT, Marcos (org.). Registro da festa do centenário da primeira imigração alemã no Rio Grande do Sul. Ijuí: Sedigraf, 1996.
- \_\_\_\_\_. História ambiental da colônia Ijuhy. Ijuí: Unijuí, 2009.
- GUEIROS JR, Nehemias. A Maior Fraude da História. A verdade sobre os Bancos Centrais. O poder dos 'moneychangers' e a crise econômica mundial de 2008. In: Revista Jus Vigilantibus, 12/10/2008. Disponível em <<http://jusvi.com/artigos/36376>>. Acesso em: 19/01/2012.
- HEINSFELD, Adelar. As ferrovias: na ordem positivista, o progresso corre pelos trilhos. República Velha (1889-1930). Tau Golin e Nelson Boeira (Coord.). Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3 t.1.
- HOBSBAWM, Eric J. A era dos impérios. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- \_\_\_\_\_. A Era das revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOLYOAKE, G. J. Os 28 Tecelões de Rochdale (História dos Probos Pioneiros de Rochdale). Livraria Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1932.
- LANGEMANN, Eugenio. O Setor Financeiro: das origens ao drama bancário. República Velha (1889-1930). Tau Golin e Nelson Boeira (Coord.). Passo Fundo: Méritos, 200
- \_\_\_\_\_. O Banco Pelotense: o sistema financeiro regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- LAUXEN, Sidéria Maria. O caminhar de um povo: Augusto Pestana 10 anos. Ijuí: Empresa Jornalística Ulrich Löw S.A., 1976.
- LAZZAROTTO, Danilo. História de Ijuí. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.
- LE GOFF. Mercadores e Banqueiros na Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução. Militant Publications, London, 1986.  
In: Luxemburg Internet Archive  
<[http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref\\_rev/index.htm](http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/index.htm)> , 2002

LUZ FILHO, Fábio. As Cooperativas e os problemas da terra. Rio de Janeiro, Editora Melso Soc. Anônima, 1964.

\_\_\_\_\_. Cooperativismo e Credito Agricola. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1933.

\_\_\_\_\_. Aspectos agro-economicos do Rio Grande do Sul. São Paulo: Livraria Acadêmica, Saraiva & Cia, 1937.

MAESTRI, Mario. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda. 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Vol. 2

\_\_\_\_\_. Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914. Passo Fundo: UPF, 2000.

MARQUES, Mario Osório; BRUM, Argemiro J. Nossas coisas e nossa gente. Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí: Unijuí, 2004.

MARTINS, José de Souza. A Imigração e a Crise do Brasil Agrário. São Paulo, Pioneira, 1973.

\_\_\_\_\_. Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo. Pioneira, 1975.

MEINEN, Ênio; DOMINGUES, Jefferson Nercolini; DOMINGUES, Jane Aparecida (Orgs.). Cooperativas de Crédito no Direito Brasileiro. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2002.

MINELLA, Ary Cesar. Banqueiros: organização e poder político no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. Cooperativas de Crédito: história da evolução normativa no Brasil. Brasília: BCB, 2006.

RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. Pe. J. E. Rick, Sj: Cientista, Colonizador, Apóstolo Social, Professor. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro. Companhia das Letras, São Paulo, 1997.

ROCHE, Jean. A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969. t. II.

SCHALEMBERGER, Erneldo. Cooperativismo e política: redes de associações e Estado na constituição do marco tecnológico e na organização da agricultura sul-brasileira no período Vargas. In: Informe GEPEC, UNIOESTE Vol. 8, No 1, 2004.

SCHÜTZ, Liene Maria Martins. Imigração alemã: processo, costumes e influências. In Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Unisinos, 1974.

SILVA, José Graziano da. A questão agrária. São Paulo: Braziliense, 1981.

SOUZA, Maurício de Castro e. O Empréstimo a juros no pensamento econômico de João Calvino. In: Revista Ciências da religião – História e Sociedade, vol. 6, nº 2, 2008.

TAVARES, Augusto. Nas Origens da Moeda. Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias, América do Norte, Dez. 2010. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rhumanidades/article/view/1352/1102>>. Acesso em: 16/10/11.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIVERET, Patrick. Para salvar a Europa e o planeta. In: <http://www.outraspalavras.net> acesso em 18/01/2012.

ZARTH, Paulo Afonso. História agrária do Planalto Gaúcho: 1850-1920. Ijuí: Unijuí, 1997.

\_\_\_\_\_. Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002

ZENI, Angelo Elocir. Trabalho Cooperativo: à luz da Legislação e Doutrina Brasileira e Espanhola. SESCOOP, 2008.

#### Arquivos acessados:

Arquivo Sicredi Augusto Pestana

Arquivo MADP

#### Sítios da internet acessados:

<http://imagemerevolucao.wordpress.com/2010/04/30/74/> acesso em 04/nov/2011.

<http://www.ica.coop/coop/principles.html> acesso em fevereiro/2010.

<http://www.dzbank.com/> acesso em 27/09/2011.

[www.drgv.org](http://www.drgv.org) diversos acessos em agosto/2011.

[http://www.historisches-lexikon-bayerns.de/artikel/artikel\\_45458](http://www.historisches-lexikon-bayerns.de/artikel/artikel_45458) acesso em 27/09/11.



[http://www.flickr.com/photos/library\\_of\\_congress](http://www.flickr.com/photos/library_of_congress) acesso em 09/09/2011.

<http://museum.co-op.ac.uk/> acesso em fevereiro/2010.

<http://social.un.org/coopsyear/> acesso em 16/02/2012.

[http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro\\_cooperativas\\_credito.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf). acesso em novembro/2010.

#### Jornais:

COTRIJORNAL, diversos volumes. Acervo MADP; Hemeroteca.

CORREIO SERRANO, diversos volumes. Acervo MADP; Hemeroteca.

#### Entrevistas:

Bruno van der Sand (15/08/2009 e 04/12/2009).

Alberto Hoffmann (15/12/2009).